



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

TRADUÇÃO *IPSIS VERBIS*

CPI - TRÁFICO DE ANIMAIS E PLANTAS SILVESTRES		
EVENTO: Audiência Pública	Nº: 0010/03	DATA: 09/01/03
INÍCIO: 10h35min	TÉRMINO: 14h08min	DURAÇÃO: 02h55min
TEMPO DE GRAVAÇÃO: 01h04min	PÁGINAS: 101	QUARTOS: 35
SUPERVISÃO: Estela, Graça, Márcia, Myrinha		
CONCATENAÇÃO: Graça, Letícia		

DEPOENTE/CONVIDADO – QUALIFICAÇÃO
NEI CARLOS GUIMARÃES DE OLIVEIRA – Empresário da área madeireira. LUIZ GONZAGA BATISTA – Empresário da área madeireira. VICENTE LOIOLA DA PAIXÃO – Ex-comerciante de madeiras. JOSÉ CALIMAN – Comerciante de madeiras. COSME DAMIÃO PEREIRA CAVALCANTI – Funcionário do IBAMA de Eunápolis.

SUMÁRIO: Tomada de depoimentos.

OBSERVAÇÕES
Reunião realizada no SEBRAE de Eunápolis, Estado da Bahia. Há intervenções inaudíveis. Há expressões ininteligíveis. Há oradores não identificados. A reunião foi suspensa e reaberta duas vezes. Grafia não confirmada:



O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Havendo número regimental, declaro aberta a 22ª reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar o tráfico ilegal de animais e plantas silvestres da fauna e flora brasileiras. Esta reunião foi convocada para a realização de audiência pública, para a tomada de depoimentos de alguns depoentes que vêm na qualidade de testemunha. Eu gostaria que a Secretaria fizesse chegar ao plenário o Sr. Nei Guimarães. *(Pausa.)* Sr. Nei, por favor. O senhor já foi convocado na condição de testemunha e está à disposição desta Comissão, mas, novamente, solicito... *(Pausa.)* Sr. Nei, novamente, eu solicito que o senhor, ao microfone, embora não tenha som, diga seu nome completo e leia essas frases em negrito aqui apresentadas pela Presidência.

O SR. NEI CARLOS GUIMARÃES DE OLIVEIRA – Faço, sob a palavra de honra...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Primeiro o seu nome, Sr. Nei.

O SR. NEI CARLOS GUIMARÃES DE OLIVEIRA – Meu nome é Nei Carlos Guimarães de Oliveira. Faço, sob a palavra de honra, a promessa de dizer a verdade do que eu souber e me for perguntado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Sr. Nei, na última vez, nós estivemos — acho que foi na 10ª ou 12ª, não me lembro bem, reunião da Comissão — também com um senhor americano chamado Mark, Sr. Mark. E, lá, ele colocou que o senhor era sócio dele e afirmou isso ao seu lado, coisa que não foi contestada pelo senhor. Informações que chegaram a esta Comissão deram conta que o senhor teria ligações com o Sr. Leonardo. O Sr. Leonardo, que está preso na Polícia Federal sob a suspeita de ser o maior traficante... Suspeita, não, ele já está sendo acusado de ser o maior narcotraficante do Brasil. Chegou ao conhecimento desta Comissão que a madeira que o senhor exportava, a madeira que o senhor trabalhava — e depois da fala do Sr. Amarildo, que o senhor liberaria todo o tráfico de madeira pela Bahia... Ou seja, ele usou até uma expressão muito interessante, disse que ele parava nas barreiras e dizia: “Essa madeira é do Nei”, e imediatamente era liberado, tanto na Polícia Rodoviária Federal quanto nas barreiras da fiscalização do ICM, quando dizia que era seu. E, dentro dessa madeira, no caso, pau-brasil, haveria a colocação de cocaína. Então, o senhor trabalharia em dois pontos. Na madeira — pau-brasil — e como narcotraficante, na medida em que



usava os seus contatos para a passagem de cocaína pelo território da Bahia. A primeira pergunta que a Comissão faz ao senhor é: o senhor conhece o Sr. Leonardo?

O SR. NEI CARLOS GUIMARÃES DE OLIVEIRA – Não conheço. Eu ouvi falar nele, quando eu estava na Polícia Federal em Brasília, que o senhor determinou que eu fosse para lá, e eu fui. Aí, no meu depoimento na Polícia Federal, o delegado federal que estava tomando o meu depoimento, casualmente neste momento alguém entregou um jornal a ele e, nesse jornal... ele me fazendo perguntas sobre o assunto da madeira e lendo o jornal... Aí, ele fez até um comentário com alguém: “Olha aqui, Leonardo...” tal, não sei o quê. Fez algum comentário. Aí, olhou para mim e falou: “O senhor conhece o Leonardo”? Eu digo: “Nunca ouvi falar, delegado”. “Leonardo...” e falou o sobrenome. Eu digo: “Nunca ouvi falar”. Então, essa pergunta surgiu do delegado da Polícia Federal pelo momento de ele estar lendo um jornal com essa reportagem em Brasília.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Agora não existe nenhum jornal aqui na nossa frente. Eu estou lhe perguntando se o senhor conhece o Sr. Leonardo, acusado de ser o maior narcotraficante do Brasil.

O SR. NEI CARLOS GUIMARÃES DE OLIVEIRA – Não conheço e nunca tinha ouvido falar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – O Sr. Alfred Marques...

O SR. NEI CARLOS GUIMARÃES DE OLIVEIRA – Alfredo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – O Sr. Alfred Marques foi preso certa vez na Polícia Civil na região onde mora, sob a acusação de ser traficante de drogas. E, na ocasião, o senhor esteve na Polícia Civil inclusive para ajudar a liberá-lo e deu um depoimento na Polícia Civil. Esse depoimento se encontra em posse da CPI. Então, eu gostaria de saber... que o senhor diga à CPI, primeiro, por que o senhor foi, já que o senhor diz que não é sócio, socorrer o Sr. Alfred Marques e se a acusação realmente naquele momento era de tráfico de drogas.

O SR. NEI CARLOS GUIMARÃES DE OLIVEIRA – Deputado, é quase assim, mas não é bem assim. A esposa do Sr. Alfredo telefonou para a minha casa, dizendo que a Polícia Civil de Eunápolis havia ido à casa dele, em São João do



Paraíso, que é uma cidade a cem quilômetros daqui, e prendido o Sr. Alfredo. Eu perguntei: “Mas por quê?” — “Ninguém sabe, ninguém sabe”. E recolhido alguns documentos do Sr. Alfredo. Eu digo: “Mas é curioso, porque a Polícia de Eunápolis vai e prende o Sr. Alfredo, e ninguém sabe o porquê”. “Não, chegaram aqui, prenderam ele e levaram para Eunápolis.” O que eu fiz? Entrei em contato com o advogado, que é o Dr. Oziel, que se encontra presente: “Dr. Oziel, tem uma pessoa que foi presa em São João do Paraíso e está sendo encaminhada para Eunápolis e, até agora, ninguém sabe a razão da prisão”. O Dr. Oziel, naturalmente, deve ter apurado, porque ele determinou que um sócio dele, um outro advogado, fosse até à Polícia Civil de Eunápolis. E esse advogado foi. Eu não fui à Polícia Civil, eu não dei depoimento, eu não prestei depoimento. Isso foi por volta de nove ou dez horas da manhã. Quando foi, eu acho, uma hora da tarde ou meio-dia e pouco, liberaram o Sr. Alfredo. Aí, veio, o Sr. Alfredo passou na minha casa. E eu procurei o advogado sócio do Dr. Oziel para saber o que estava havendo. Ele falou: “Olha, inicialmente, falaram lá em São João do Paraíso que a Polícia chegou lá falando que era por tráfico de drogas. Depois, durante o trajeto de São João do Paraíso a Eunápolis, disseram que ele estava trabalhando com madeira irregular”. Nem uma coisa, nem outra, porque, no meu ponto de vista, tráfico de droga não existe, e, no meu ponto de vista, a madeira também não estava irregular. Tanto é que liberaram ele em Eunápolis sem transtorno nenhum. E eu lhe digo que eu não estive na Polícia Civil, portanto não tem esse documento que o senhor... Acho que o senhor pode ter algum outro documento, não sei, mas não deve ter depoimento meu, porque eu não estive dando depoimento. Então, isso foi o que aconteceu. Nunca mais a Polícia Civil procurou ele, que eu sei, e mais nada, porque foi uma situação até... assim. O.k. Aí, com isso, eu entrei em contato com o IBAMA de Eunápolis. Liguei: “Olha, tá acontecendo assim, assim. Prenderam esse cidadão, dizendo que ele está trabalhando irregular. Essa madeira que tem aí, os senhores liberaram, e a madeira está regular. Portanto, eu gostaria que, se fosse possível, alguém do IBAMA fosse à delegacia de polícia, para que, se estiver irregular, prenda”. Sem problema. O IBAMA daqui determinou que fosse um técnico até à Polícia Civil. Então, foi um técnico daqui...



O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – O senhor ligou para quem exatamente do IBAMA daqui?

O SR. NEI CARLOS GUIMARÃES DE OLIVEIRA – Da chefia do IBAMA de Eunápolis.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Quem?

O SR. NEI CARLOS GUIMARÃES DE OLIVEIRA – Na época, não lembro quem, porque eu acho que trocou umas duas ou três vezes.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – O senhor conhecia?

O SR. NEI CARLOS GUIMARÃES DE OLIVEIRA – Não conhecia. Conhecia como chefe do IBAMA, como pessoas do IBAMA.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Aí o senhor liga...

O SR. NEI CARLOS GUIMARÃES DE OLIVEIRA – Liguei.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – E o senhor diz para o IBAMA que o Sr. Alfred Marques...

O SR. NEI CARLOS GUIMARÃES DE OLIVEIRA – Havia sido preso...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Essa parte é nebulosa, é importante dar uma paradinha.

O SR. NEI CARLOS GUIMARÃES DE OLIVEIRA – Certo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – O senhor liga para o IBAMA de Eunápolis e diz que o Sr. Alfred Marques estava preso aqui.

O SR. NEI CARLOS GUIMARÃES DE OLIVEIRA – Que o Alfredo estava vindo de São João do Paraíso para Eunápolis preso...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Preso por causa de madeira irregular.

O SR. NEI CARLOS GUIMARÃES DE OLIVEIRA – Não, porque parece que houve uma ventilação lá do pessoal da Polícia também: “Ah, esse é traficante, esse trabalha com madeira irregular”. Haja vista que a esposa dele me falando isso, eu resolvi entrar em contato com o IBAMA, porque, se fosse irregular, o IBAMA que teria que tomar providência. Como eu sabia que não era, eu entrei em contato. O IBAMA determinou que fosse alguém lá, porque foi uma pessoa do IBAMA lá.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Quem foi lá do IBAMA?



O SR. NEI CARLOS GUIMARÃES DE OLIVEIRA – Eu não sei quem foi, mas foi uma pessoa do IBAMA, chegou lá e conversou com o delegado. Aí, mostrou a documentação e falou: “Olha, o pessoal trouxe os documentos que o Alfredo tinha lá”. E mostraram para a pessoa do IBAMA. A pessoa falou: “Não, isso aqui está tudo legal, inclusive nós fiscalizamos lá periodicamente. Não tem nada de errado”. O delegado não tinha mais o que fazer e liberou o Alfredo e foi o que houve.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – O IBAMA foi a seu pedido.

O SR. NEI CARLOS GUIMARÃES DE OLIVEIRA – Eu liguei para a chefia do IBAMA...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – O IBAMA foi a seu pedido, Sr. Nei. Não foi porque a Polícia, ou o delegado ligou para o IBAMA solicitando.

O SR. NEI CARLOS GUIMARÃES DE OLIVEIRA – Mas dizem que o delegado ligou para o IBAMA também, que o delegado também para o IBAMA pedindo que o IBAMA fosse lá.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – É porque o senhor nega o tempo todo que conheça alguém do IBAMA aqui de Eunápolis. E, estranhamente, o senhor liga para a chefia do IBAMA e, imediatamente, imediatamente, porque o fiscal do IBAMA, se não me engano, chegou uma hora e pouco depois de o senhor... a pessoa do IBAMA, não foi nem o fiscal, chega à delegacia uma hora e pouco depois que o Sr. Alfred... o Sr. Alfredo chegou aqui preso a Eunápolis, não é? E o senhor continua dizendo que não conhece ninguém do IBAMA, que o senhor não tinha contato nenhum com o IBAMA. Sr. Nei, o senhor sabe que aqui em Eunápolis se vende a ATPF?

O SR. NEI CARLOS GUIMARÃES DE OLIVEIRA – Eu não tenho conhecimento, Deputado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – O senhor já comprou ATPF alguma vez?

O SR. NEI CARLOS GUIMARÃES DE OLIVEIRA – As ATPFs que eu tive liberadas foi no IBAMA...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – O senhor comprou não no banco, mas o senhor comprou ATPF de alguém?



O SR. NEI CARLOS GUIMARÃES DE OLIVEIRA – Não, senhor, eu não comprei. Eu retirei no IBAMA, pagando o documento no Banco do Brasil. Tanto é que o IBAMA nem libera ATPF... Uma ATPF, Deputado, custa cinco reais. Quando chega no IBAMA e solicita a ATPF, só no caso de ir no banco e voltar... Só libera depois que apresentar o documento pago. Esse fato de ir no banco pagar gasta mais do que pagar cinco reais.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Perfeito. O senhor nunca comprou, o senhor não sabe de ninguém que aqui venda ATPF?

O SR. NEI CARLOS GUIMARÃES DE OLIVEIRA – ATPF, não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – O senhor conhece o Sr. Luiz Gonzaga?

O SR. NEI CARLOS GUIMARÃES DE OLIVEIRA – Não conheço.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Nunca viu o Sr. Luiz Gonzaga?

O SR. NEI CARLOS GUIMARÃES DE OLIVEIRA – Não conheço.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – O senhor estava ao lado dele aí, o senhor nunca viu o Sr. Luiz Gonzaga, que também trabalha com...

O SR. NEI CARLOS GUIMARÃES DE OLIVEIRA – Não conheço.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Sobre a questão da droga. O senhor alguma vez teve conhecimento que madeiras, essa madeira principalmente era furada e colocada a cocaína dentro? Alguma vez já falou? Já escutou falar de alguém?

O SR. NEI CARLOS GUIMARÃES DE OLIVEIRA – Deputado, eu não acredito, sinceramente. Eu vou ser sincero para o senhor: eu não acredito. Numa ocasião, Deputado, lá em Ilhéus, a madeira estava sendo... o Alfredo já havia contratado um avião da TAM para levar essa madeira, porque tem os dias certos. Essa madeira estava demorando, o pessoal não ia fazer a fiscalização da madeira. Porque o pessoal da Receita Federal, eles têm de vistoriar a madeira, e o pessoal do Ministério da Agricultura também. Ela só sai depois de vistoriada. Numa ocasião estava demorando, o avião viria no outro dia. O pessoal da TAM... Eu entrei em contato, ou o Alfredo entrou, eu não me lembro, alguém entrou em contato e... Não, o despachante, desculpe, o despachante. Falou: “Olha, o pessoal não está vindo



fazer a fiscalização da madeira”. A madeira está no aeroporto, e ninguém sabia porque. Eu fui lá em Ilhéus. Daqui a Ilhéus são cento... duzentos e poucos quilômetros. Eu fui lá. Fui lá na Receita Federal, que é lá no Porto de Ilhéus. Deputado, eu vi mais ou menos umas trinta carretas de soja e um navio lá carregando. Aí, eu conversando com o pessoal, eu digo: “Olha, eu queria saber porque essa madeira do Alfredo está lá, e os senhores não estão indo fazer a vistoria”. Aí, tinha três agentes da Receita Federal, e eu via que eles não explicavam o porquê. E eu suspeitei alguma coisa. Falei: “Olha, chefe, eu quero lhe dizer uma coisa com toda a sinceridade. Eu estou achando que o senhor está desconfiando que nessa madeira deve estar indo cocaína, deve estar indo maconha, deve estar indo alguma coisa para os Estados Unidos. Pois eu quero lhe dizer que eu vou sair daqui agora, vou procurar a Polícia Federal neste momento, para a Polícia Federal ir lá investigar essa madeira, porque o avião chega amanhã, às nove horas, a TAM tem que fazer ainda todo esse despacho, e esse embarque não vai. E eu estou precisando receber o meu trocado”. Bem assim eu falei com eles. Eu digo: “Eu estou vendo aqui, tem umas trinta carretas chegando aqui, que vêm lá de Barreiras, para carregar naquele navio. É muita, muita... Esses daí conseguem exportar tudo. Agora, nós, que temos um pouquinho de madeira, mil e poucos quilos que a gente está tentando mandar para ganhar um dinheirinho, eu estou vendo todo esse atraso. Não é possível. Eu preciso... Essa madeira tem que...” Aí, um deles falou assim: “Não. Passa lá e manda o despachante vir aqui.” Eu saí de lá, fui lá no centro e falei para o despachante, que se chama Guilherme e digo: “Guilherme...” Não, Libério, desculpe. Digo: “Libério, é para o senhor ir lá que o técnico da Receita Federal está lhe chamando”. Esse despachante foi lá e liberou dentro de meia hora. Foram lá, fizeram a vistoria e liberaram. Então, teve esse fato curioso... Então, essa ligação que estão achando, Deputado, não existe. Eu me arrependo de não ter ido no primeiro embarque, Deputado, até a Polícia Federal e ter feito isso, ter colocado lá para a Polícia Federal, porque eu, quando comecei a trabalhar, também fiquei desconfiado. Porque não tem lógica mandar oitocentos quilos, mil quilos de madeira, para os Estados Unidos, de avião. Essa madeira deve valer ouro lá. Eu ficava... eu comecei a ficar desconfiado e conversei com um despachante em Ilhéus; eu disse: “Libério...



O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – O senhor conhecia o despachante lá?

O SR. NEI CARLOS GUIMARÃES DE OLIVEIRA – Não. Esse Alfredo que contratou ele.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – O despachante Libério?

O SR. NEI CARLOS GUIMARÃES DE OLIVEIRA – O despachante Libério. Então, me deu uma suspeita, Deputado, e eu procurei me cercar de coisas para que isso não ocorresse; então, eu tenho absoluta certeza de que isso não ocorre, não está ocorrendo. É um simples cidadão que hoje... Esse Alfredo, Deputado, agora, sábado, está com uma doença, segundo ele, terminal de fígado, ele estava internado em Itabuna, e o médico, ontem, deu alta para ele e o mandou para casa. Fiquei sabendo, ontem, que diz que ele está. Isso agravou muito, segundo consta, depois dessa pressão que ele está levando.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Pressão de quem?

O SR. NEI CARLOS GUIMARÃES DE OLIVEIRA – Pressão do que ele está respondendo. Segundo ele, segundo ele, que agravou.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Ele está achando que foi a CPI que causou a doença dele?

O SR. NEI CARLOS GUIMARÃES DE OLIVEIRA – Não. Ele está achando que a saúde dele, que já vinha abalada, eu não sabia, mas, agora, com essa pressão toda nele, ele está... diz ele que está em fase terminal.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Será que se ele não estivesse explorando pau-brasil ele estaria assim também? Não?

O SR. NEI CARLOS GUIMARÃES DE OLIVEIRA – Pode ser.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – É interessante. Isso não nos preocupa, na medida em que a pessoa, realmente, se piorou, médico que sou...

O SR. NEI CARLOS GUIMARÃES DE OLIVEIRA – Deputado, quando eu cheguei a Brasília, fiquei doente também; não foi fácil.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Não foi fácil. Mas o senhor, talvez, se não fosse sócio do Sr. Alfred, o senhor não teria ido a Brasília e não teria ficado doente. Então, não é essa a nossa preocupação, a nossa preocupação é realmente buscar a verdade. A CPI, depois de analisar fotografias, e depois de



depoimentos dos técnicos que estiveram na residência do Sr. Alfred, chegou à conclusão de que aquela madeira que estava lá era madeira não-lenhosa e não-morta. Então, o senhor, por favor... O senhor trabalha com madeira há quantos anos? Engenheiros florestais deram esse laudo, inclusive, de que a madeira lá não era nem lenhosa nem madeira morta, então, o senhor por favor, e nem poderia ser de toco e de raízes, era madeira colhida de pau-brasil, de árvores de pau-brasil inteiras. O senhor trabalha com madeira há quanto tempo?

O SR. NEI CARLOS GUIMARÃES DE OLIVEIRA – Deputado, que eu trabalho com madeira... Eu fui caminhoneiro e posso lhe dizer que, além de madeira, eu transportava qualquer coisa que me oferecessem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Mas há quanto tempo o senhor trabalha com madeira?

O SR. NEI CARLOS GUIMARÃES DE OLIVEIRA – Mas com madeira mesmo, nesse ramo específico de madeira, há pouco tempo. Mas, ligado ao ramo de madeira, eu já depus em Brasília, vinte anos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Há vinte anos o senhor trabalha com madeira. O senhor conhece bem a madeira. Inclusive, em algumas fotografias, o senhor conseguiu esclarecer e definir várias madeiras que existiam em fotografias. Então o senhor conhece bem madeira. Aquela madeira que o senhor estava trabalhando era verde? Era madeira de árvore? Ou o senhor pode jurar aqui — jurar, não, que o senhor já fez o seu termo de depoimento —, mas o senhor pode afirmar que era madeira lenhosa, morta ou tronco e raízes?

O SR. NEI CARLOS GUIMARÃES DE OLIVEIRA – Tudo bem. A sua pergunta é muito válida, e o que eu posso-lhe dizer é o seguinte: a gente já não está mais com esses recursos, Deputado, mas nós vamos solicitar ao IPT em São Paulo técnicos e vamos fazer um pedido no IBAMA, para que eles venham também analisar a madeira, porque está havendo uma análise só de um lado, e não está havendo uma análise do outro.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Então, o senhor está acusando os engenheiros florestais do IBAMA de o estarem prejudicando. É isso?



O SR. NEI CARLOS GUIMARÃES DE OLIVEIRA – Não, senhor. Mas eu quero dizer o seguinte: a madeira que foi liberada pelo IBAMA, que esteve lá e liberou, a madeira era procedente de material morto e lenhoso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Aquela madeira que estava lá no Sr. Alfred ia ser exportada também, o senhor iria, também, levá-la, o senhor iria ganhar sobre ela também, concorda?

O SR. NEI CARLOS GUIMARÃES DE OLIVEIRA – Se essa madeira fosse para os Estados Unidos, sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – O senhor ganharia. E aquela madeira foi considerada pelos engenheiros florestais do IBAMA como madeira proveniente de árvores, não de lenhosas, sim, de árvores vivas, e não de material lenhoso e morto. A madeira está lá ainda, apreendida, aquela coisa toda, sem problema algum, eu acho que se o senhor quiser um laudo, o senhor pode fazê-lo, não pode acusar alguém de estar querendo lhe prejudicar. Mas, na realidade, aquela madeira, o senhor conhecedor, o senhor esteve lá, eu sei que o senhor esteve lá, o senhor viu a madeira na casa do Sr. Alfred, a qual estava pronta para ser serrada na serraria que o senhor sabia também que era irregular, ou não sabia que era irregular?

O SR. NEI CARLOS GUIMARÃES DE OLIVEIRA – Aqui na região, Deputado, carpintaria, porque aqui a gente trata como carpintaria, porque serraria é onde tem serrafitas; aqui, marcenaria e carpintaria têm o mesmo sentido, é onde tem três ou quatro máquinas que o pessoal trabalha fazendo porta, janela e tal. Então, lá, a dele é considerada, pela Receita, como carpintaria, não chega a ser uma serraria. Mas, eu quero lhe dizer que 90%...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – O senhor sabia que ele não tinha licença para a serraria?

O SR. NEI CARLOS GUIMARÃES DE OLIVEIRA – Eu não sabia. Mas 90% aqui, na região da Bahia, ninguém tem. Essas carpintarias de fundo de quintal, como chamam, elas não têm registro no IBAMA; as serrarias, sim, têm. Noventa por cento não têm, e deveriam ter, porque a lei não abre exceção para ninguém, mas não têm. Então, essas de fundo de quintal, se o senhor procurar hoje aqui, na minha cidade ou em qualquer cidade vizinha, pedir a cada uma o registro do IBAMA, ninguém tem.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – O senhor conhece uma madeira chamada Fafá, carpintaria chamada Fafá?

O SR. NEI CARLOS GUIMARÃES DE OLIVEIRA – Não conheço.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – O senhor já escutou falar?

O SR. NEI CARLOS GUIMARÃES DE OLIVEIRA – Não vi, mas há muitas, aqui.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – O senhor não escutou falar?

O SR. NEI CARLOS GUIMARÃES DE OLIVEIRA – Nesse nome, não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Fafá Materiais de Construção. O senhor já escutou falar?

O SR. NEI CARLOS GUIMARÃES DE OLIVEIRA – Não. Mas eu não respondi a sua pergunta.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – O senhor não sabia, acabou não respondendo. Bom, aí o senhor acha natural que aquilo fosse irregular, o senhor também não estranharia se fosse irregular ou regular, porque 90% aqui não têm. A outra colocação que eu acho importante, a outra pergunta é: o senhor foi fornecedor de madeira vinte anos, definiu madeiras por fotografia. Aquela madeira que ali estava era lenhosa, era morta, era tronco ou raiz? O senhor viu aquela madeira. O Sr. Alfred inclusive afirmou isso. O senhor viu? Era lenhosa?

O SR. NEI CARLOS GUIMARÃES DE OLIVEIRA – Bom, eu lhe falo o seguinte, Deputado, respondo a sua pergunta: sim, era lenhosa. Mas a colocação que eu faço é: o IBAMA, quando foi liberar, Deputado...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Morta.

O SR. NEI CARLOS GUIMARÃES DE OLIVEIRA – Madeira morta. O IBAMA, quando foi liberar as madeiras das quais eu tenho fotografia, Deputado, o que acontece... Porque, na Fazenda Inveja... Uma pergunta que ficou no ar e que eu não pude responder direito em Brasília porque não houve tempo... A Fazenda Inveja, o IBAMA de Eunápolis, quando fizemos o primeiro pedido, o IBAMA foi e vistoriou; o segundo e terceiro pedidos, o próprio IBAMA daqui orientou o seguinte: “Olha, nós não temos recursos humanos nem materiais para ficar de fazenda em fazenda, os senhores coloquem essa madeira na Fazenda Inveja, para que os técnicos vão até lá, na Fazenda Inveja, que fica na beira da rodovia, e fica fácil de vistoriar, porque



nós não podemos entrar no mato, o que é um procedimento não-correto — eu fiquei sabendo disso depois —, porque o IBAMA teria que ir árvore por árvore, toco por toco. Essa é a lei. Mas o IBAMA pediu que fosse assim, até porque, na verdade, o senhor sabe que nem máquinas fotográficas aqui eles têm, e não tinham em determinadas épocas; não tem recursos o IBAMA. Então, eles pediram isso. Nos termos de vistoria, o senhor pode observar que fala assim: “Fazenda Inveja...” Nos termos de vistoria, Deputado, o senhor pode observar, porque lá em Brasília, foi tudo rápido, talvez não deu para ler...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Lá durou seis horas, não foi muito rápido.

O SR. NEI CARLOS GUIMARÃES DE OLIVEIRA – Pois é. Foram muitas perguntas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Não. Foram poucas perguntas específicas para o senhor. Mas, continua, continua.

O SR. NEI CARLOS GUIMARÃES DE OLIVEIRA – Aqui fala “Fazenda Inveja e outras fazendas das regiões”; numa outra vistoria, o IBAMA colocou “Fazenda Inveja e entornos”. Por quê? A madeira ... Não tem lógica a Fazenda Inveja produzir tantos metros cúbicos de madeira, não tem lógica, não existe. Então, o IBAMA fez isso, que era correto, porque a madeira era de outras fazendas da região e foram depositadas lá a pedido do IBAMA. Porque, se o IBAMA falasse assim: “Olha, nós temos que vistoriar toco por toco, fístula por fístula, tolete por tolete, era um problema do IBAMA, o IBAMA é que iria gastar com isso. O que eu achei justo, Deputado, é que o IBAMA economizou no combustível, economizou mão-de-obra... Porque eu acho justo, porque não tinha por que o IBAMA ficar gastando...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – E o Brasil foi lesado em quantos metros cúbicos de pau-brasil?

O SR. NEI CARLOS GUIMARÃES DE OLIVEIRA – Madeira seca.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – E lenhosa.

O SR. NEI CARLOS GUIMARÃES DE OLIVEIRA – Lenhosa

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Lenhosa, morta.

O SR. NEI CARLOS GUIMARÃES DE OLIVEIRA – Lenhosa e morta. Agora deixa eu concluir, Deputado?



O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Agora as perguntas do Deputado Sarney Filho, nosso Relator.

O SR. NEI CARLOS GUIMARÃES DE OLIVEIRA – Eu queira só concluir.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Pois não.

O SR. NEI CARLOS GUIMARÃES DE OLIVEIRA – Aí seria o seguinte: então, quando o IBAMA liberou, essa madeira não estava empilhada, depois disso, Deputado, o que acontece? O Alfredo adquiriu mais madeira para já prever uma outra vistoria. O que eu deduzo depois que eu vi as fotografias, analisando, é que nessa madeira, haveria uma segunda vistoria, porque aquela madeira que está lá, que foi apreendida e levada para Vitória da Conquista, não era toda a madeira que estava na Fazenda Inveja. Isso aí dá para mim deduzir. Porque a madeira que foi vistoriada, ali tem madeira, mas não é toda.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Concluiu?

O SR. NEI CARLOS GUIMARÃES DE OLIVEIRA – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Deputado Sarney Filho.

O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO – Como o senhor conseguiu as ATPFs aqui?

O SR. NEI CARLOS GUIMARÃES DE OLIVEIRA – Após a vistoria, eu fui até o IBAMA; na própria vistoria, já houve uma solicitação, que está escrita na vistoria que se encontra nas mãos da CPI, onde o próprio IBAMA sugere a liberação de ATPFs, haja vista que vistoriou a madeira. Eu fui até o IBAMA solicitar as ATPFs; o IBAMA liberou, me deu um DARF, eu paguei no Banco do Brasil; eu voltei lá, e a ATPF foi liberada.

O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO – O senhor acha que as ATPFs desviadas, não estou falando mais das, quero uma opinião sua, não é nada que diz respeito diretamente ao senhor, mas as ATPFs desviadas estão dando cobertura a madeiras ilegais ou mesmo a drogas?

O SR. NEI CARLOS GUIMARÃES DE OLIVEIRA – Deputado, eu não tenho conhecimento.

O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO – O senhor conhece a Empresa Brasil Imperial?

O SR. NEI CARLOS GUIMARÃES DE OLIVEIRA – Não, senhor.



O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO – O senhor conhece Simone Sobral Belmonte, de Salvador? O senhor conhece Cosme e Damião, do IBAMA?

O SR. NEI CARLOS GUIMARÃES DE OLIVEIRA – Dr. Cosme, conheço, aqui de dentro do IBAMA.

O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO – Qual foi o relacionamento?

O SR. NEI CARLOS GUIMARÃES DE OLIVEIRA – Nenhum, Deputado.

O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO – Só apresentaram?

O SR. NEI CARLOS GUIMARÃES DE OLIVEIRA – Dentro do IBAMA. Nenhum.

O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO – Bem, o senhor tem conhecimento de que existe hoje uma série de restrições ao pau-brasil, inclusive até mesmo essa ação da CPI, de certa forma, restringiu mais ainda. Como essas empresas vão ser mantidas agora?

O SR. NEI CARLOS GUIMARÃES DE OLIVEIRA – Como assim?

O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO – As de pau-brasil.

O SR. NEI CARLOS GUIMARÃES DE OLIVEIRA – A empresa, Deputado, que hoje mexe com pau-brasil... O senhor me permite fazer um comentário a respeito disso?

O SR. DEPUTADO SANTOS FILHO – Pois não, tudo bem.

O SR. NEI CARLOS GUIMARÃES DE OLIVEIRA – Deputado, quando surgiu a oportunidade de nós ganharmos um dinheirinho com esse cidadão, a gente ficou muito feliz. A empresa, no Rio de Janeiro, teve um gasto, conforme já depus na CPI em Brasília, para que a gente formalizasse todos os requisitos para poder atender o cidadão americano. Nós fizemos, a empresa fez. A empresa... o que foi feito, os impostos todos foram pagos, como a lei manda. O que eu achei curioso é porque o Dr. Luciano, que é um técnico do IBAMA, em Brasília, ele ligou, ele ou alguém do IBAMA ligou, e eu entrei na linha com ele, eu, na minha casa. O que eu achei curioso, Deputado, é porque ele falou, assim: “Olha, Sr. Nei...” Ele solicitando a minha ida a Brasília, mas eu não tinha uma intimação, não tinha nada. Eu disse “Dr. Luciano, nós aqui estamos trabalhando legal, dentro da lei”. “Não, mas o senhor venha a Brasília, que a gente precisa lhe ouvir, eu quero lhe ouvir. Porque, estiveram, aqui, há poucos dias, quatro empresários do Espírito Santo ligados à área



de pau-brasil e todos eles me confessaram, de viva voz, que estão trabalhando na ilegalidade”. E vieram aqui comigo. Eu até, por um lado, fiquei... Falo assim, Deputado, por um lado até fiquei animado, porque eu estou vendo que hoje quem está na ilegalidade está procurando o IBAMA para ser legalizado. Eu digo: “Ó, Deputado, desculpe, Dr. Luciano, não há necessidade de nós irmos, porque nós estamos na legalidade, e a nossa madeira é uma madeira autorizada pelo IBAMA. Mas, tudo bem, o senhor está me convocando, eu vou; a essa convocação, eu vou, mas, primeiro, eu vou comunicar ao IBAMA daqui, da nossa região da Bahia, que eu estou sendo solicitado a ir a Brasília depor no IBAMA. Mas, Deputado, o que me chamou a atenção é que o Sr. Alfredo também foi solicitado. O Sr. Alfredo pegou um avião e foi; chegou a Brasília, o Sr. Alfredo foi parar na Polícia Federal. Essas pessoas que foram do Espírito Santo e que disseram que estavam na ilegalidade, eu não tenho conhecimento que foram para a Polícia Federal; e nós, que fomos e dissemos que estamos na legalidade, fomos para a Polícia Federal. Então, ficou uma coisa até bastante curiosa. Eu não vou acusar nada, não quero acusar, mas eu acho que eles deveriam ter ido também, Deputado. Porque o senhor sabe que, quando o senhor foi Ministro, a nossa região hoje, na Bahia, a consciência ecológica existente aqui é muito grande, porque o principal para não desmatar é a consciência ecológica de um povo. E o senhor foi o que mais fez isso aqui, o senhor visitou a nossa região, o senhor esteve aqui, o senhor deu apoio para o IBAMA; o IBAMA, na época, funcionava, e muito bem. E a consciência existente hoje com os poucos madeireiros que tem, com as pessoas que estão ligadas a esse assunto é porque o senhor fez isso. Isso todo mundo sabe, não é Nei que está falando. Isso a região toda sabe, Deputado. Mas essa acusação de pau-brasil, ela... Fico até com medo de falar um termo que possa me prejudicar. A CPI está fazendo um trabalho correto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – O senhor vai falar. Se o senhor falar alguma coisa que lhe prejudique será prejudicado.

O SR. NEI CARLOS GUIMARÃES DE OLIVEIRA – Eu não sou contra a CPI. A CPI que resolve os problemas, mas essa acusação do pau-brasil, no nosso caso, quem está acusando está acusando ilegal. Porque nós mandamos para os Estados Unidos até hoje um metro e oitocentos e cinquenta de pau-brasil. Tem um ditado aqui, nobre Deputado, que diz o seguinte: um jegue bom de carga, se colocado dos



dois lados, ele carrega essa madeira, porque um metro e oitocentos e cinqüenta é menos de dois metros cúbicos. Foi toda a madeira que a empresa mandou para os Estados Unidos, e ainda legal, com ATPF fornecida pelo IBAMA. A outra madeira que foi, que o senhor já tem conhecimento, foram dez metros de jacarandá, também com as ATPFs, com a documentação fornecida pelo IBAMA. Total da madeira mandada para os Estados Unidos: vinte e seis metros, Deputado. Isso é uma carretinha de madeira! Se o senhor observar em Belém do Pará, o senhor vê navios de madeiras que saem. Deve ser legal? Deve ser. Não vou dizer que é ilegal porque não conheço. Mas nós fizemos da forma mais legal possível.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Sr. Nei, nós não estamos tratando... O Deputado vai falar, mas nós não estamos tratando de Pará, nós estamos tratando do senhor aqui.

O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO – Sr. Nei, a primeira coisa que quero lhe dizer é a seguinte: o senhor pode ficar tranqüilo, eu sou o Relator desta Comissão. O relatório que vou fazer vai ser um relatório votado pela Comissão. Ele não vai cometer injustiças. O senhor pode estar passando por momentos difíceis de investigação, como outros passaram também. Se o senhor não tiver culpa, pode ficar tranqüilo que não vai ser penalizado. Eu nunca faria com uma pessoa o que não gostaria que fizessem comigo. Então, essa é uma maneira... cada um tem seu estilo aqui. O nosso Presidente tem feito um excepcional trabalho. Se não fosse o trabalho que ele realizou, nós não estaríamos hoje com esta Comissão tão avançada e não teríamos um quadro tão bom como temos hoje no Brasil. Não só na questão da madeira, mas na questão de tráfico de animais silvestres, na questão da biopirataria. Nós temos ido muito bem. É lógico que esse trabalho sempre gera de alguma forma uma estafa, um cansaço, uma irritação, porque são tantas as ilegalidades que a gente presencia, que, na realidade, gera uma revolta legítima. Mas fique tranqüilo, primeiro de que nada do que não for comprovado não será constado. Essa é a primeira coisa. O que nós queremos, na realidade, é coibir a ilegalidade. Esse que é nosso objetivo, coibir a ilegalidade, com talvez medidas legais, com, talvez, recomendações — talvez, não, com certeza, recomendações — ao IBAMA de fortalecimento do IBAMA, com recomendações de ações do IBAMA, recomendações legais. Então, é isso que nós queremos. Então queria perguntar



uma última pergunta para o senhor: o senhor tem conhecimento de alguma ilegalidade praticada aqui na área de madeira? Alguma madeireira que recebe madeira ilegal, algum funcionário do IBAMA que vende ATPFs, alguma questão mesmo de alguém que esteja cobrando dinheiro para dar facilidade, para vender facilidade ou criando dificuldade para vender facilidade. Queria que o senhor nos desse alguma explicação, a sua opinião sobre essa questão, que é muito importante.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – O senhor pode responder as perguntas do Relator.

O SR. NEI CARLOS GUIMARÃES DE OLIVEIRA – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Só fez uma. O senhor responda a pergunta que ele fez.

O SR. NEI CARLOS GUIMARÃES DE OLIVEIRA – Deputado, quando eu cheguei na Bahia, há treze anos atrás, os comentários aqui eram muitos. Isso depois veio acabando com a ilegalidade. Hoje eu lhe confesso e lhe falo uma coisa: o senhor pode encontrar alguma ilegalidade nessa área de Mata Atlântica esporádica, até às vezes de algum agricultor inadvertido que faz uma derruba para plantar alguma coisa e tal. Mas esse transporte ilegal ou coisa dessa gênero, aqui não existe mais, Deputado. Aqui acabou.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Institucionalmente acabou, mas acho que não de fato.

O SR. NEI CARLOS GUIMARÃES DE OLIVEIRA – Isso acabou.

O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO – Agora me diga uma coisa. Quando eu era... Isso é do seu conhecimento. Isso não é direto para o senhor, é para nos ajudar agora. Quando eu era Ministro, teve um incêndio no Parque Pau-Brasil. E nós sobrevoamos o parque de helicóptero. Em torno do parque, tinha carvoeiras, o que evidentemente demonstrava que aquelas carvoeiras estavam se utilizando de madeira vinda do parque, porque do lado delas, do outro lado, não tinha nada, só tinha o parque. E, na beirada do parque, estavam lá umas seis carvoeiras. Conseguimos derrubar, passamos o trator em cima. Conseguimos com o Governo do Estado da Bahia e, no dia seguinte, derrubamos as carvoeiras. O senhor tem



conhecimento de alguma coisa que esteja acontecendo ainda nessa área, nessa região?

O SR. NEI CARLOS GUIMARÃES DE OLIVEIRA – Deputado, inclusive esse episódio, isso aqui, a região lembra até hoje. Que o senhor chegou aqui, chegou lá, o senhor viu isso, e com o senhor não teve meia conversa: o senhor pegou, levantou a mão — não sei realmente o que o senhor falou — e disse: “derrube tudo”.

O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO – Foi exatamente isso.

O SR. NEI CARLOS GUIMARÃES DE OLIVEIRA – “Derrube tudo”. Quer dizer, derrubaram tudo. O senhor não ficou: traga documento aqui, quero prova disso...

O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO – Porque já estava clara a idéia.

O SR. NEI CARLOS GUIMARÃES DE OLIVEIRA – O senhor chegou e fez isso: acaba com tudo. “Isso aí é ilegal e derruba.” Quer dizer, foi a melhor coisa que o senhor fez, porque hoje esse parque nacional que existe aqui foi o senhor que criou, foi o senhor que lutou, que desapropriaram fazendeiros, agricultores e tal e que hoje está ali; que quando o senhor chega de avião, o senhor vê aquela floresta bonita que está ali, foi o senhor que criou, o qual deveria até, a região, talvez até lhe fazer uma homenagem, colocar “Parque Nacional José Sarney Filho”. Não, isso é interessante, porque isso é verdade. Quando o senhor destruiu as carvoeiras que o senhor está se referindo, foi imediato. E essas carvoeiras nunca mais foram reconstruídas pelo que a região sabe, porque eu não vi lá, eu não conhecia aquela região. Foi isso Deputado. O que o senhor fez aqui é o que eu volto a falar: a nossa consciência ecológica hoje é graças a sua atuação no Ministério. É isso.

O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO – Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Deputado Asdrubal Bentes, Deputado Luizinho... Deputado Asdrubal Bentes com as perguntas. Não tem som externo, mas precisamos falar no microfone.

O SR. DEPUTADO ASDRUBAL BENTES – Sr. Nei, no seu depoimento lá em Brasília, o senhor se disse sócio de uma empresa com um irmão seu, se não me falha a memória, no Rio de Janeiro.

O SR. NEI CARLOS GUIMARÃES DE OLIVEIRA – Certo.



O SR. DEPUTADO ASDRUBAL BENTES – Certo? O senhor tem uma empresa madeireira no Rio de Janeiro?

O SR. NEI CARLOS GUIMARÃES DE OLIVEIRA – Certo.

O SR. DEPUTADO ASDRUBAL BENTES – Certo. E esta empresa é quem faz as operações de exportações para o Sr. Alfred?

O SR. NEI CARLOS GUIMARÃES DE OLIVEIRA – Parte, Deputado. Parte da operação, porque as primeiras vistorias que foram feitas pelo IBAMA, eu fiz como pessoa física para o Sr. Alfredo. Então, como pessoa física, Nei, a empresa não entrou. Mas o que acontece? A Receita Federal em Ilhéus, após três ou quatro embarques, não queriam mais aceitar que fosse como pessoa física. Aí que entra a madeireira que fez todo um trabalho no Rio de Janeiro de filiação ao SISCOMEX para ser exportadora, porque a nossa madeireira não era exportadora.

O SR. DEPUTADO ASDRUBAL BENTES – Diante disso, como é que o senhor se define? Intermediário do Sr. Alfred nessas operações como pessoa física e através de sua empresa ou sócio dele nessas operações.

O SR. NEI CARLOS GUIMARÃES DE OLIVEIRA – Sócio jamais, Deputado, porque a nossa empresa se propôs a fazer um trabalho para o Sr. Alfredo, mediante lucro.

O SR. DEPUTADO ASDRUBAL BENTES – Existe contrato?

O SR. NEI CARLOS GUIMARÃES DE OLIVEIRA – Não, não existe um contrato. O que a empresa fez, Deputado, hoje estou sabendo, através da CPI, que não é bem legal. Mas o senhor tenha a certeza que a nossa empresa tentou fazer o mais legal possível pensando que era legal. Isso o senhor tenha certeza.

O SR. DEPUTADO ASDRUBAL BENTES – O senhor declarou há pouco que apenas um metro e oitocentos e cinqüenta...

O SR. NEI CARLOS GUIMARÃES DE OLIVEIRA – Foi.

O SR. DEPUTADO ASDRUBAL BENTES – ... foi exportado através de sua empresa ou do seu nome para o exterior pelo Sr. Alfred. Ou seja, uma quantia realmente insignificante. Mas, e por trás disso? Para se mandar esse material de avião, com toda aquela burocracia que a legislação admite para as exportações, o senhor não acha que, por trás de tudo isso, deve existir algo mais além do puro e simples pau-brasil? Porque o valor econômico desse pau-brasil — um metro e



oitocentos e cinqüenta — exportado não causaria tanta celeuma e tanto interesse internacional se não houvesse algo mais no meio dessa história da madeira.

O SR. NEI CARLOS GUIMARÃES DE OLIVEIRA – Posso responder a pergunta?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Pode responder.

O SR. NEI CARLOS GUIMARÃES DE OLIVEIRA –Obrigado. Deputado, eu cheguei até a suspeitar. Achei uma coisa curiosa, porque, realmente, para mandar não só pau-brasil, como foi mandado jacarandá, foi mandado orelha-de-onça, foi mandado putumuju, que na época foram tocos bem classificados, foram madeiras bem escolhidas e realmente têm que ter um valor econômico muito bom lá. Eu não sei, porque não conheço os Estados Unidos e não falo inglês. Mas ou essa madeira vale muito lá ou realmente havia intenção de mandar qualquer coisa. Eu acho que não, Deputado, porque quando eu falei para o Alfredo que eu ia colocar à disposição da Polícia Federal em Ilhéus, ele apoiou a idéia. Ele falou: *“É isso mesmo, é isso mesmo, Nei. Porque não é possível. O avião chega amanhã, a madeira tem que ir, tem que ir. Tem que vir dinheiro, tem que vir dinheiro”*.

O SR. DEPUTADO ASDRUBAL BENTES – Eu quero isso aí na seqüência. Ora, se o senhor exportou, o senhor sabe para quem foi exportado, para que empresa lá nos Estados Unidos.

O SR. NEI CARLOS GUIMARÃES DE OLIVEIRA – Sim, porque nós temos as notas fiscais.

O SR. DEPUTADO ASDRUBAL BENTES – Já foram passados a esta CPI esses documentos?

O SR. NEI CARLOS GUIMARÃES DE OLIVEIRA – Foi feita uma solicitação à madeireira e já foi enviado.

(Não identificado) – O IBAMA encaminhou.

O SR. DEPUTADO ASDRUBAL BENTES – Eu gostaria de explicar o porquê. Porque a partir deste momento, nós poderemos, a nível de exterior, não vamos ter mais tempo hábil, mas poderemos encaminhar ao Itamaraty ou a quem de direito, para que prossiga, juntamente com as autoridades governamentais nos Estados Unidos, ou para onde foi exportado, uma averiguação naqueles países sobre a quantidade de madeira exportada, a forma do recebimento e até uma vistoria dos



próprios estabelecimentos e, quem sabe, acobertados por 1 metro e 850. A gente já está acostumado. Já estou bastante calejado na vida prática como advogado, colega, e também como político de ver uma ATPF cobrir várias operações com a conivência da própria fiscalização do IBAMA, com a conivência da fiscalização estadual, com a conivência e — por que não dizer — até a participação das entidades fiscalizadoras deste País. Então, para mim, nada disso é surpresa. Eu não me surpreendo, em hipótese alguma, se por trás de tudo isso exista algo mais, que não somos nós que vamos descobrir. Nós, desta CPI, como acabou de dizer o nosso ilustre Relator, vamos apurar. E dentro daquilo que apurarmos, vamos sugerir e adotar medidas no âmbito do Legislativo, através do Congresso Nacional. Isso certamente iremos fazer, inclusive definindo a competência, seja administrativa, seja judicial, para tratar desta matéria. Haja vista o conflito de competência que está existindo entre a Justiça Comum e a Justiça Federal. Então, nós vamos tomar todas essas providências. E quero também reiterar o que falou o Deputado Zequinha Sarney. O senhor se sinta inteiramente à vontade. Nós não somos entidade policiaisca. Nós nos investimos deste Poder e até dos poderes judiciais para apurar fatos. Mas tanto quanto possível a minha formação democrática não permitirá que esse passe a fronteira da ilegalidade. O que nós estamos querendo é apurar os fatos e trazer esta comunidade, que vive na clandestinidade. Segundo informações, por exemplo, o tráfico de animais silvestres movimentava mundialmente 40 bilhões de dólares, e o Brasil participa com 15% disso, ou seja, 6 bilhões de dólares. Quantia considerável que não é para se desperdiçar. Qual é o nosso papel? Criar medidas legais cabíveis para trazermos os clandestinos e os ilegais para a legalidade. E, com isso, gerarmos emprego, renda e receita para o País e para os Estados. Então, Sr. Nei, o senhor tem um relacionamento estreito com o pessoal do IBAMA?

O SR. NEI CARLOS GUIMARÃES DE OLIVEIRA – Deputado, o IBAMA, quando é solicitado por mim ou por qualquer pessoa, é obrigado a nos atender. Estando legal, tem que nos atender. Tudo que eu fiz foi consultando ao IBAMA. O que hoje, depois, analisando tudo o que a CPI já colocou, depois que eu vim de Brasília, isso dá tempo de refletir e pensar, realmente existem erros de procedimentos, mas não existem erros de, quer dizer, criminoso. Existem, sim, erros de procedimento, Deputado.



O SR. DEPUTADO ASDRUBAL BENTES – Por exemplo, nesta vistoria que foi feita lá na Fazenda Inveja, se não me falha a memória,...

O SR. NEI CARLOS GUIMARÃES DE OLIVEIRA – Fazenda Inveja. É um deles.

O SR. DEPUTADO ASDRUBAL BENTES – ... Fazenda Inveja, existem dois laudos de vistoria. Nós, como advogados, para derrubarmos isso temos a maior facilidade. Num o título é Fazenda Inveja e Entorno, noutro é Fazenda Inveja e outras propriedades. Quer dizer, isso na advocacia não define, porque tem que haver a definição, a identificação perfeita, correta. E esta atitude seria de má-fé, seria dolosa, ou seria por —ignorância não pode ser, porque eles são treinados para isso —, ou seria apenas por um erro formal?

O SR. NEI CARLOS GUIMARÃES DE OLIVEIRA – Posso responder, Deputado?

O SR. DEPUTADO ASDRUBAL BENTES – Pode responder.

O SR. NEI CARLOS GUIMARÃES DE OLIVEIRA – Obrigado. Deputado, esse é um erro de procedimento. Porque o IBAMA na nossa região, de algum tempo para cá, pelo que a gente percebe, começou a ter carência até de fita de máquina de bater. Com isso, o próprio IBAMA daqui, a chefia solicitou que colocassem a madeira na Fazenda Inveja.

O SR. DEPUTADO ASDRUBAL BENTES – Tem comprovação de que... Porque, normalmente, quando isso ocorre, há um termo de fiel depositário.

O SR. NEI CARLOS GUIMARÃES DE OLIVEIRA – A comprovação é a vistoria que foi feita na Fazenda Inveja.

O SR. DEPUTADO ASDRUBAL BENTES – Mas não deram nem um termo de fiel depositário? Porque a pessoa que fica como depositária de determinado material,...

O SR. NEI CARLOS GUIMARÃES DE OLIVEIRA – Ah, o senhor tem razão.

O SR. DEPUTADO ASDRUBAL BENTES – ... em função de uma determinação do órgão governamental, passa a ser fiel depositário e incide nas penas da lei.

O SR. NEI CARLOS GUIMARÃES DE OLIVEIRA – A Fazenda Inveja não tem esse documento.



O SR. DEPUTADO ASDRUBAL BENTES – Então, eu pergunto: esta falha do IBAMA seria proposital? Talvez até para incriminar o fiel depositário.

O SR. NEI CARLOS GUIMARÃES DE OLIVEIRA – De jeito nenhum, Deputado. Por falta de material, por falta de material.

O SR. DEPUTADO ASDRUBAL BENTES – Não acredito que o IBAMA não tivesse um termo de fiel depositário para lavar.

O SR. NEI CARLOS GUIMARÃES DE OLIVEIRA – Inclusive, conversando com pessoas, agora — que todo mundo viu na televisão, então todo mundo fica questionando a gente na rua, porque aqui é uma cidade pequena. Hoje, por exemplo, o IBAMA, me parece que agora é tudo através de GPS. Não pode mais esse procedimento. Chegar lá, olhar e dizer: “fazenda tal, no quilômetro tal, tal”. A partir de agora já existe uma recomendação que é tudo através de GPS. Então, tem que ser marcado assim. Ficou mais fácil. Tanto para o IBAMA como para a pessoa que faz (*ininteligível*).

O SR. DEPUTADO ASDRUBAL BENTES – Até o auto de infração hoje é através do GPS, de vários graus, as coordenadas todas. Isso eu conheço muito bem.

O SR. NEI CARLOS GUIMARÃES DE OLIVEIRA – Melhorou até para nós, Deputado, isso.

O SR. DEPUTADO ASDRUBAL BENTES – Melhorou para todos, acredito. E foi uma medida adotada pelo Deputado Zequinha Sarney àquela época,...

O SR. NEI CARLOS GUIMARÃES DE OLIVEIRA – Foi.

O SR. DEPUTADO ASDRUBAL BENTES – ... quando Ministro, que ele inclusive modificou a estrutura do IBAMA, criando as gerências administrativas em determinadas regiões para dar autonomia àquela gerência. Mas o que ocorre, lamentavelmente, isso a gente vai ter que confessar: o IBAMA não está preparado para atender a demanda, quer na atuação preventiva, quer na atuação repressiva. E o que ocorre, infelizmente, a gente vai ter que confessar, é o estímulo ao delito. E muitas vezes com a conivência e a participação dos próprios órgãos de fiscalização, como foi confessado pelo Sr. Diretor do IBAMA, Luciano Menezes. Então, isso a gente tem que lamentar. Agora não é por isso que vamos estimular a prática desses atos. Acho que temos que criar uma consciência ecológica: que nós precisamos da



madeira como atividade econômica, mas de forma sustentável, para que nós possamos ter a matéria-prima sempre. É isso que esta Comissão trabalha para evitar: a devastação, a depredação, os crimes ambientais. E nós esperamos, Sr. Nei, que o senhor contribua efetivamente...

O SR. NEI CARLOS GUIMARÃES DE OLIVEIRA – Estou à sua disposição.

O SR. DEPUTADO ASDRUBAL BENTES – ... para que a gente chegue a uma conclusão efetiva. Nós não estamos aqui para punir ninguém, volto a dizer. Nós estamos aqui para buscar a verdade e, através disso, meios adequados para uma nova legislação, mais condizente com a realidade e também para um IBAMA que não atue apenas como órgão fiscalizador, arrecadador e repressivo. Ele tem que ser sobretudo preventivo e educativo, que é o que está faltando, apesar de já haver, dentro do órgão, problema de educação ambiental, mas 80% do seu orçamento é para fiscalização e apenas 20% para o restante. Eu estou satisfeito, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Obrigado, Deputado Asdrubal Bentes. O senhor conhece esse senhor aqui, Sr. Nei?

O SR. NEI CARLOS GUIMARÃES DE OLIVEIRA – Eu acho que não, Deputado. Não estou lembrado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Tá o.k. O senhor sabe que houve uma apreensão, na semana passada, aqui na Polícia Rodoviária Federal, lá em Teixeira de Freitas, de cinco carregamentos, caminhões de madeira. O senhor tem conhecimento disso?

O SR. NEI CARLOS GUIMARÃES DE OLIVEIRA – Não tenho.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Sr. Nei, na realidade, o senhor entrou pela porta, vamos chamar, dos fundos desta Comissão por conta de um relacionamento que, embora o senhor diga que não haja crime, é criminoso sim, na medida em que o senhor representa um americano e uma empresa americana — porque ele tem uma empresa americana, que o colocou, e que essa empresa exportaria para ele mesmo, na América — e a legislação brasileira é clara dizendo que ele não podia fazer isso, porque ele estava regularmente no Brasil, mas irregular para fazer a atividade de extração, irregular para atividade de serrar madeira, de ter negócio com madeira, irregular na questão de exploração de uma madeira chamada pau-brasil, madeira importante, uma madeira que já estava sendo proibida há algum



tempo a sua exploração. É o que se chama de “laranja”, e foi o que o Deputado Asdrubal Bentes classificou naquela ocasião, e é o que esta Comissão encaminhará ao Ministério Público por conta de uma atuação irregular da sua empresa nessa... que poderia ser de outro tipo de madeira, como poderia ser de outro tipo de exploração, mas na realidade o senhor e a sua empresa cometeram irregularidades, cometeram alguns crimes, e classificáveis inclusive na questão, não sei, do colarinho-branco. E encaminharemos isso, evidente. Sabemos também que o comércio do pau-brasil, depois da atuação da CPI, melhorou, em termos de defesa, muito, até porque paralisou, acabou. E isso que nós queríamos nesse momento. Como o senhor falou, todo mundo viu na televisão as verdadeiras — como é que eu posso falar? —, os verdadeiros absurdos que esse comércio envolvia, quando, por exemplo, quando o Sr. Alfred Marques — e aí eu coloco para o senhor, o senhor estava lá do meu lado —, ele diz que comprava madeiras de pessoas, de pessoas em volta, de pessoas de fazendas em volta que iam lá levar pau-brasil para ele comprar. E toda a atividade, como o senhor é representante dele, toda a atividade ilegal dele recai sobre o senhor. O senhor não é tão inocente assim...

O SR. NEI CARLOS GUIMARÃES DE OLIVEIRA – Mas...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) - O senhor não é tão inocente assim. O senhor, experiente que é, de vinte anos de exploração, o senhor não passa a esta Comissão nenhum tipo de inocência. E vamos utilizar o seu caso, a CPI vai utilizar seu caso para que sirva de exemplo. As outras grandes, como o senhor falou, elas serão chamadas. Elas já estão sendo... E o IBAMA da região já está solicitando a documentação. É incrível que em 24 horas elas conseguiram autorização, autorizações, autorizações que nós estamos, inclusive, revendo e vendo. Vamos até lá, estaremos lá. Vamos fazer uma fiscalização específica. E vou dizer mais: valor irrisório. O Sr. Alfred colocou que a ele custava 7 dólares a madeira para sair do Brasil; mais o frete, 12 dólares. Essa madeira já é cortada para se fazer arco de violino. Um arco de violino desses vale de 500 a 5 mil dólares. Um arco de violino feito com pau-brasil, senhor ... — e o senhor, infelizmente, a partir do momento que o senhor passou a ser representante dele, o senhor passa a ser cúmplice também —, um arco de violino desses, que se pagava 10 reais a 100 reais, 10 reais o quilo, lá, aqui na Bahia, para a pessoa que levava o pau-brasil para o Sr.



Marques, custava 10 reais o quilo, ele pagava 10 reais o quilo, depois chegava nos Estados Unidos com mais 40 dólares o quilo... O senhor ganhava quantos dólares por quilo?

O SR. NEI CARLOS GUIMARÃES DE OLIVEIRA – Um dólar por quilo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) - Mais um dólar para o senhor, por quilo. Chegava lá, era vendido, depois de beneficiado, de 500 a 5 mil dólares. E o senhor passa a ser cúmplice disso. O Deputado Asdrubal ainda não, talvez, com os problemas todos que o Deputado colocou muito bem, que nós vamos ficando angustiados, que o tamanho é muito maior do que a gente imaginava no início desse comércio, do comércio do tráfico ilegal de madeiras, da flora e fauna brasileiras. Mas a INTERPOL já está investigando a empresa do Sr. Marques lá, que o senhor é cúmplice. A INTERPOL está lá. Já está investigando, a pedido desta Presidência, pedido determinado, inclusive, naquela reunião. Já está lá investigando essa empresa, para saber... O que tiver lá, o senhor é cúmplice, porque o senhor é representante dele aqui, o senhor foi representante dele aqui.

O SR. NEI CARLOS GUIMARÃES DE OLIVEIRA – Claro. Eu tenho as notas fiscais.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) - O senhor não é tão inocente como passa, como tenta passar. Sr. Nei, eu gostaria de agradecer a sua presença. Algumas pessoas não vieram. Estou encaminhando mandado de busca e apreensão, nos termos do art. 36, inciso II, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, e arts. 240, 250 do Código de Processo Penal, de algumas pessoas convocadas que aqui não, até agora, não deram a sua confirmação de vir ou não. Um é o Sr. José Calmon, outro é o Sr. Vicente Loiola, e o outro é o Sr. José Amaro. Eu gostaria que a Secretaria, então, encaminhasse o Sr. Nei e já solicitasse a presença do Sr. Luiz Gonzaga Batista para o seu depoimento.

O SR. NEI CARLOS GUIMARÃES DE OLIVEIRA –Deputado, a nossa empresa, madeireira (*ininteligível*).

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) - O senhor pode encaminhar, o senhor encaminha tudo à Secretaria, por favor.

O SR. NEI CARLOS GUIMARÃES DE OLIVEIRA – Eu queria mostrar para o senhor. Muito obrigado.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) - Sr. Luiz Gonzaga Batista.
(Pausa.)

O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO – Sr. Presidente, eu peço a palavra a V.Exa. — a sessão está sendo gravada —, primeiro, para discordar veementemente dos termos utilizados, Sr. Presidente. Eu não acredito na inocência do Sr. Nei, mas também não posso acreditar na culpabilidade dele. Nós não podemos condenar ninguém. É só porque está sendo gravado. Trata-se de pessoas que têm família, têm amigos na cidade. Então, acho que V.Exa., com esse ímpeto justo, a revolta justa, mas nós não podemos realmente chamar de cúmplice nem declarar que ele é culpado de qualquer coisa até que nós tenhamos evidente as provas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Eu gostaria, até para que seja realmente esclarecida essa questão entre Presidência e Relator, que as notas taquigráficas fossem revistas e encaminhadas até este momento. Que a palavra “se”, a interjeição “se” foi usada antes da palavra “cúmplice”. Então, eu gostaria que esta sessão fosse interrompida até que as notas taquigráficas fossem traduzidas no exato momento em que houve a adjetivação. Feito o registro do Relator, a Presidência se reserva o direito de conduzir os trabalhos da maneira que achar necessária. É evidente que, cabendo recurso, está sendo feita a tradução das notas taquigráficas que serão apresentadas ao Sr. Relator. E tenho certeza que no contexto da discussão, eu tenho certeza que foi uma observação infeliz do Sr. Relator. Mas me reservo também o direito de depois, então, nós serenamente lermos as notas taquigráficas, eu e o Sr. Relator, mas me reservo, volto a falar, o direito de conduzir os trabalhos da maneira que aprovar a esta Presidência. Sr. Luiz Gonzaga Batista?

O SR. LUIZ GONZAGA BATISTA – Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) - Sr. Luiz Gonzaga Batista, o senhor está aqui na condição de testemunha, certo? O senhor recebeu o seu ofício e eu gostaria que o senhor lesse — dissesse o seu nome no microfone, primeiro, e depois lesse...

O SR. LUIZ GONZAGA BATISTA – Meu nome é Luiz Gonzaga Batista.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – E lesse essas três frases aqui em negrito, que aqui estão em negrito.



O SR. LUIZ GONZAGA BATISTA – *“Faço, sob a palavra de honra, a promessa de dizer a verdade do que souber e me for perguntado”.*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Muito obrigado, Sr. Luiz. Sr. Relator, se tem as suas perguntas dirigidas ao Sr. Luiz Gonzaga Batista.

O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO – Sr. Luiz Gonzaga Batista, o senhor sabe por que foi convocado aqui?

O SR. LUIZ GONZAGA BATISTA – Eu imagino que seja porque eu trabalho com madeira, comprei algumas madeiras.

O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO – O senhor é proprietário de alguma madeireira?

O SR. LUIZ GONZAGA BATISTA – Não.

O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO – E essas madeiras, o senhor comprou foi para...

O SR. LUIZ GONZAGA BATISTA – Adquiri através de leilão.

O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO – Leilão?

O SR. LUIZ GONZAGA BATISTA – Leilão. Termo de doação e soltura e através de laudo técnico feito pelo IBAMA.

O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO – E o senhor adquiriu de pessoa física ou através de alguma empresa?

O SR. LUIZ GONZAGA BATISTA – Não. Pessoa física, fazendeiro.

O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO – E o senhor transportou essas madeiras, teve ATPF para transportar? A madeira era pau-brasil?

O SR. LUIZ GONZAGA BATISTA – Pau-brasil.

O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO – Pau-brasil. E o senhor teve evidentemente ATPF dada para transportar essa madeira?

O SR. LUIZ GONZAGA BATISTA – De laudos técnicos, sim; de leilão do IBAMA, que foi promovido aqui na SEPLAC, não; para transporte não, porque já estava dentro da cidade.

O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO – Já estava aqui. E essas madeiras se encontram onde hoje?

O SR. LUIZ GONZAGA BATISTA – Alguma parte ainda se encontra na minha carpintariazinha que é bem rudimentar, bem pequenininha.



O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO – Essa carpintaria, assim como o Sr. Nei disse, não deve ter, legalmente, autorização do IBAMA para funcionar ou tem?

O SR. LUIZ GONZAGA BATISTA – Tem. É legalizada no IBAMA aqui de Eunápolis.

O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO – O senhor depois vai passar à Comissão a cópia da documentação.

O SR. LUIZ GONZAGA BATISTA – Perfeitamente.

O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO – Muito bem. O senhor acredita que há desvios de ATPFs aqui na Bahia?

O SR. LUIZ GONZAGA BATISTA – Que seja do meu conhecimento...

O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO – E o senhor comprou essa madeira de pau-brasil com que objetivo? Para revendê-la? Para...

O SR. LUIZ GONZAGA BATISTA – Para revender, para revender.

O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO – Essa madeira, o senhor disse que comprou de leilão?

O SR. LUIZ GONZAGA BATISTA – Uma parte de leilão.

O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO – E a outra parte?

O SR. LUIZ GONZAGA BATISTA – Madeira apreendida que foi doada, na época foi doada, e eu comprei ...

O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO – Quem recebeu?

O SR. LUIZ GONZAGA BATISTA – Isso.

O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO – O senhor se recorda quem foi que lhe vendeu?

O SR. LUIZ GONZAGA BATISTA – Me recordo.

O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO – Quem foi?

O SR. LUIZ GONZAGA BATISTA – MFC, Movimento Familiar Cristão, Creche Irmã Teresinha, Creche Melquedesec e uma parte foi do leilão. E a outra parte de laudo técnico: madeira morta, desidratada.

O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO – Bem, a princípio, essas madeiras que foram doadas a essas instituições, elas deveriam ter sido usadas pelas instituições, jamais vendidas. Não é esse o objetivo da lei quando criou essa possibilidade. De qualquer forma, já deixo registrado aqui para a Comissão para que a gente possa



ouvir essas instituições que venderam a madeira doada, sabemos em que ponto, e também — estou me referindo à Comissão aqui, aos técnicos da Comissão — saber se essa é a primeira vez que ocorreu. O senhor tem conhecimento se foi a primeira vez que eles venderam, que eles receberam essa madeira?

O SR. LUIZ GONZAGA BATISTA – É.

O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO – Foi a primeira vez que eles receberam?

O SR. LUIZ GONZAGA BATISTA – Pau-brasil foi a primeira vez.

O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO – Receberam como doação?

O SR. LUIZ GONZAGA BATISTA – Como doação.

O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO – O senhor acha que remotamente, digamos assim, por que esse grupo, quer dizer, essa associação, como é o nome dela?

O SR. LUIZ GONZAGA BATISTA – MFC, Movimento Familiar Cristão.

O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO – Por que que o Movimento Familiar Cristão pleiteia uma madeira e depois vende essa madeira? Foi só para fazer dinheiro?

O SR. LUIZ GONZAGA BATISTA – Dinheiro, né, para a instituição. Com certeza.

O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO – Uma maneira indireta de fazer dinheiro para a instituição?

O SR. LUIZ GONZAGA BATISTA – Com certeza.

O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO – E o IBAMA, quando escolheu essa instituição, foi aleatoriamente?

O SR. LUIZ GONZAGA BATISTA – Ah, não é do meu conhecimento.

O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO – Como é que eles se qualificaram — o senhor não sabe — para receber essa madeira?

O SR. LUIZ GONZAGA BATISTA – Não, não.

O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO – Eu acredito, Sr. Presidente, que essa é uma coisa que nós deveríamos saber exatamente, porque aí pode estar também um fio de um novo tipo de negócio, não é? Que legalize imediatamente. A madeira ilegalmente apreendida, depois ela é doada a uma instituição, conforme a lei faculta,



mas logo depois ela é vendida. Então, na realidade, isso pode ser um sistema de lavagem de madeira, de legalização de madeira, o que também nos aponta que a gente deve fazer uma averiguação. Eu não tenho mais pergunta a ser feita.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Deferida a solicitação do Sr. Relator sobre as instituições citadas pelo Sr. Luiz Gonzaga. Eu estive inclusive lá, eu estive pessoalmente lá, ontem, na sua...

O SR. LUIZ GONZAGA BATISTA – Carpintaria.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) - ... carpintaria. O senhor já vende em régua?

O SR. LUIZ GONZAGA BATISTA – Em régua. Alguma parte eu já vendi em tora.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Em tora?

O SR. LUIZ GONZAGA BATISTA – Em tora. É. Mas eu vendo em régua.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Mas a madeira não tem que ser beneficiada para ser vendida? Depois que está na sua carpintaria, ela não teria que ser beneficiada, até por conta do...

O SR. LUIZ GONZAGA BATISTA – Não, porque se ela sair do Estado, entendeu, que eu não sou...

(Pausa.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Sim, mas continue.

O SR. LUIZ GONZAGA BATISTA – Eu acredito que não, porque ela beneficiada é uma pauta, né? E em torinha, do jeito que está lá, é outra pauta. O gosto é diferente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Entendi. É uma carpintaria autorizada. Segundo o senhor, o senhor tem CGC, tem alvará...

O SR. LUIZ GONZAGA BATISTA – CGC, inscrição, alvará.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Tem tudo?

O SR. LUIZ GONZAGA BATISTA – É.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Nos preocupa — e aí eu gostaria de falar para a Comissão —, nos preocupa, porque, ontem e hoje de manhã, mas principalmente ontem no período da tarde, nós visitamos várias



madeireiras aqui na região. E pelo menos em um caso, a madeireira não existe e tem CGC. Não existe. O senhor já escutou falar na tal de Fafá Madeireira?

O SR. LUIZ GONZAGA BATISTA – Nunca.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Essa Fafá Madeireira tem ATPFs, tem notas fiscais, tem tudo, e não existe. Inclusive os vizinhos até... Até achei engraçado que eles chegaram para falar — sabe, Elton? —, e eu perguntei: “Mas e a tal da Fafá Madeireira? Mas é aqui do seu lado! Estava aqui, ora! Mas o endereço é aqui, e mostrei a ATPF.” Aí eles falaram: “Ah! Seu doutor, deve ser fantasma!” (*Risos.*) Foi até bastante pitoresca essa explanação. O Sr. Ribamar, e estavam os dois Ribamar lá da Comissão conosco.... Foi até pitoresco, porque não existe. A sua tem?

O SR. LUIZ GONZAGA BATISTA – Tem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – O senhor garante que, se nós sairmos daqui e formos até...

O SR. LUIZ GONZAGA BATISTA – ...o IBAMA.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Até o IBAMA — não —, ir até à coletoria estadual, o senhor vai ter lá?

O SR. LUIZ GONZAGA BATISTA – Tudo legal.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Embora só tenha uma serra, a carpintaria seja uma serra só...

O SR. LUIZ GONZAGA BATISTA – É bem... é bem artesanal, né?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Bem artesanal.

O SR. LUIZ GONZAGA BATISTA – Bem artesanal. O senhor esteve lá, o senhor teve oportunidade de ver que é bem artesanal.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Deputado Asdrubal Bentes, para as suas perguntas.

O SR. DEPUTADO ASDRUBAL BENTES – O seu nome é...

O SR. LUIZ GONZAGA BATISTA – Luiz Gonzaga.

O SR. DEPUTADO ASDRUBAL BENTES – Sr. Luiz Gonzaga, quando o senhor comprou a madeira, o senhor sabia que ela havia sido doada pelo IBAMA, depois de certamente apreendida de alguém, para uma determinada instituição



social — Movimento Familiar Cristão, não sei o quê, não sei das quantas — , para efeito de, talvez, construção de casas ou para obras sociais? O senhor sabia disso?

O SR. LUIZ GONZAGA BATISTA – Não. Não porque em princípio a madeira que foi apreendida e doada é uma madeira muito curtinha, não daria para eles fazerem casas, fazerem... só mesmo para pôr fogo ou um outro aproveitamento que não fosse para casa, para essas coisas, porque é muito... pedaços muito pequenos. São pedaços pequenos.

O SR. DEPUTADO ASDRUBAL BENTES – Sr. Presidente, já existe, não só aqui, mas no Brasil inteiro, esse tipo de negociata em que a instituição, em conluio com o IBAMA, consegue a doação dessas madeiras para fins sociais e, aí, negocia com madeiras. Às vezes o madeireiro está na jogada, às vezes não sabe e compra, porque todo madeireiro tem interesse em adquirir madeira. Agora, na maior parte das vezes, o madeireiro que compra essa madeira faz parte do conluio. A instituição social é usada como laranja para conseguir a liberação daquela madeira e aí então servir aos interesses econômicos da empresa. Isso eu sei — conheço — , não só aqui como na Amazônia, vem acontecendo. Agora, certamente, Sr. Presidente, certamente, é preciso se aprofundar esta... como é que são feitas estas liberações dentro do IBAMA, quais os critérios adotados, porque... As instituições devem comprovar para o que é que elas vão usar aquela madeira. Não é permitido que seja vendida esta madeira, e eles estão vendendo, ilegalmente. Então, eu creio que o maior problema aqui está em verificar, primeiro, se há conluio entre essa triangulação — entre IBAMA, instituição social e a madeireira — ou se o conluio é simplesmente entre o IBAMA e a instituição social; mas que certamente existe uma ação delituosa aí, de alguém do IBAMA junto com a instituição social, com certeza absoluta, que nós precisamos aprofundar, porque o madeireiro está sendo hoje acusado de ser o maior bandido da face da Terra, e não é: o madeireiro gera emprego, gera receita, gera renda. E eu creio que os madeireiros verdadeiros trabalham dentro da lei; então é preciso que o verdadeiro madeireiro se una no sentido de alijar de seu convívio aqueles que trabalham na ilegalidade, que passam a ser concorrentes desleais para os madeireiros sérios, trabalhadores, que trabalham na forma da lei. Eu gostaria, Sr. Presidente, que o senhor determinasse a



investigação da forma como foi liberada essa madeira do IBAMA para as tais instituições.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Citadas pelo Sr. Luiz Gonzaga.

O SR. DEPUTADO ASDRUBAL BENTES – Citadas pelo Sr. Luiz Gonzaga.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Já está deferida, inclusive.

O SR. DEPUTADO ASDRUBAL BENTES – No mais, eu queria saber se o senhor tem conhecimento de irregularidades praticadas pelo IBAMA, principalmente no setor de fiscalização aqui: olhos fechados para muita coisa, participação, criação de dificuldades para vender facilidades...

O SR. LUIZ GONZAGA BATISTA – Veja bem, doutor: eu sou um pequeno agricultor, eu planto mamão. Esse outro lado, dessa madeira, eu comecei a comprar esse tipo de madeira no leilão que formaram aqui na CEPLAC; eu arrematei dois lotes de madeira: um de 25 metros cúbicos de pau-brasil e um outro de madeiras diversas.

O SR. DEPUTADO ASDRUBAL BENTES – Esse leilão foi autorizado pelo IBAMA?

O SR. LUIZ GONZAGA BATISTA – Ah?

O SR. DEPUTADO ASDRUBAL BENTES – Autorizado pelo IBAMA?

O SR. LUIZ GONZAGA BATISTA – Autorizado pelo IBAMA — eu tenho toda a documentação. O leiloeiro oficial...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Já se pôs à disposição de encaminhar essa documentação...

O SR. DEPUTADO ASDRUBAL BENTES – Então, quanto à sua atuação, não existe dolo. O senhor simplesmente comprou aquilo que já havia sido leiloadado, não é isso?

O SR. LUIZ GONZAGA BATISTA – É. E então...

O SR. DEPUTADO ASDRUBAL BENTES – Mas o que nós gostaríamos de saber, Sr. Presidente, é exatamente como foi feita essa liberação para essas instituições e qual a finalidade dessa doação, porque lá consta... Quando a associação pede alguma coisa, pede para aplicar em tal finalidade.



O SR. LUIZ GONZAGA BATISTA – Eu tenho cópias dos termos de doação. Viu? Se precisar...

O SR. DEPUTADO ASDRUBAL BENTES – Certo. Então, eu estou satisfeito, reiterando o requerimento de que seja apurada a forma dessa liberação do IBAMA para as instituições sociais, muitas vezes entre aspas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Muito bem, Deputado Asdrubal. O Deputado Luisinho daqui a pouco vai fazer as suas perguntas. Parece-me que, até dois anos atrás, era permitido o leilão da madeira apreendida. Só que lá, no Amazonas, o Rei do Mogno, a madeira dele era apreendida, e ele arrematava com outros nomes, outras empresas que ele tinha. Então, a madeira dele apreendida, ilegal, como o Relator muito bem colocou, se transformava em madeira legal na medida em que ele comprava com nomes de outras empresas. Por isso houve essa restrição ao leilão. Aí passou a ser doação. Só que agora...

O SR. DEPUTADO ASDRUBAL BENTES – Aí funcionou o jeitinho brasileiro.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Só que agora, depois dessas colocações do Deputado Asdrubal e do Deputado Relator, Sarney Filho, que passou a ter uma dúvida, e nós temos saber também se o Rei do Mogno não tem várias instituições de caridade, mantém várias instituições de caridade naquela região. É uma coisa interessante que vamos apurar, começando aqui pelas instituições citadas pelo senhor. Deputado Luisinho.

O SR. DEPUTADO LUISINHO – Sr. Luiz Gonzaga, a minha pergunta é uma só, e só para ter conhecimento de como acontece isso junto às instituições: é comum essa prática de venda de madeira pelas instituições que recebem como doação aqui, nesta localidade?

O SR. LUIZ GONZAGA BATISTA – Não, é isso que eu queria dizer — eu ia pedir ao Deputado a palavra para falar. Não, porque... Veja bem: nesse período que foi de 99, que foi o leilão do IBAMA aqui na CEPLAC, nesse período de 99 para cá, eu adquiri somente três lotes de madeira através de instituição. Em cinco anos, eu só adquiri três lotes de madeira através de instituição.

O SR. DEPUTADO LUISINHO – Mas isso o senhor; outros madeireiros aqui...

O SR. LUIZ GONZAGA BATISTA – Ah, aí eu não sei. Não é do meu conhecimento.



O SR. DEPUTADO LUISINHO – Então, há a possibilidade de que outros madeireiros tenham conseguido também através das instituições?

O SR. LUIZ GONZAGA BATISTA – Pode ser, pode ser.

O SR. DEPUTADO LUISINHO – Satisfeito, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – O senhor falou que comprou essa madeira como pessoa física, tanto no leilão quanto...

O SR. LUIZ GONZAGA BATISTA – É.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – De quem é essa empresa Brasil Madeiras?

O SR. LUIZ GONZAGA BATISTA – Brasil Imperial...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Brasil Imperial Madeiras.

O SR. LUIZ GONZAGA BATISTA – É minha, mas ela foi constituída porque eu comprei essa madeira do leilão e adquiri algumas madeiras através de doação. Como eu comecei a emitir notas avulsas na inspetoria fazendária, eu tinha que pegar um documento no IBAMA, levar o comprovante do leilão junto à inspetoria fazendária para emitir nota fiscal. Mas o... inspetor... a inspetoria fazendária aí fez uma fiscalização ou... Um senhor foi lá, olhou: “Não, você tem de registrar uma empresa. Você tem de se registrar junto ao IBAMA para você comercializar esse tipo... Para fazer isso que você está fazendo, serrando a madeira, você tem de ir junto ao IBAMA e legalizar uma... constituir a empresa”. Foi o que eu fiz.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Entendi. Mas a sua empresa tem quantos anos? A Brasil Madeiras? A Brasil Imperial?

O SR. LUIZ GONZAGA BATISTA – Ah! De cabeça, assim eu não... dois mil... final de 2001.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – A última madeira que o senhor adquiriu foi quando?

O SR. LUIZ GONZAGA BATISTA – Também não... assim... só nos documentos; tenho de pegar a documentação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Mas foi antes...

O SR. LUIZ GONZAGA BATISTA – Não, a última madeira que eu adquiri foi há... Há pouco tempo eu adquiri madeira.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – O senhor... Mas adquiriu como pessoa física, mas o senhor já tinha a madeireira.

O SR. LUIZ GONZAGA BATISTA – Não, como pessoa jurídica.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Aí o senhor já aprendeu, já comprou como pessoa jurídica.

O SR. LUIZ GONZAGA BATISTA – Comprei como pessoa jurídica.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Foi em 6 de maio de 2002?

O SR. LUIZ GONZAGA BATISTA – Que eu comprei?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – A Brasil Imperial...

O SR. LUIZ GONZAGA BATISTA – Foi formada em 6 de maio.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – A Brasil Imperial, uma nota fiscal... O número não aparece aqui, mas é uma nota fiscal de venda, fez operação venda para a Arcos Brasil Ltda...

O SR. LUIZ GONZAGA BATISTA – Hum, hum.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – ...em 6 de maio de 2002, com ATPF, com tudo direitinho.

O SR. LUIZ GONZAGA BATISTA – Certo. Nota fiscal nº 40.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Eu tenho o número 940.

O SR. LUIZ GONZAGA BATISTA – Eu tenho tudo no meu arquivo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Tudo no seu arquivo. Já são 940 que essa madeireira aí, a madeireira... a sua madeireira...

O SR. LUIZ GONZAGA BATISTA – A Brasil Imperial.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – ...emitiu...

O SR. LUIZ GONZAGA BATISTA – Aquela que o senhor esteve lá.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – ...emitiu 940 notas até essa aí.

O SR. LUIZ GONZAGA BATISTA – É, eu tenho todas as notas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Aqui o senhor vendeu trinta, trinta metros cúbicos.

O SR. LUIZ GONZAGA BATISTA – Isso, de tabuinhas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – De tábuas.

O SR. LUIZ GONZAGA BATISTA – Isso.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Trinta metros cúbicos.

O SR. LUIZ GONZAGA BATISTA – Isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Vendeu por 1.050 reais. O senhor conhece o Sr. Nei?

O SR. LUIZ GONZAGA BATISTA – Não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Nei Guimarães.

O SR. LUIZ GONZAGA BATISTA – Não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – O senhor já fez algum negócio com o Sr. Alfred Marques?

O SR. LUIZ GONZAGA BATISTA – Não conheço.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Não conhece?

O SR. LUIZ GONZAGA BATISTA – Não.

(Não identificado) - Dez mil e quinhentos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Dez mil e quinhentos; não é 1.500, é 10.500. O negócio é lucrativo. O senhor comprou por quanto, no último leilão, o metro cúbico?

O SR. LUIZ GONZAGA BATISTA – Oito mil e quinhentos reais.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – E vendeu por 10.500?

O SR. LUIZ GONZAGA BATISTA – Não, eu comprei, eu comprei oito... vinte e cinco metros cúbicos por 8.500.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Por 8.500. Tem um lucro aí de 2.000% mais ou menos.

O SR. LUIZ GONZAGA BATISTA – Não, porque a madeira tem perda, né?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – O senhor já reparou que a maioria dos seus laudos de autorização são assinados pelo Sr. Cosme Damião aqui do IBAMA ou não? É coincidência?

O SR. LUIZ GONZAGA BATISTA – Não porque eu tenho a maior... os meus... os laudos técnicos que eu tenho... os laudos técnicos que eu tenho... Tenho laudos técnicos assinados por Dr. Cosme e por Dr. Hélivio.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Hélivio.

O SR. LUIZ GONZAGA BATISTA – É.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Certo. Então é coincidência mesmo ser uma parte deles assinado pelo Dr. Cosme Damião, não é? Coincidência mesmo, né, a maior parte dos seus laudos ser assinada pelo Sr. Cosme Damião. O Dr. Cosme é...

O SR. LUIZ GONZAGA BATISTA – Não, o Dr. Cosme... O Dr. Cosme Damião eu não sei nem se tenho laudo assinado... Eu tenho que olhar os laudos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – O senhor conhece... o senhor conhece o Sr. Fabiano, da...

O SR. LUIZ GONZAGA BATISTA – Não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Mas o senhor vendeu a ele!

O SR. LUIZ GONZAGA BATISTA – Fabiano?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – É, da Arcos do Brasil. O senhor não conhece não?

O SR. LUIZ GONZAGA BATISTA – Fabiano? Arcos do Brasil?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Proprietário da Arcos do Brasil.

O SR. LUIZ GONZAGA BATISTA – Não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Ou ele não é...

O SR. LUIZ GONZAGA BATISTA – É Floriano.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Floriano, é.

O SR. LUIZ GONZAGA BATISTA – Ah! Floriano. Conheço.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – O senhor conhece, conhece ele?

O SR. LUIZ GONZAGA BATISTA – Conheço.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Você sabia que ele tem estoque de aproximadamente uma tonelada de pau-brasil?

O SR. LUIZ GONZAGA BATISTA – Eu acho que... Eu acredito que... A madeira que ele tem lá toda foi vendida por mim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Uma tonelada? Uma tonelada?

O SR. LUIZ GONZAGA BATISTA – No período que eu venho mexendo para cá; não sei a quantidade que ele tem, né? Eu tenho as notas lá e... o que ele tem lá



foi vendido... A maior parte foi vendida por mim. Se ele tem alguma coisa adquirida lá foi de...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – É, rapaz. O Sr. Fabiano já esteve na sua empresa...

O SR. LUIZ GONZAGA BATISTA – Floriano.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – O Sr. Floriano já esteve na sua empresa?

O SR. LUIZ GONZAGA BATISTA – Já.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Várias vezes? Uma vez só?

O SR. LUIZ GONZAGA BATISTA – Não, várias vezes.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – O senhor conhece o Sr. Renato Casara?

O SR. LUIZ GONZAGA BATISTA – Não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Nunca esteve com ele?

O SR. LUIZ GONZAGA BATISTA – Não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Nunca?

O SR. LUIZ GONZAGA BATISTA – Não, nem...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Quer esperar um pouquinho e responder, pensar?

O SR. LUIZ GONZAGA BATISTA – Não, não. Como é: Renato?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Casara.

O SR. LUIZ GONZAGA BATISTA – Não. Não conheço.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Os lotes que o senhor vendeu somaram quantas toneladas de pau-brasil até agora? O senhor imagina ou não? O senhor tem o controle em casa, lá na...

O SR. LUIZ GONZAGA BATISTA – Só com a... É só com...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – O senhor vai mandar isso... inclusive as suas notas... as suas notas fiscais...

O SR. LUIZ GONZAGA BATISTA – Fiscais...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) - ...quarenta notas, é. Porque aqui estava... a nota... É 0040 a nota?

O SR. LUIZ GONZAGA BATISTA – Isso.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) - É 0040 ou 940, hein?

O SR. LUIZ GONZAGA BATISTA – Não, é quarenta.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Quarenta, né.

O SR. LUIZ GONZAGA BATISTA – Não tenho esse tanto de nota emitida.

(Não identificado) – Esse é o período de emissão de uma nota...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Um americano que mora em São João do Paraíso, o senhor não conhece? Tem certeza?

O SR. LUIZ GONZAGA BATISTA – Americano?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – É.

O SR. LUIZ GONZAGA BATISTA – Ah! ele já esteve na porta da minha casa uns quatro anos atrás.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Para fazer o quê?

O SR. LUIZ GONZAGA BATISTA – Para tentar comprar madeira na minha mão. Não fizemos negócio. Nunca mais eu o vi.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Esse é o Sr. Alfred Marques?

O SR. LUIZ GONZAGA BATISTA – É, Alfred.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – O Sr. Nei não esteve com ele? Não esteve junto?

O SR. LUIZ GONZAGA BATISTA – Não. Nessa época, foi um rapaz de tabela que trouxe ele na minha porta, há uns quatro ou cinco anos atrás, logo... depois do término do leilão, um pouco... um período depois do término do leilão. Um rapaz de tabela trouxe ele na minha porta, ele e um outro americano.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Sim, quando ele esteve na sua... na porta da sua casa, ele queria comprar que tipo de madeira?

O SR. LUIZ GONZAGA BATISTA – Tabuinhas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Tábuas de pau-brasil?

O SR. LUIZ GONZAGA BATISTA – É.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Tábuas de pau-brasil. Ele falava se a madeira... Servia qualquer pau-brasil, ou só verde, ou só de determinada qualidade?

O SR. LUIZ GONZAGA BATISTA – Não, não, não. Não entramos em detalhes.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Por quê? Ele queria pagar pouco? O senhor não fez negócio com ele?

O SR. LUIZ GONZAGA BATISTA – Não, porque ele queria usar a minha carpintaria para fazer umas varetas de violino nas minhas tabuinhas, para depois combinar. Eu não combinei com ele.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Ah, entendi! Quer dizer, ele queria as varetinhas, não é?

O SR. LUIZ GONZAGA BATISTA – Isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – As varetinhas eram para fazer o arco de violino. Ele falou para o senhor, não é?

O SR. LUIZ GONZAGA BATISTA – Isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – O.k. Então, o senhor se comprometeu com esta CPI em algumas coisas. Primeiro, os termos de doação das madeiras que o senhor comprou das empresas, com as suas respectivas notas fiscais. Eu não sei se o senhor comprou... porque aí fica difícil, se o senhor recebeu, por exemplo, no leilão, pela sua empresa ou por pessoa física.

O SR. LUIZ GONZAGA BATISTA – Não, pessoa física.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – E também se sua empresa recebeu... se a sua empresa foi que recebeu as doações.

O SR. LUIZ GONZAGA BATISTA – Não, pessoa física. Está no meu nome.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Pessoa física. Sempre pessoa física.

O SR. LUIZ GONZAGA BATISTA – É.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – O nome das instituições e a cópia das notas fiscais dadas até hoje. O senhor fez algum projeto de manejo, deu entrada em algum projeto no IBAMA?

O SR. LUIZ GONZAGA BATISTA – Não, não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Nunca deu?

O SR. LUIZ GONZAGA BATISTA – Não, não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – O senhor tem... Segundo nos disseram próximos, os seus vizinhos, o senhor tem uma mata, não é?

O SR. LUIZ GONZAGA BATISTA – Não, não, não, não...



O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Não.

O SR. LUIZ GONZAGA BATISTA – Não tenho terra, não tenho nada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Não tem terra? Não?

O SR. LUIZ GONZAGA BATISTA – Nada, nada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Mas o senhor trabalha com mamão papaia, para isso precisa de...

O SR. LUIZ GONZAGA BATISTA – Trabalho com mamão. Arrendo terra.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Ah, o senhor arrenda.

O SR. LUIZ GONZAGA BATISTA – Arrendo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – E, nessas terras arrendadas, o senhor tem alguma terra com Mata Atlântica?

O SR. LUIZ GONZAGA BATISTA – Eu tenho uma terra arrendada, 22 hectares de terra, em frente ao Parque Nacional do Pau-Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Em frente ao Parque Nacional. Foi o que me falaram lá. Os seus vizinhos estão bem informados. Tem pau-brasil lá?

O SR. LUIZ GONZAGA BATISTA – Na área em que eu plantei mamão?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Isso.

O SR. LUIZ GONZAGA BATISTA – Pouquinho, deu... Está lá, tem inclusive encostado lá no cantinho, toda morta. Foi tirado.. O IBAMA foi lá, tiraram fotografia.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Mas nos 22 hectares que estão próximos ao Parque tem alguma área de Mata Atlântica ainda ou já estão todas desmatadas? O senhor tem 22 hectares que fazem fronteira com o Parque Nacional.

O SR. LUIZ GONZAGA BATISTA – Com o Parque Nacional.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Elas são todas... Esses 22 hectares estão desmatados ou ainda têm...

O SR. LUIZ GONZAGA BATISTA – Não, é desmatado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Está desmatado.

O SR. LUIZ GONZAGA BATISTA – Está toda plantada com mamão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – E tem pouquinho lá. O senhor já levou esse pau-brasil para a sua carpintaria alguma vez?



O SR. LUIZ GONZAGA BATISTA – Não, esse pau-brasil que está lá... É desse que está lá que o senhor está falando?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – É, desse que está lá.

O SR. LUIZ GONZAGA BATISTA – Esse que está lá, encontra-se lá...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Mas o senhor deu entrada num projeto para trazê-lo, não deu, no IBAMA?

O SR. LUIZ GONZAGA BATISTA – Dei....

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Então, o senhor disse para a gente que não deu projeto nenhum no IBAMA, poxa.

O SR. LUIZ GONZAGA BATISTA – Não, essa madeira que foi tirada nesses 22 hectares que eu plantei mamão, era uma capoeira, madeira morta, ela encontra-se lá...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Mas o senhor tem um projeto no IBAMA, solicitando...

O SR. LUIZ GONZAGA BATISTA – Dei entrada solicitando.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Pois é, mas eu perguntei antes ao senhor se a Brasil Imperial deu entrada no IBAMA para algum tipo de projeto.

O SR. LUIZ GONZAGA BATISTA – Ah, não entendi. O senhor me perdoe, eu não entendi.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Então, o senhor, por favor, o senhor mora perto, mora próximo, se o senhor puder encaminhar até às 4h da tarde essa documentação solicitada ao senhor, se tiver lá ... Se não tiver, de qualquer maneira, a Secretaria da Comissão vai dar a forma de o senhor entrar em contato para o senhor poder falar com esta Comissão encaminhando os documentos solicitados. Então, a Secretaria da Comissão...

(Intervenção inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Foi interessante. Está certo, está certo. É legal, essa aqui é legal. Aqui tinha muita madeireira, não é?

O SR. LUIZ GONZAGA BATISTA – Tinha.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Tinha muita, não é? Depois dessa questão do pau-brasil, depois da questão da Mata Atlântica, do IBAMA, da



ação do IBAMA, elas começaram a fechar. Tem muitas fechadas. Eu vi muitas carpintarias fechadas ou paralisadas. Elas estão indo para onde, o senhor sabe?

O SR. LUIZ GONZAGA BATISTA – Não. Eu não trabalhava com madeira. Eu comecei a comprar madeira depois desse leilão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Só depois desse leilão.

O SR. LUIZ GONZAGA BATISTA – É.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Mas o senhor nem imagina para onde elas estão indo?

O SR. LUIZ GONZAGA BATISTA – Não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Tem muitas pessoas que já largaram aqui e já foram.

O SR. LUIZ GONZAGA BATISTA – Já foram para o Pará...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Pará, Rondônia...

O SR. LUIZ GONZAGA BATISTA – Rondônia, Pará...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Rondônia, Pará. O senhor conhece Camamu? Camamu?

O SR. LUIZ GONZAGA BATISTA – Já ouvi falar, na Bahia? Conheço, conheço.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – E lá tem muitas madeiras?

O SR. LUIZ GONZAGA BATISTA – Não sei. Eu inclusive tenho um laudo técnico do Dr. Marcos Valadão, dono de um hospital em Camacan, da terra dele, na pastagem, eu tirei madeira lá. Comprei madeira dele. Foi feito laudo técnico, foram tiradas fotografias...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Sim, mas então o senhor não comprou madeira só de leilão nem de doação. O senhor comprou madeira também e outras coisas.

O SR. LUIZ GONZAGA BATISTA – Eu falei antes que eu comprei madeira com laudo técnico. Madeira em que foram feitos laudos técnicos. Além de leilão...

O SR. DEPUTADO ASDRUBAL BENTES – Sr. Presidente, só para colaborar. Quando ele fala madeira com laudo técnico são exatamente essas madeiras que são vistoriadas em propriedade pelo IBAMA...

O SR. LUIZ GONZAGA BATISTA – Madeiras mortas...



O SR. DEPUTADO ASDRUBAL BENTES – ... que o IBAMA oferece um laudo técnico.

O SR. LUIZ GONZAGA BATISTA – Eu vou ao IBAMA, solicito ao IBAMA uma vistoria técnica...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – O secretário da Comissão está aí, o Sr. Manoel? Por favor, chame. Ele vai lhe conduzir então até a saída; o senhor, por favor, vai ter de assinar o termo. Não sei se o senhor já assinou, já preencheu o termo.

O SR. LUIZ GONZAGA BATISTA – Já, já.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – O senhor vai providenciar então a documentação pedida.

O SR. LUIZ GONZAGA BATISTA – Perfeitamente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Muito obrigado ao senhor.

O SR. LUIZ GONZAGA BATISTA – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Está suspensa a reunião até a entrada do próximo depoente.

(A reunião é suspensa.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Sr. Vicente Loiola, o senhor, por favor, vá ao microfone falar seu nome, e ler em voz alta essas três frases aqui, que estão em negrito.

O SR. VICENTE LOIOLA DA PAIXÃO – Meu nome é Vicente Loiola da Paixão. Faço, sob a palavra de honra, a promessa de dizer a verdade do que souber e me for perguntado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Obrigado, Sr. Vicente. Então, para as suas perguntas, o Relator, Deputado Sarney Filho.

O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO – Sr. Loiola, o senhor sabe por que foi convocado para esta Comissão?

O SR. VICENTE LOIOLA DA PAIXÃO – Não, não.

O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO – O senhor tem alguma atividade que envolve... atividade comercial que envolve venda ou compra de madeiras?

O SR. VICENTE LOIOLA DA PAIXÃO – Sempre eu trabalhei, uns tempos atrás, com madeiras, hoje não trabalho mais.



O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO – Há quanto tempo o senhor não trabalha mais com madeira?

O SR. VICENTE LOIOLA DA PAIXÃO – Tem aproximadamente há um ano, mais ou menos.

O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO – Há um ano o senhor não trabalha com madeira.

O SR. VICENTE LOIOLA DA PAIXÃO – É.

O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO – E quando o senhor trabalhava com madeira, houve alguma apreensão de madeira sua, houve alguma denúncia, o senhor respondeu algum inquérito?

O SR. VICENTE LOIOLA DA PAIXÃO – Não, nunca.

O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO – Nunca. E qual era a madeira com que o senhor trabalhava?

O SR. VICENTE LOIOLA DA PAIXÃO – Eu sempre era comerciante, eu comprava e vendia, era tipo intermediário.

O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO – Sim, o senhor comprava e vendia madeira.

O SR. VICENTE LOIOLA DA PAIXÃO – É.

O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO – Não sabe qual era, era todo tipo de madeira?

O SR. VICENTE LOIOLA DA PAIXÃO – É, todo tipo de madeira, de acordo com o pedido.

O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO – E o senhor, ao longo dessa atividade — quer dizer, o ano passado não faz tanto tempo, um ano atrás não é tanto tempo assim —, o senhor soube de algum funcionário do IBAMA que, por ventura, estivesse vendendo ATPFs?

O SR. VICENTE LOIOLA DA PAIXÃO – Não, não é de meu conhecimento.

O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO – E o senhor, em algum momento, requisitou ATPFs?

O SR. VICENTE LOIOLA DA PAIXÃO – Não, não, não, não.

O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO – Essa sua atividade era pessoa física, ou o senhor tinha uma empresa?



O SR. VICENTE LOIOLA DA PAIXÃO – Era pessoa física.

O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO – Sempre foi pessoa física.?

O SR. VICENTE LOIOLA DA PAIXÃO – Teve uma... limitada, mas tem muito tempo, tem uns 18 anos que eu passei...

O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO – Tá, muito bem. E hoje, qual a sua atividade hoje?

O SR. VICENTE LOIOLA DA PAIXÃO – Eu sempre compro um carrinho e levo para Belo Horizonte.

O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO – Compra?

O SR. VICENTE LOIOLA DA PAIXÃO – Compro carro e vendo.

O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO – Compra carro e vende carro.

O SR. VICENTE LOIOLA DA PAIXÃO – É, a madeira me deixou quebrado.

O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO – E nessa... e o senhor compra carro, um carro ou vários carros, vai de carreta?

O SR. VICENTE LOIOLA DA PAIXÃO – Não, um carro só, malmente.

O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO – É.

O SR. VICENTE LOIOLA DA PAIXÃO – Um carrinho aqui, um carrinho por mês, eu vendo.

O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO – Nessas suas andanças aí...só para... não tem nada a ver com essa convocação, mas o senhor não teve conhecimento também de tráfico de animais silvestres...

O SR. VICENTE LOIOLA DA PAIXÃO – Não.

O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO - ... de pessoal que carrega bicho, e tudo.

O SR. VICENTE LOIOLA DA PAIXÃO – Não, não, não.

O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO – Então, o senhor acha... não entende o motivo por que foi convocado aqui?

O SR. VICENTE LOIOLA DA PAIXÃO – Não, não.

O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO – Muito bem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Sr. Vicente, o senhor, nas... eu estou desde ontem aqui, eu não preciso me disfarçar muito, que eu não tenho cara de Deputado mesmo, não é, então, fica muito fácil para chegarmos e



conversarmos com as pessoas. O seu nome apareceu em quatro fontes, quatro pessoas, que depuseram a mim, não querem aparecer, têm seus direitos, depuseram para mim pessoalmente, quatro pessoas, que o senhor vende ATPF, Sr. Vicente. Disseram inclusive que o senhor se mantém numa atividade bastante grande, vamos chamar, em termos de volume; que não passam carretas, mas passam caminhões para a sua propriedade, de madeira. Que o senhor tem, sob suas ordens, quatro pessoas, quatro ou cinco pessoas, que fazem outras atividades, mas que funcionam como apanhadores de madeira. Disseram para esta Comissão, essas quatro fontes disseram para esta Comissão, para esta Presidência, que o senhor, o senhor tem caminhões em nome de pessoas da família, e que essas pessoas, esses caminhões inclusive são usados para o transporte de madeira. Disseram também que o senhor consegue fazer ATPF em computador, o senhor ou outra pessoa da família. Disseram também que em sua casa tem ATPFs. Então, como eu falei, para mim... as pessoas falam porque... elas falaram, e só foi... Aliás, diga-se de passagem, também fiz algumas coisas aqui. Eu, primeiro, vi o sofrimento do povo de Eunápolis, porque é absoluto o abandono dessa cidade — eu aqui faço a minha crítica. Há locais, Deputados, em que vocês não andam nem de bicicleta. Há locais populosos nesses bairros periféricos que nem de bicicleta se anda. Pessoas são impedidas de sair de casa pela dificuldade que este Município está, precisando de socorro urgente. E eu fui até sua propriedade, Sr. Vicente. Estivemos lá por perto, para ver se detectávamos alguma... Inclusive é função da CPI fazer isso mesmo. Estivemos lá próximo, para ver se aparecia algum caminhão. Segundo diziam, eram muitos. Mas nós não vimos caminhão nenhum, realmente. Sr. Vicente, se nós formos agora na sua casa, nós vamos encontrar ATPF?

O SR. VICENTE LOIOLA DA PAIXÃO – Olha, pode ir...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Por favor, por favor, o senhor pode pensar. Sem problema nenhum, porque nós vamos inclusive. Eu só queria saber. Se nós formos em sua casa, na casa de seus parentes... Vamos, então, fazer o contrário: alguém tem caminhão na sua família?

O SR. VICENTE LOIOLA DA PAIXÃO – Não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Ninguém tem caminhão. O senhor tem uma propriedade ali naquele bairro de São... Como é o nome?



(Intervenção inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Mas o senhor tem propriedade, não tem?

O SR. VICENTE LOIOLA DA PAIXÃO – Não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Não? Só tem casa?

O SR. VICENTE LOIOLA DA PAIXÃO – Só casa. A única. A única casa que eu tenho.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – O senhor tem computador em casa?

O SR. VICENTE LOIOLA DA PAIXÃO – Não. Nunca tive...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Seu filho tem computador?

O SR. VICENTE LOIOLA DA PAIXÃO – Não. Nunca fui a uma aula de informática.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Mas seu filho tem? Sua filha? Seu genro?

O SR. VICENTE LOIOLA DA PAIXÃO – Nada. Ninguém. Ninguém lá em casa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Ninguém da família tem?

O SR. VICENTE LOIOLA DA PAIXÃO – Ninguém da família.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – O senhor já vendeu ATPF?

O SR. VICENTE LOIOLA DA PAIXÃO – Nunca.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Se eu lhe trouxer uma pessoa que comprou ATPF do senhor, com o senhor...?

O SR. VICENTE LOIOLA DA PAIXÃO – Se tiver provas... Eu não vendo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Ele tem provas. E aí? O senhor vai negar?

O SR. VICENTE LOIOLA DA PAIXÃO – Eu não vendi, como é que eu vou...?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – O senhor vendia madeira, madeira da Mata Atlântica? Vendia, vamos colocar o verbo no passado...

O SR. VICENTE LOIOLA DA PAIXÃO – Não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – ... no pretérito passado. O senhor nunca vendeu nada de Mata Atlântica?



O SR. VICENTE LOIOLA DA PAIXÃO – Não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – O senhor não tem apanhadores, não tinha apanhadores? Não tinha pessoas que são conhecidos apanhadores que lhe conheciam? Todos esses que se dizem ex-traficantes, eles dizem que agora é artesanato. O senhor não trabalha com artesanato?

O SR. VICENTE LOIOLA DA PAIXÃO – Não, não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Porque nós agora vamos fazer a CPI do artesanato. Já está mais ou menos definido aqui, vai ser a pedido do Deputado Asdrubal Bentes. O senhor conhece o Sr. José A... Mário?

O SR. VICENTE LOIOLA DA PAIXÃO – José Mário? Conheço.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Conhece? A sua residência fica onde?

O SR. VICENTE LOIOLA DA PAIXÃO – Bairro da Liberdade, nº 67.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – E o seu escritório?

O SR. VICENTE LOIOLA DA PAIXÃO – Não tenho escritório.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Não tem na parte de cima da casa? Não tem escritório?

O SR. VICENTE LOIOLA DA PAIXÃO – Não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Nunca teve?

O SR. VICENTE LOIOLA DA PAIXÃO – Não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Quem mora na parte de cima?

O SR. VICENTE LOIOLA DA PAIXÃO – Meu filho.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Seu filho. Seu filho tem um escritório?

O SR. VICENTE LOIOLA DA PAIXÃO – Não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Seu filho, na parte de cima, tem computador?

O SR. VICENTE LOIOLA DA PAIXÃO – Não. Pode mandar agora lá.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Mas nós vamos agora. Isso aí o senhor pode ficar tranqüilo, não precisa mandar, porque nós vamos. Agora, não sei se algum Deputado tem... Eu acho que nós podemos terminar então o



depoimento do senhor... Terminar, não, suspender o seu depoimento, enquanto o senhor vai ser acompanhado por uma pessoa da CPI, que vai até a sua casa. *(Pausa.)* O seu depoimento está suspenso até a volta... O senhor não se incomoda, não é? Eu não preciso fazer um mandado de busca e apreensão, não é? O senhor não se incomoda de ir com alguém do IBAMA lá?

O SR. VICENTE LOIOLA DA PAIXÃO – Não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – O senhor tem alguma coisa no depósito no bairro Zucré?

O SR. VICENTE LOIOLA DA PAIXÃO – Não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Nunca teve?

O SR. VICENTE LOIOLA DA PAIXÃO – Já tive uma firma.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Ah, sim!

O SR. VICENTE LOIOLA DA PAIXÃO – Não eu, né?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Quem? O Sr. José Mário? Quem tinha?

O SR. VICENTE LOIOLA DA PAIXÃO – O José Mário, não. O José Mário, eu conheço ele na casa das embalagens.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Sim, mas quem é que o senhor tinha?

O SR. VICENTE LOIOLA DA PAIXÃO – Lá... Eu comprei madeira dele.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Essa madeira o senhor comprava como pessoa física, não emitia nota?

O SR. VICENTE LOIOLA DA PAIXÃO – Não. Realmente, eu não emitia nota, eu já comprava de quem tinha nota.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) - De quem tinha nota. E a ATPF?

O SR. VICENTE LOIOLA DA PAIXÃO - Eu não comprava... eu não...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Eu sei. Mas o senhor não tinha ATPF.

O SR. VICENTE LOIOLA DA PAIXÃO – ...não... *(ininteligível)* comprava mercadoria.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Eu sei, mas o senhor comprava de quem? Quais são os nomes das pessoas de quem o senhor comprava? Diz para mim qual o nome das pessoas de quem comprava.

O SR. VICENTE LOIOLA DA PAIXÃO – Eu comprava de algumas serrarias.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Quais são as serrarias?

O SR. VICENTE LOIOLA DA PAIXÃO – Faz tempo. Não foi por agora também...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Mas quais são as serrarias?

O SR. VICENTE LOIOLA DA PAIXÃO – Comprei na (*ininteligível*).

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Checon?

O SR. VICENTE LOIOLA DA PAIXÃO – Porque, geralmente, quando eu comprava a mercadoria, era direto para um intermediário também de fora. Aí, passava os dados da empresa, e eu ia e comprava mercadoria e pagava.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Espera, espera aí só um instantinho. Como é que o senhor fazia? Fale devagar, por favor.

O SR. VICENTE LOIOLA DA PAIXÃO – O cliente me pedia a mercadoria...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Que cliente?

O SR. VICENTE LOIOLA DA PAIXÃO – O vendedor, lá fora, no Rio de Janeiro ou Espírito Santo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Ah, Rio e Espírito Santo. Quais são os seus vendedores do Rio de Janeiro e Espírito Santo, as pessoas que lhe compravam, o nome das pessoas?

O SR. VICENTE LOIOLA DA PAIXÃO – Me pediam. Juca... só conheço por Juca.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – O nome dele?

O SR. VICENTE LOIOLA DA PAIXÃO – Eu não sei não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Telefone dele. O senhor tem?

O SR. VICENTE LOIOLA DA PAIXÃO – Agora, não tenho não. Ele que me ligava.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – O senhor não tem o telefone, não tem o endereço, nada, desse S. Juca?

O SR. VICENTE LOIOLA DA PAIXÃO – Não, não.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Nada?

O SR. VICENTE LOIOLA DA PAIXÃO – Não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Ele é de onde?

O SR. VICENTE LOIOLA DA PAIXÃO – É do Espírito Santo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Do Espírito Santo. E do Rio, quem era que ligava para o senhor?

O SR. VICENTE LOIOLA DA PAIXÃO – Do Rio, tinha um vendedor, ele vendia lá para mim, é... esqueci o nome dele agora, lá de Nova Iguaçu.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Nova Iguaçu. Não é de Belford Roxo, não, né?

O SR. VICENTE LOIOLA DA PAIXÃO – É Dilson, Dilson,

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Hein?

O SR. VICENTE LOIOLA DA PAIXÃO – Dilson, lá de Nova Iguaçu. Mas tem muito tempo isso aí.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Quanto tempo, um ano, dois anos?

O SR. VICENTE LOIOLA DA PAIXÃO - Ah, tem uns dois ou três anos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Uns dois ou três anos. Mas o senhor sabe que as pessoas continuam comprando, não é? O senhor imagina, eles tinham...o pedido era muito grande, era sempre?

O SR. VICENTE LOIOLA DA PAIXÃO – Não, de vez em quando, uma carguinha por mês.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Uma carguinha por mês é o quê? É um caminhão por mês?

O SR. VICENTE LOIOLA DA PAIXÃO – Um caminhão por mês.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – O senhor tem... como é que... ele ligava ou ele vinha aqui?

O SR. VICENTE LOIOLA DA PAIXÃO – Ele ligava.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Ele ligava. E o senhor ligava para ele?

O SR. VICENTE LOIOLA DA PAIXÃO – Geralmente ele que me ligava, que ele não tinha telefone fixo em casa.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Só um instantinho.

(Intervenção inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Então, eu solicito ao secretário da Comissão que encaminhe o Sr. Juca, que vá com ele...autorização, autorizado pelo senhor, ou o senhor quer que eu faça um mandato de busca e apreensão?

O SR. VICENTE LOIOLA DA PAIXÃO – Não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Não precisa?

O SR. VICENTE LOIOLA DA PAIXÃO – Não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – ... que leve... hein?

(Intervenção inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Já fez, mas... Não, mas eu não vou mandar...

(Não identificado) - Sr. Presidente, questão de ordem, eu acho que não deveria, sem antes... a participação da Polícia Militar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Às 2 horas da tarde, então; o senhor pode ficar até as 2 horas?

O SR. VICENTE LOIOLA DA PAIXÃO – Aqui?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Porque a Polícia Militar vai com o senhor, inclusive, o senhor vai na sua ex-propriedade, aliás, eu vou com o senhor, vamos lá naquela ex-propriedade, lá no bairro do...

O SR. VICENTE LOIOLA DA PAIXÃO – Do Zucré.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Eu vou lá com o senhor, e vamos conversar com duas pessoas que lhe conhecem bastante bem.

(Intervenção inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Exatamente. Resolveremos essa questão lá no bairro do Zucré, junto com o Sr. Vicente Loiola. Está certo, Sr. Vicente? O senhor, por favor, então pode se retirar, só, por favor, nos aguarde, aguarde uma comunicação daquele senhor, que é o secretário da Comissão, tá? Pode ir com ele. Estão suspensos os trabalhos até a entrada da próxima testemunha.

(A reunião é suspensa.)



O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Dando continuidade à reunião realizada aqui no Município de Eunápolis, o Sr. Cosme Damião Pereira Cavalcanti, funcionário do IBAMA, vai prestar seus esclarecimentos.

O SR. JOSÉ CALIMAN - Meu nome é José Caliman.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Ah, Sr. José Caliman. O senhor não é funcionário do IBAMA, não é?

O SR. JOSÉ CALIMAN – Não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Sr. José Caliman, não sei por que me disseram que era o senhor que vinha aqui agora. Mas não tem problema, não. Seu José Caliman, por favor, o senhor vai falar no microfone seu nome completo, e vai ler essas três linhas que estão em negrito aqui, por favor. Primeiro seu nome completo.

O SR. JOSÉ CALIMAN - Meu nome é José Caliman. Faço, sob a palavra de honra, a promessa de dizer a verdade do que souber e me for perguntado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Muito obrigado, Sr. José Caliman. Então, com a palavra o Sr. Relator, Deputado Sarney Filho, para dar início às suas perguntas.

O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO – Sr. José Caliman.

O SR. JOSÉ CALIMAN - Caliman.

O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO – Caliman?

O SR. JOSÉ CALIMAN – É.

O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO – O senhor sabe por que foi convocado?

O SR. JOSÉ CALIMAN - Não, não tenho conhecimento.

O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO – O senhor, ao longo da sua vida, já transacionou com madeira?

O SR. JOSÉ CALIMAN - Sim, eu mexo com comércio de madeira.

O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO – Mexe com madeira até hoje?

O SR. JOSÉ CALIMAN - Isso, até hoje.

O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO – O senhor tem empresa ou é pessoa física.

O SR. JOSÉ CALIMAN – Tenho empresa.

O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO – Como é o nome de sua empresa?



O SR. JOSÉ CALIMAN – Ilza Soares Caliman, o nome de minha esposa.

O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO – Ilza Soares Caliman.

O SR. JOSÉ CALIMAN – É, Caliman Madeiras.

O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO – Caliman Madeiras. Alguma vez a empresa, a sua empresa já foi autuada pelo IBAMA?

O SR. JOSÉ CALIMAN – Ela já foi autuada há muito tempo.

O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO – Há quanto tempo, se lembra?

O SR. JOSÉ CALIMAN - Ah, deve ter...uns cinco anos, mais ou menos.

O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO – Cinco anos.

O SR. JOSÉ CALIMAN – É.

O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO – E foi autuada por quê?

O SR. JOSÉ CALIMAN – Levantamento de estoque.

O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO – De estoque.

O SR. JOSÉ CALIMAN – Não coincidiu com os dados do IBAMA...

O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO – Depois disso, o senhor nunca mais...

O SR. JOSÉ CALIMAN - Não.

O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO – E hoje em dia, qual é a madeira que o senhor mexe?

O SR. JOSÉ CALIMAN – Eu trabalho com o comércio de madeira. Eu compro a madeira do Pará, já beneficiada, já serrada, e transformo muitas vezes em matéria-prima, em janelas, portas, e vendo para a comunidade de Teixeira de Freitas

O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO – O senhor compra do Pará?

O SR. JOSÉ CALIMAN – É, eu sou varejista.

O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO – O senhor já foi denunciado por ter retirado madeira ilegalmente da Mata Atlântica.

O SR. JOSÉ CALIMAN – Hum.

O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO – O que o senhor tem a comentar sobre isso?

O SR. JOSÉ CALIMAN – Eu não tenho conhecimento, eu sempre trabalhei... eu trabalhei também já com serragem, mas eu trabalho serrando eucalipto da região lá de Teixeira de Freitas.



O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO – Houve também uma denúncia de o que senhor teria participado da venda de ATPFs. O senhor tem conhecimento de alguma coisa...

O SR. JOSÉ CALIMAN – Não tenho conhecimento.

O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO – Na sua atividade, o senhor precisa de ATPF?

O SR. JOSÉ CALIMAN – Preciso, sim, preciso de ATPF.

O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO – Para quê?

O SR. JOSÉ CALIMAN – Para dar saída da madeira.

O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO – Quando o senhor vende a madeira?

O SR. JOSÉ CALIMAN – Isso. A que eu compro do Pará, ela vem com ATPF.

O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO – O senhor não (*ininteligível*) a madeira, ela vem com ATPF do Pará?

O SR. JOSÉ CALIMAN – Vem. Aí eu tenho que dar saída...

O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO – Mas aí o senhor apenas revende a madeira? O senhor não beneficia a madeira?

O SR. JOSÉ CALIMAN – Eu só tenho... Mais é revenda, benefício muito pouco.

O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO – Ah, mais é revenda.

O SR. JOSÉ CALIMAN – Mais é revenda.

O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO – Ah, muito bem. O senhor compra do Pará e revende?

O SR. JOSÉ CALIMAN – Do Pará e revendo.

O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO – Por que essa madeira é comprada no Pará?

O SR. JOSÉ CALIMAN – Porque, hoje, na região, nós não temos assim matéria-prima para a gente trabalhar. Temos que comprar do Pará porque nós não temos licença para poder extrair a madeira da Mata Atlântica.

O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO – Nós... A CPI teve notícias de que essa madeira... muitas dessas madeiras que chegam aqui como se fossem do Pará, na verdade, são retiradas dos parques, de áreas aqui da região. O senhor tem conhecimento disso?



O SR. JOSÉ CALIMAN – Não, eu... o que conheço dos concorrentes meus que trabalham com madeira na cidade de Teixeira de Freitas, todos eles trazem madeira do Pará.

O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO – Todos eles trazem...

O SR. JOSÉ CALIMAN – A não ser do eucalipto, que a gente compra da Aracruz Celulose, essas coisas assim.

O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO – E é lógico que a sua empresa é registrada, tem obrigação, tem tudo.

O SR. JOSÉ CALIMAN – Registrada, mando o movimento para o IBAMA todo mês. Toda legal.

O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO – Não sai caro comprar madeira do Pará para vender?

O SR. JOSÉ CALIMAN – É, sai caro, devido ao frete. O frete de lá encarece muito a madeira, mas nós não temos outra opção, só trabalhamos com madeira assim, do Pará.

O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO – Bem, eu me dou por satisfeito. Deputado Asdrubal.

O SR. DEPUTADO ASDRUBAL BENTES – Que espécie de madeira do Pará o senhor comercializa?

O SR. JOSÉ CALIMAN – Eu comercializo a maçaranduba, o amarelão, tanibuca, jarana, várias espécies, mais madeira mista, se ela vem muito misturada.

O SR. DEPUTADO ASDRUBAL BENTES – Mogno?

O SR. JOSÉ CALIMAN – Com mogno, não trabalho.

O SR. DEPUTADO ASDRUBAL BENTES – Cedro?

O SR. JOSÉ CALIMAN – Também não.

O SR. DEPUTADO ASDRUBAL BENTES – Ipê?

O SR. JOSÉ CALIMAN – Ipê, não. Ainda não trabalhei com ipê. Tenho vontade de trabalhar com ipê, mas não...

O SR. DEPUTADO ASDRUBAL BENTES – De que região do Pará provém essa madeira?

O SR. JOSÉ CALIMAN – Da região de Tucuruí, Jacundá e Goianésia.



O SR. DEPUTADO ASDRUBAL BENTES – O senhor pode dizer quais as empresas que lhe fornecem a madeira?

O SR. JOSÉ CALIMAN – Eu tenho alguns dados aqui de algumas empresas que me fornecem madeira lá. É a madeireira Rezende, em Jacundá; Indústria de Madeiras Beija-Flor, também lá em Jacundá; Indústria de Agropecuária Nova Esperança, de Goianésia, e Ambiental Acácia das Américas, que é lá de Rondônia, que fornece portais, essas coisas assim.

O SR. DEPUTADO ASDRUBAL BENTES – Essa madeira vem em toras?

O SR. JOSÉ CALIMAN – Não, ela vem já serrada.

O SR. DEPUTADO ASDRUBAL BENTES – Pranchas?

O SR. JOSÉ CALIMAN – Pranchas e vigas.

O SR. DEPUTADO ASDRUBAL BENTES – E o senhor revende da maneira que chega, a maior parte?

O SR. JOSÉ CALIMAN – A maior parte da maneira que chega, outras partes a gente desfia, né? O freguês quer uma madeira mais fina, a gente desfia uma prancha, para poder fazer ao gosto do freguês.

O SR. DEPUTADO ASDRUBAL BENTES – E essa madeira vem toda acobertada por ATPFs?

O SR. JOSÉ CALIMAN – Toda acobertada pela ATPF.

O SR. DEPUTADO ASDRUBAL BENTES - Mas por acaso o senhor não foi instado a conseguir ATPFs aqui para legalizar essa madeira lá?

O SR. JOSÉ CALIMAN - Não.

O SR. DEPUTADO ASDRUBAL BENTES - O senhor tem notícia de que existe um tráfico ilegal de ATPFs entre a Bahia e o Pará?

O SR. JOSÉ CALIMAN - Não, não tenho conhecimento, não.

O SR. DEPUTADO ASDRUBAL BENTES - O senhor não tem conhecimento?

O SR. JOSÉ CALIMAN - Não tenho, não.

O SR. DEPUTADO ASDRUBAL BENTES - E o senhor poderia fornecer para esta CPI... O senhor tem cópias dessas ATPFs, não?

O SR. JOSÉ CALIMAN - Eu aqui... Eu devo ter no carro alguma coisa ali, de cópias de ATPFs.



O SR. DEPUTADO ASDRUBAL BENTES - Não, porque houve um derrame lá no Pará de ATPFs que saíram daqui da Bahia.

O SR. JOSÉ CALIMAN - Porque ATPF que a gente recebe, que vem acompanhada da nota fiscal, eu emito para o IBAMA. Eu relaciono todo mês e emito lá para o IBAMA, porque o IBAMA faz o controle do estoque da madeira, da saída e da entrada. Para eu conseguir também...

O SR. DEPUTADO ASDRUBAL BENTES - Mas o senhor poderia fornecer para a secretaria desta Comissão uma relação dessas... dos últimos três a seis meses, o seu recebimento de madeiras do Pará com as respectivas notas fiscais, ATPFs...

O SR. JOSÉ CALIMAN - Olhe, eu tenho aqui a relação do movimento que eu mando para o IBAMA. Se quiser dar uma olhada, tem alguns dados aqui que servem.

O SR. DEPUTADO ASDRUBAL BENTES - Não. Nós gostaríamos que o senhor nos deixasse uma cópia disso para nós checarmos junto ao IBAMA.

O SR. JOSÉ CALIMAN - Mas é que isso aqui é documento — não é? — exclusivo da empresa.

O SR. DEPUTADO ASDRUBAL BENTES - Não, pode tirar xerox.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) - Aceitaria esta solicitação de retirada de xerox, mas não é só esse documento que o Deputado está pedindo. Isso aqui é o que vai para o IBAMA; mas e a nota que vem do Pará para cá, o senhor tem em casa?

O SR. JOSÉ CALIMAN - Sim, tenho.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) - Ou consta aqui?

O SR. JOSÉ CALIMAN - Consta aqui e eu tenho também.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) - Mas aqui consta o número da nota. O senhor tem a nota? E as ATPFs?

O SR. JOSÉ CALIMAN - Eu tenho.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) - E as respectivas ATPFs?

O SR. JOSÉ CALIMAN - A ATPF eu não tenho, porque a ATPF a gente remete para os senhores.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) - Mas o senhor tem a nota fiscal que vem para cá?

O SR. JOSÉ CALIMAN - A nota fiscal eu tenho.

O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO - Eu gostaria de fazer uma última pergunta, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) - Eu não sei se o Deputado Asdrubal já encerrou.

O SR. DEPUTADO ASDRUBAL BENTES - Eu estou satisfeito; apenas...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) - Com essa solicitação.

O SR. DEPUTADO ASDRUBAL BENTES - ...eu até hoje ainda estou frustrado, porque nós temos certeza, certeza absoluta de que as 10 mil ATPFs derramadas no Pará, que estão servindo até para clonagem — aliás, clone está na moda —, elas saíram daqui. A Polícia Federal já detectou e está no encalço...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) - E esta CPI também, Deputado.

O SR. DEPUTADO ASDRUBAL BENTES - ...e a CPI também está trabalhando no sentido de apurar isso aí. Deputado Zequinha, V.Exa., que tem uma vivência muito grande no meio ambiente, que já foi até Ministro do Meio Ambiente, eu acho que nós temos de adotar uma nova medida para o transporte das mercadorias. Essa ATPF, ela pode ser falsificada. Bom, se dinheiro pode! Nós estamos na era da informática. Vamos ver se a gente consegue fazer com que tudo isso seja através da informática, para evitar a adulteração e a falsificação desses documentos, e com isso aí a manipulação criminosa da nossa madeira. Enfim, é essa a sugestão que eu faço.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) - Muito obrigado, Deputado. Com a palavra o Sr. Relator, o Deputado Sarney Filho.

O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO - Bem, o senhor... A não ser eucalipto, como o senhor afirmou aqui, a não ser o eucalipto, a madeira que o senhor está mexendo vem toda do Pará?

O SR. JOSÉ CALIMAN - Toda do Pará.



O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO - Já... Ele já disse as espécies. No entanto, eu fui informado agora... Eu, aliás, perguntei ao funcionário do IBAMA se havia madeiras da Mata Atlântica lá na sua propriedade, madeiras já tiradas.

O SR. JOSÉ CALIMAN - Hum. Sei.

O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO - E ele me disse que sim. Foi o que me disse o funcionário do IBAMA agora.

O SR. JOSÉ CALIMAN - Hã, hã.

O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO - Eu não acredito que no Pará tenha madeira de Mata Atlântica.

O SR. JOSÉ CALIMAN - Hã.

O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO - No Pará não tem madeira da Mata Atlântica.

O SR. JOSÉ CALIMAN - Sei.

O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO - Então, o senhor confirma que não tem madeira da Mata Atlântica na sua serraria?

O SR. JOSÉ CALIMAN - Não tem.

O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO - Na sua propriedade?

O SR. JOSÉ CALIMAN - Não.

O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO - No seu depósito?

O SR. JOSÉ CALIMAN - Não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) - Se formos lá agora não vamos encontrar? Não vamos encontrar?

O SR. JOSÉ CALIMAN - Não vão encontrar.

O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO - Muito bem. Era isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) - Só para registro, quero agradecer o esforço de nossas taquígrafas que transcreveram e, como eles falam, traduziram as notas taquigráficas, onde houve aquele mal-estar, por uma interpretação, talvez, da minha forma de falar, porque eu realmente sou um pouco agressivo em algumas situações, é uma coisa que me faço, mas gosto de ser assim. Acho importante ser assim, principalmente em determinadas circunstâncias. Aqui diz: *"A Interpol está lá. Já estamos investigando, a pedido desta Presidência"* — pedido determinado inclusive naquela reunião. *"Já está lá investigando esta*



empresa para saber. O que estiver lá, o senhor é cúmplice." Então, foi essa a colocação que fiz naquele momento, e, esclarecido esse ponto, estou com vontade de encaminhar lá alguém com o senhor também, para dar uma olhadinha na sua empresa.

O SR. JOSÉ CALIMAN - Pode olhar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) - Já que há uma colocação de um funcionário do IBAMA de que existe madeira de Mata Atlântica na sua serraria...

O SR. JOSÉ CALIMAN - Hum.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) - ...acho importante até tirarmos isso a limpo, não é, "seu" José?

O SR. JOSÉ CALIMAN - Pois não, fique à vontade.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) - Acho até importante tirarmos isso a limpo. Quantas ATPFs hoje o senhor tem em seu arquivo?

O SR. JOSÉ CALIMAN - No meu arquivo...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) - Para utilização?

O SR. JOSÉ CALIMAN - Para utilização? Deixe eu ver, acho que eu tenho aqui. Acho que são... oito ATPFs.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) - Oito ATPFs? Mas, ao total, esses créditos são... correspondem a quantos metros cúbicos de madeira?

O SR. JOSÉ CALIMAN - Oito ATPFs? Eles botam... em média é de oitenta metros.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) - Oitenta metros? Oito vezes oito, sessenta e quatro. São 640 metros cúbicos?

O SR. JOSÉ CALIMAN - Não, não. Oitenta metros assim, cada uma... É dez metros cada uma, não é?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) - Ah! Dez metros cada uma. São oitenta?

O SR. JOSÉ CALIMAN - É.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) - O senhor tem algum depósito fora de sua sede?

O SR. JOSÉ CALIMAN - Não, não.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) - O senhor tem alguma propriedade com Mata Atlântica em alguma lugar?

O SR. JOSÉ CALIMAN - Não, também não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) - Alguém de sua família tem?

O SR. JOSÉ CALIMAN - Parentes têm, não é?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) - Qual o parente que tem?

O SR. JOSÉ CALIMAN - É... Que tem inclusive plano de manejo, mas...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) - Que não está sendo liberado, não é?

O SR. JOSÉ CALIMAN - Que não está sendo liberado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) - É, a política atual é exatamente essa, para a mudança da questão da ATPF para o tal do selo. Mas quem é esse parente?

O SR. JOSÉ CALIMAN - É... O nome... é Ademir Caliman.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) - Hein?

O SR. JOSÉ CALIMAN - Ademir.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) - Ademir Caliman é o que seu?

O SR. JOSÉ CALIMAN - Ele é primo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) - Teu primo?

O SR. JOSÉ CALIMAN - É.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) - Essa propriedade... Ele era sócio da empresa, da sua empresa?

O SR. JOSÉ CALIMAN - Não, não. Não tem nada a ver comigo, não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) - Hã, hã. O senhor conhece a Fazenda São Paulo em Camacan?

O SR. JOSÉ CALIMAN - Não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) - Nunca escutou falar?

O SR. JOSÉ CALIMAN - Não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) - O.k., senhor... senhor...

O SR. JOSÉ CALIMAN - José Caliman.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) - O senhor tem, como saldo, então, 80 metros cúbicos?



O SR. JOSÉ CALIMAN - Eu tenho nessa base, oitenta metros cúbicos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) - O senhor tem nessa base ou o senhor tem oitenta metros cúbicos?

O SR. JOSÉ CALIMAN - Tenho oitenta metros cúbicos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) - Então o senhor tem um saldo/crédito de oitenta metros cúbicos.

O SR. JOSÉ CALIMAN - Oitenta metros cúbicos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) - Só oitenta metros cúbicos?

O SR. JOSÉ CALIMAN - Oitenta metros cúbicos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) - Quais as essências principais desses oitenta metros?

O SR. JOSÉ CALIMAN - Eu tenho o amarelão...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) - Amarelão.

O SR. JOSÉ CALIMAN - Eu tenho jarana, tanibuca, tenho coco-pau.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) - Tenho...

O SR. JOSÉ CALIMAN - Coco-pau.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) - Só um instantinho, por favor, a conversa paralela, porque senão as taquígrafas não vão... até porque esses nomes são nomes específicos. Então, por favor, as conversas paralelas...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) - Vamos lá, coco-pau.

O SR. JOSÉ CALIMAN - Coco-pau.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) - Coco-pau.

O SR. JOSÉ CALIMAN - Coco-pau.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) - O que mais o senhor tem de essência?

O SR. JOSÉ CALIMAN - Jarana, tanibuca, coco-pau, maracatiara.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) - Maracatiara?

O SR. JOSÉ CALIMAN - É. O outro... é difícil lembrar, é tanta espécie...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) - É, é tanta espécie, não é?

O SR. JOSÉ CALIMAN - É.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) - Onde elas são extraídas, essas madeiras?



O SR. JOSÉ CALIMAN - Nó Pará.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) - Tudo no Pará?

O SR. JOSÉ CALIMAN - É. Na região do Tucuruí, Jacundá e Goianésia.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) - Goianésia.

O SR. JOSÉ CALIMAN - É.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) - Acompanharam direitinho? O senhor... só por curiosidade, como é que o senhor faz as encomendas? Por telefone?

O SR. JOSÉ CALIMAN - Por telefone.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) - O senhor liga lá para... para aquelas empresas...

O SR. JOSÉ CALIMAN - Isso, para as empresas, lá. Eu encomendo, passo por fax o pedido, aí eles mandam o carreto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) - Entendi. Obrigado, então, Sr. José Caliman. Eu vou conversar com os Deputados da Comissão daqui a pouquinho. O senhor tem idéia de quais serrarias o senhor compra, não? Tem, não é? O senhor liga, não é?

O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO - Ele já deu a relação.

O SR. JOSÉ CALIMAN - Eu dei a relação dos nomes aí.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) - Sr. José Caliman, o senhor vai só aguardar um pouco.

O SR. JOSÉ CALIMAN - Tá. Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) - Uns cinco minutinhos, antes de ir embora. Depois o Sr. Manoel, secretário da Comissão — pode chamar o próximo —, o Sr. Manoel vai lhe dizer que o senhor está liberado. Tá? Por favor. Muito obrigado, Sr. José Caliman. Suspensos os trabalhos da Comissão até a próxima testemunha. Só um instante. *(Pausa.)* Reiniciando a reunião da Comissão... da CPI que investiga o tráfico de animais e plantas no Brasil aqui em Eunápolis, o Sr. Cosme Damião Pereira Cavalcante, funcionário do IBAMA. Sr. Cosme, por favor, seu nome completo, e leia essas três frases em negrito, que constam do seu termo.

O SR. COSME DAMIÃO PEREIRA CAVALCANTE - *"Faço, sob palavra de honra, a promessa de dizer a verdade do que souber e me for perguntado."*



O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) - Para as suas perguntas, o Sr. Relator, o Deputado Sarney Filho.

O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO - O senhor sabe por que é que foi convocado aqui?

O SR. COSME DAMIÃO PEREIRA CAVALCANTE - Não, senhor.

O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO - Não tem idéia?

O SR. COSME DAMIÃO PEREIRA CAVALCANTE - Não.

O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO - O senhor trabalha no IBAMA daqui?

O SR. COSME DAMIÃO PEREIRA CAVALCANTE - Daqui. Trabalho...

O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO - Quantos funcionários tem o IBAMA aqui em Eunápolis?

O SR. COSME DAMIÃO PEREIRA CAVALCANTE - Hoje são 15, em função do concurso... o último concurso.

O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO - Quinze? Já assumiram os concursados?

O SR. COSME DAMIÃO PEREIRA CAVALCANTE - Já assumiram.

O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO - E o senhor... Qual é sua função dentro do IBAMA?

O SR. COSME DAMIÃO PEREIRA CAVALCANTE - Sou analista ambiental.

O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO - Ou seja, o senhor analisa também... quando se consegue uma ATPF, o senhor... passa pelo senhor, aqui?

O SR. COSME DAMIÃO PEREIRA CAVALCANTE - Não, eu faço análise... análise técnica de área.

O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO - O senhor poderia explicar, mais detalhadamente, para todos nós?

O SR. COSME DAMIÃO PEREIRA CAVALCANTE - É análise técnica... Veja só, é análise técnica de uma área. Uma área solicita a vistoria e a gente vai à área, faz a avaliação do material da floresta e emite um relatório técnico.

O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO - Esse relatório técnico serve para quê?

O SR. COSME DAMIÃO PEREIRA CAVALCANTE - Ele embasa para poder haver a liberação de material lenhoso.

O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO - Ele embasa a liberação?



O SR. COSME DAMIÃO PEREIRA CAVALCANTE - Isso.

O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO - Quer dizer, ele é uma peça fundamental para que se possa conceder ATPF, autorização para desmate, essa coisa toda?

O SR. COSME DAMIÃO PEREIRA CAVALCANTE - Fundamental, exatamente. Exatamente.

O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO - E o senhor foi solicitado — estou esquecendo o nome — para fazer a vistoria de uma madeira oriunda da Sasser Madeireira... como é o nome daquela madeireira?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) - Fafá.

O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO - Fafá Madeireira?

O SR. COSME DAMIÃO PEREIRA CAVALCANTE - Fafá?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) - Fafá Madeireira.

O SR. COSME DAMIÃO PEREIRA CAVALCANTE - Não. Eu conheço o produtor. Geralmente, a solicitação, quando a gente faz a vistoria, é em nome do produtor.

O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO - Fafá Materiais de Construção. Não? É em nome do produtor?

O SR. COSME DAMIÃO PEREIRA CAVALCANTE - É em nome do produtor.

O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO - Porque essa empresa Fafá Materiais de Construção obteve uma ATPF no fim do ano passado, e na realidade ela não existe.

O SR. COSME DAMIÃO PEREIRA CAVALCANTE - Não conheço. Não conheço.

O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO - Então... Na realidade, gostaria só de saber o seguinte: como é que pode... É só para explicar, até para ficar constando aqui: como é que pode... como poderia ser feito isso? Como é que é concedida uma ATPF para uma empresa? Ela... Toda a sistemática.

O SR. COSME DAMIÃO PEREIRA CAVALCANTE - Certo. Deixe eu falar. Deixe eu explicar.

O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO - Isso é importante para o senhor também.



O SR. COSME DAMIÃO PEREIRA CAVALCANTE - Tá. Então, a pessoa faz o pedido, o produtor faz o pedido, tá? Faz o pedido, junta a documentação, faz o protocolo, tá? Faz o protocolo, faz-se a análise técnica, vai-se à área, verifica-se o volume, e aí, em função disso aí, libera-se a ATPF ou não.

O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO - Bem, o senhor, que é um conhecedor profundo desse assunto, eu estou aqui com a nota da Fafá Materiais de Construção. Quem é o responsável por essa nota? Se quiser dar uma olhada... Quem terá emitido isso?

O SR. COSME DAMIÃO PEREIRA CAVALCANTE - Olhe, nota fiscal... A nota fiscal é o Estado, não é? A ATPF é o IBAMA. Agora, não posso dizer...

O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO - Mas dentro do IBAMA?

O SR. COSME DAMIÃO PEREIRA CAVALCANTE - Quem é que libera?

O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO - Quem é que libera?

O SR. COSME DAMIÃO PEREIRA CAVALCANTE - Olhe, tem um setor específico para liberação de ATPF.

O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO - É um setor específico?

O SR. COSME DAMIÃO PEREIRA CAVALCANTE - É um setor específico.

O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO - Esta ATPF foi dada aqui, em Eunápolis?

O SR. COSME DAMIÃO PEREIRA CAVALCANTE - Aí... Eu não sei. Eu não sei. Aí teria que ter...

O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO - Pela nota não dá para saber?

O SR. COSME DAMIÃO PEREIRA CAVALCANTE - Não, porque aí teria que ter a relação... porque nós... Cada escritório, Sr. Deputado, cada escritório recebe a relação de ATPFs que tem no Estado. Então cada Estado recebe essa numeração. Eu não posso dizer porque não tenho a relação das ATPFs...

O SR. DEPUTADO ASDRUBAL BENTES - Mas se o senhor opera aqui, na Bahia...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) - Deputado Asdrubal Bentes.

O SR. DEPUTADO ASDRUBAL BENTES - ...o senhor deve saber qual é o número, qual é a série da Bahia.



O SR. COSME DAMIÃO PEREIRA CAVALCANTE - Pois é, é justamente isso, mas eu não tenho...

O SR. DEPUTADO ASDRUBAL BENTES - Então por aí não dá para identificar se é da Bahia ou não?

O SR. COSME DAMIÃO PEREIRA CAVALCANTE - Não, eu não... Veja só, é que eu não... Deputado, eu estou falando que não tenho a relação, essa relação, porque o controle... Eu não faço controle de ATPF.

O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO - Quem faz o controle de ATPF aqui?

O SR. COSME DAMIÃO PEREIRA CAVALCANTE - O controle aqui é o Sr. Adalício.

O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO - Sr. Adalício?

O SR. COSME DAMIÃO PEREIRA CAVALCANTE - Isso.

O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO - Então, Sr. Presidente, eu gostaria que a gente oficiasse ao Sr. Adalício. Acho que não vamos ter tempo hábil de convocá-lo, mas poderíamos oficial para que ele nos mande imediatamente todos os esclarecimentos de que nós precisamos...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) - Temos tempo, sim, de conversar com Sr. Adalício. Adalício?

O SR. COSME DAMIÃO PEREIRA CAVALCANTE - Adalício.

O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO - ...para que pudéssemos esclarecer. Pode até ser que não tenha nada a ver com a região daqui, não?

O SR. COSME DAMIÃO PEREIRA CAVALCANTE - É, exato.

O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO - Pode ser que isso tenha sido dado em outro Estado, ou outra coisa, mas é preciso que a gente saiba, porque a sede da empresa é aqui.

O SR. COSME DAMIÃO PEREIRA CAVALCANTE - É. Porque eu não sei... Veja só, porque meu setor não é meu setor, entendeu, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) - Entendi perfeitamente. Sr. Relator.

O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO - Não, eu me sinto satisfeito, já.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) - Deputado Luisinho, Deputado...



O SR. DEPUTADO LUISINHO - Sr. Presidente, Eu queria só fazer uma pergunta. Tenho ouvido muito falarem aqui de ATPF; eu não sou, assim... eu não domino muito essa questão da parte de madeira, mas uma curiosidade eu tenho tido. Nessas vistorias que o senhor faz...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) - Deputado, só um instantinho; nós estamos tentando o telefone do Sr. Adalácio.

O SR. COSME DAMIÃO PEREIRA CAVALCANTE - *(Início fora do microfone. Inaudível.)* ...nós estamos de mudança, estamos mudando o escritório. Estamos mudando o escritório lá para a outra sede.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) - O Sr. Adalácio... O senhor tem o celular dele, aí, com o senhor?

O SR. COSME DAMIÃO PEREIRA CAVALCANTE - Ele não tem celular, não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) - Então vamos ligar para a gerência aqui e perguntar.

O SR. COSME DAMIÃO PEREIRA CAVALCANTE - Duas... São duas horas *(ininteligível)*.

O SR. DEPUTADO LUISINHO - Então, a pergunta que queria fazer: o senhor... Como técnico do IBAMA, quantas vistorias o senhor fez, por exemplo, durante o ano de 2002? Quantas solicitações foram feitas?

O SR. COSME DAMIÃO PEREIRA CAVALCANTE - Olhe, veja só...

O SR. DEPUTADO LUISINHO - Mais ou menos. Não precisa ser preciso.

O SR. COSME DAMIÃO PEREIRA CAVALCANTE - Na região... Olhe, em 2002, em torno, assim, de umas cinqüenta.

O SR. DEPUTADO LUISINHO - Umas cinqüenta vistorias?

O SR. COSME DAMIÃO PEREIRA CAVALCANTE - Vistorias.

O SR. DEPUTADO LUISINHO - Em quantas vistorias o senhor deu o "contrário à retirada de madeira"?

O SR. COSME DAMIÃO PEREIRA CAVALCANTE - Olhe, toda vez que envolve área que não está dentro da legislação...

O SR. DEPUTADO LUISINHO - Não, a quantidade. Qual foi a quantidade?

O SR. COSME DAMIÃO PEREIRA CAVALCANTE - Isso... Eu não posso lhe falar em quantidade, porque não eu tenho dados assim, porque geralmente a gente



faz a vistoria e encaminha para Salvador, tá? Então os pareceres a gente encaminha para Salvador. Agora quando não tem respaldo técnico, nem de portaria, a gente dá o parecer contrário.

O SR. DEPUTADO LUISINHO - Eu sei, mas o senhor não tem uma idéia, no parecer do senhor, não a decisão final, de quantas vezes o senhor deu parecer contrário à extração de madeira? Dessas cinqüenta, quantas delas foi? Ou aprovou todas?

O SR. COSME DAMIÃO PEREIRA CAVALCANTE - Todas? Não. Numa base de uns 10%.

O SR. DEPUTADO LUISINHO - Umas cinco não tinham condições, não poderiam? Nas outras quarenta e cinco foi possível retirar madeira?

O SR. COSME DAMIÃO PEREIRA CAVALCANTE - Isso. Isso. Não, madeira não. Madeira não. O parecer técnico.

O SR. DEPUTADO LUISINHO - Ah, o parecer técnico?

O SR. COSME DAMIÃO PEREIRA CAVALCANTE - Madeira não, madeira não, porque... É parecer técnico, porque aí envolve... Veja só, aí envolve Ministério Público. Às vezes, é tudo relatório técnico. O Ministério Público solicita... Agora, nenhuma...

O SR. DEPUTADO LUISINHO - Não, mas eu digo o seguinte: a sua posição, o seu relatório envolve essa autorização ou não, não é isso?

O SR. COSME DAMIÃO PEREIRA CAVALCANTE - Exato, mas veja só, isso aí... Aí a questão é que nós atendemos o Ministério Público, nós atendemos auto de infração; quando tem dúvida... o setor jurídico tem dúvida e pede um laudo técnico, também faz parte, não é? E aproveitamento de material morto também faz parte. Agora, liberação de madeira verde, não. Está suspensa.

O SR. DEPUTADO LUISINHO - É, as vistorias que o senhor pode fazer. Nas vistorias que o senhor pode fazer, há 10% a que, então, o senhor deu parecer contrário.

O SR. COSME DAMIÃO PEREIRA CAVALCANTE - É. Não, estão suspensos. Suspensos. Não tinham condições.

O SR. DEPUTADO LUISINHO - Em 45... Aí, no caso, 45 autorizações, o senhor deu favorável.



O SR. COSME DAMIÃO PEREIRA CAVALCANTE - Não, autorização não, autorização não, parecer. Parecer técnico.

O SR. DEPUTADO LUISINHO - Parecer favorável. Parecer favorável. Não, não, pode ter... Eu não estou usando o termo correto porque não sou técnico. Mas há as gravações e os Deputados, e o senhor está entendendo o que eu quero dizer. Eu digo o seguinte: nas vistorias que o senhor fez, quantos laudos favoráveis o senhor deu para manejo ou não manejo da... do material morto, vamos dizer assim.

O SR. COSME DAMIÃO PEREIRA CAVALCANTE - Porque não tenho... Manejo, não. Material morto. É.

O SR. DEPUTADO LUISINHO - Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) - Deputado Asdrubal Bentes, por favor. Ficamos felizes toda vez que o Deputado Asdrubal Bentes faz alguma pergunta.

O SR. DEPUTADO ASDRUBAL BENTES - Sr. Cosme Damião, por favor, qual é a área de atuação do IBAMA de Eunápolis?

O SR. COSME DAMIÃO PEREIRA CAVALCANTE - Olhe, a nossa área de atuação hoje está em torno de 16.500 quilômetros quadrados.

O SR. DEPUTADO ASDRUBAL BENTES - Envolvendo quantos Municípios?

O SR. COSME DAMIÃO PEREIRA CAVALCANTE - Envolvendo 11 Municípios. Nós pegamos...

O SR. DEPUTADO ASDRUBAL BENTES - De quantos técnicos ambientalistas dispõe o quadro do IBAMA?

O SR. COSME DAMIÃO PEREIRA CAVALCANTE - Até novembro, até o começo de novembro só existiam dois técnicos: eu, que sou engenheiro florestal, e outro, agrônomo.

O SR. DEPUTADO ASDRUBAL BENTES - Quem era o outro?

O SR. COSME DAMIÃO PEREIRA CAVALCANTE - Dr. Hévio Couvre.

O SR. DEPUTADO ASDRUBAL BENTES - Hévio? É aquele inspetor lá da...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) - Lá também, junto com o Sr. Ney...

O SR. DEPUTADO ASDRUBAL BENTES - *(Ininteligível.)* ...lá em Brasília, não é?



O SR. COSME DAMIÃO PEREIRA CAVALCANTE - Exato. Só tinham dois técnicos. Uma área extensa...

O SR. DEPUTADO ASDRUBAL BENTES - Olhe, o seu laudo técnico é fundamental para a liberação das ATPFs, certo? Como é o do Sr. Hévio. Eram só dois técnicos, aí. O senhor encontra muitas dificuldades em promover e muitas pressões ao fazer esses laudos?

O SR. COSME DAMIÃO PEREIRA CAVALCANTE - Não.

O SR. DEPUTADO ASDRUBAL BENTES - As indústrias madeireiras não fazem pressão?

O SR. COSME DAMIÃO PEREIRA CAVALCANTE - Não, de forma alguma.

O SR. DEPUTADO ASDRUBAL BENTES - Porque normalmente são feitos os laudos com os produtores, não é verdade?

O SR. COSME DAMIÃO PEREIRA CAVALCANTE - Um de nós dois, ou então nós dois juntos, ou um só.

O SR. DEPUTADO ASDRUBAL BENTES - Agora, o senhor... Embora não seja do seu setor, porque o senhor não é da fiscalização, mas o senhor teve notícia de um derrame de ATPFs da Bahia lá no Pará?

O SR. COSME DAMIÃO PEREIRA CAVALCANTE - Não entendi, Deputado.

O SR. DEPUTADO ASDRUBAL BENTES - O senhor teve notícia de um derrame de ATPFs da Bahia lá no Pará?

O SR. COSME DAMIÃO PEREIRA CAVALCANTE - Não. Não fiquei sabendo, não.

O SR. DEPUTADO ASDRUBAL BENTES - Nunca ouviu falar?

O SR. COSME DAMIÃO PEREIRA CAVALCANTE - Olhe, o que houve, veja só, o que eu ouvi pela imprensa, a questão de Vitória da Conquista, que sumiu ATPF, mas onde parou eu não sei.

O SR. DEPUTADO ASDRUBAL BENTES - O senhor... Onde parou não sabe, mas sumiram aproximadamente 10 mil ATPFs.

O SR. COSME DAMIÃO PEREIRA CAVALCANTE - Vi na imprensa que tinha sumido. Não sei quantificar...

O SR. DEPUTADO ASDRUBAL BENTES - Deputado, me socorra, Deputado Zequinha, aqui. Como é que uma gerência igual à de Vitória da Conquista pode



dispor de 10 mil ATPFs? Isso me parece exagerado para a movimentação daquela gerência, não concorda comigo?

O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO - Concordo.

O SR. DEPUTADO ASDRUBAL BENTES - Então eu creio que se deve aprofundar essa análise aos escalões superiores. Como é que essas ATPFs vieram de Brasília para Vitória da Conquista, 10 mil ATPFs? O movimento não justifica, não justifica, em hipótese alguma, a liberação de 10 mil ATPFs para uma gerência como a de Vitória da Conquista. A pergunta que eu faço... a pergunta que eu faço aos servidores do IBAMA: eu creio que... malgrado a boa vontade, volto a repetir, e o espírito público do Deputado Zequinha quando foi Ministro e procurou dotar a instituição de uma estrutura mais ágil, mas leve, mais eficaz, mais eficiente, o IBAMA não funciona, nem preventiva nem — quando funciona — repressivamente, deixando falhas para as saídas, as filigranas jurídicas. Vocês, servidores do órgão, estão satisfeitos com a atual estrutura do IBAMA ou acham que ela deve ser modificada, dinamizada?

O SR. COSME DAMIÃO PEREIRA CAVALCANTE - Olhe, eu tenho 19 anos no órgão e estou satisfeito.

O SR. DEPUTADO ASDRUBAL BENTES - Mas então a que se deve essa onda, hoje, de atividades delituosas no meio ambiente, se o IBAMA se preocupa apenas em reprimir? A que é que se deve?

O SR. COSME DAMIÃO PEREIRA CAVALCANTE - Eu acredito, Deputado, que seja um trabalho preventivo.

O SR. DEPUTADO ASDRUBAL BENTES - Então o senhor concorda comigo que o IBAMA não vem exercendo essa atividade?

O SR. COSME DAMIÃO PEREIRA CAVALCANTE - Olhe, veja só, é o que estou falando para o senhor: tem de ter um trabalho preventivo para poder não fazer a autuação, fazer um trabalho preventivo para poder não ocorrer... não passar para essa questão.

O SR. DEPUTADO ASDRUBAL BENTES - Veja, eu não estou fazendo uma crítica exclusiva ao IBAMA daqui. Eu estou fazendo ao IBAMA nacional. E isso passa também, Deputado Luiz e Deputado Luisinho, pela saúde. Todo mundo se preocupa com a saúde curativa, mas a gente tem que se preocupar é com a



preventiva, com o saneamento básico. E no IBAMA também, no meio ambiente também. Nós temos é que evitar que se deprede a natureza, porque depois de consumado o delito... Aí é que vai a minha sugestão para a modificação da legislação ambiental. Não adianta que a pena privativa de liberdade seja a pena principal, porque vamos colocar alguém que é réu primário na universidade do crime, que são os presídios nacionais. O que nós temos de fazer é modificar esta legislação para que a pena principal, nos crimes ambientais, seja a recuperação do meio ambiente degradado, e nas reincidências — aí, sim — a pena privativa de liberdade, e ainda assim com as alternativas concedidas, que já existem na lei, para serviços prestados à comunidade, etc., etc., porque eu creio que o importante é que a gente tenha sempre essa atividade. Não adianta querer acabar com a atividade madeireira porque existem madeireiros que não cumprem a lei. Nós temos de dar o remédio para curar, porque do contrário, se você estiver doente, eu vou ter que dar veneno para matar. Eu acho que não é por aí o caminho. Então, fica novamente a minha crítica aqui, perante a comunidade de Eunápolis, com relação à atuação do IBAMA, que no meu entender é falha e precisa ser reanalisada. O órgão precisa de uma nova estrutura, e precisa sobretudo partir para a educação ambiental, e vai demorar gerações. Então, eu agradeço a sua participação e me dou por satisfeito.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) - Deputado Relator, Deputado Sarney Filho.

O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO - Sr. Presidente, só para pontuar alguns dos aspectos aqui ditos pelo meu ilustre colega Deputado Asdrubal, na realidade o sistema do meio ambiente tem o IBAMA como órgão executivo. Quando eu ainda assumia a Comissão de Meio Ambiente, a Presidência da Comissão de Meio Ambiente na Câmara, nós tínhamos esse grande problema: o IBAMA foi criado antes do Ministério; então, em determinada época, o IBAMA era o formulador das políticas ambientais e era o executor, vício esse que o IBAMA não perdeu. Quando eu assumi o Ministério, posteriormente, nós tentamos colocar o Ministério como o elaborador das políticas ambientais e o IBAMA como órgão executivo. Tanto que na questão ambiental, que o senhor, meu querido Deputado Asdrubal, conhece essa realidade e está coberto de razão, quer dizer, a solução para as questões ambientais tem que ser dada não por força de lei, mas por força da conscientização,



do conhecimento. Tanto é que agora existe uma lei de que eu sou autor, que é de educação ambiental. Essa lei foi amplamente discutida, e hoje os próximos livros que já estão entrando nos currículos escolares... Porque não é uma matéria de meio ambiente, ela é transversal; então esses livros já contêm, por força dessa legislação, eles já têm parágrafos e capítulos sobre meio ambiente. Então, por exemplo, se o sujeito está estudando geografia, ele sabe o que é um rio, ele também vai saber que se você desmatar as matas ciliares dos rios você vai promover — não é? — a diminuição do leito através do assoreamento, e isso vai possibilitar as enchentes, vai tirar o leito da água do seu curso natural, bater lá embaixo... Então, com tudo isso, é lógico que as futuras gerações vão ter, tenho certeza disso (e acredito que o Governo vai dar seqüência a isso, o Governo Federal), vão ter essa oportunidade que nós não tivemos, de ter, estruturalmente, essa formação. Ao lado disso, tão logo assumi o Ministério, eu criei, vinculada ao gabinete do Ministro, a educação ambiental. Não tinha. Essa lei, também, que é de minha autoria, não tinha sido regulamentada pelo Ministério da Educação. Tudo isso foi feito nesses três anos e poucos meses, mas é lógico que as coisas começam a dar fruto agora, não é? Tudo tem seu tempo. Na natureza e ambientalmente, tem o tempo de plantar, tem o tempo de regar e tem o tempo de colher. Eu diria que nós acabamos o tempo de plantar. Estamos agora no tempo de regar, e as futuras gerações, se Deus quiser, vão colher o fruto desse trabalho nosso. Esta CPI, por exemplo, eu reputo como das mais importantes, das mais marcantes; por isso, faço aqui a deferência especial ao nosso Presidente, que tem realmente viabilizado, com seu esforço pessoal, a nós membros aqui, que temos sido — não é? — diuturnos aí no trabalho, e ela também já vai apontar novos caminhos dentro disso. É lógico, passa pela clarificação de competências da legislação; nós não podemos mais ficar com essa confusão legislativa; passa pela implementação, eu não diria nem pela reformulação; a reforma do IBAMA já está feita, falta implementar. Nós conseguimos mais de 2 mil concursados; só foi feito de quinhentos e poucos. Falta fazer o resto do concurso, falta dar autonomia financeira às gerências. Mas tudo isso já está no papel, falta a gente implementar. Agora, o que eu acredito também é que as coisas não pioraram. Eu tenho certeza disso, Presidente: as coisas não pioraram. É que agora elas estão mais transparentes. É que agora a sociedade civil está mais atenta. Os desmandos



eram muito maiores do que são hoje; só que agora, devido à transparência, à participação da sociedade civil, à imprensa mesmo... Estou vendo aqui jornalistas. E tudo... Antigamente, logo que eu comecei a falar de meio ambiente, vinte anos atrás, na Câmara, não tinha nenhum repórter especializado em meio ambiente. Meio ambiente era considerado uma coisa assim... Uma coisa que não tinha nada a ver, que a gente... não era importante; o importante era a economia, era a administração etc., quando na realidade o meio ambiente tem uma interferência transversal em todos esses setores. Então, eu acredito que esse trabalho nosso, da CPI, com a colaboração dos depoentes, com a colaboração dos participantes... E o Deputado Asdrubal está encarregado talvez da coisa mais importante, que é justamente a parte jurídica, as recomendações jurídicas, não é? Ele já disse aí uma coisa que nós vamos fazer, que é muito bom: a própria CPI vai propor um projeto de lei, quer dizer, com a força da CPI, clarificando as competências. Eu acho isso muito importante, Deputado Asdrubal. Então eu acho que nós temos um compromisso, Sr. Presidente. Eu só falei porque eu acho que a gente estava precisando, aqui, dar uma... Não é?

O SR. DEPUTADO ASDRUBAL BENTES - Deputado, este bate-papo aqui é interessante, é muito importante porque...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) - Anda mais quando o senhor pega o microfone, nós temos certeza de que...

O SR. DEPUTADO ASDRUBAL BENTES - Eu gostaria também de lembrar ao nosso querido Zequinha que, talvez por esquecimento, ele não citou a participação dos Estados e Municípios.

O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO - Exatamente.

O SR. DEPUTADO ASDRUBAL BENTES - Dentro do pacto federativo, é fundamental...

O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO - Importantíssimo, tem toda a razão.

O SR. DEPUTADO ASDRUBAL BENTES - ...a participação dos Estados, que os Estados assumam a sua competência, já que a legislação é concorrente; que os Estados façam seus Códigos Florestais, a exemplo do que alguns que já fizeram, como meu Estado já fez, entendeu?

O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO - Exatamente. O zoneamento ecológico...



O SR. DEPUTADO ASDRUBAL BENTES - O zoneamento ecológico, que é muito importante. Então, eu creio que nós estamos no alvorecer de uma nova era, em nível ambiental.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) - E com certeza muito felizes de participarmos modestamente disso tudo, neste momento. Sr. Cosme Damião, o senhor tem problemas em determinado dia do ano, não tem? Problemas sérios, não tem? (*Risos.*) Mas por quê? As pessoas vão muito à sua casa, as crianças, essa coisa toda? Mas é uma coisa boa de a gente fazer, não é?

O SR. COSME DAMIÃO PEREIRA CAVALCANTE - Sem dúvida, sem dúvida.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) - Chegar e dizer: "Olhe, Cosme Damião mora ali, na rua tal". O senhor quer dizer o seu endereço, para a gente depois poder.... (*Risos.*)

O SR. COSME DAMIÃO PEREIRA CAVALCANTE - Posso, sim. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) - Sr. Cosme Damião...

O SR. COSME DAMIÃO PEREIRA CAVALCANTE - Sim, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) - ...o Sr. Nei acabou de... de dar uma... o seu depoimento, e de dizer, com muita naturalidade, como se fosse uma coisa absolutamente normal, como se fosse uma coisa corriqueira, normal, que... no caso específico, o senhor deve ter visto na televisão; se não viu, o senhor deve ter tomado conhecimento: ele falou que o IBAMA de Eunápolis deu autorização ao Sr. Marques e a ele, porque ele estava representando o Sr. Marques, para que, ao invés de se fazer uma vistoria metro a metro, ou de tronco a tronco, fosse feito... juntada toda a madeira no entorno, toda a madeira no entorno em determinado lugar, para que depois se fizesse a vistoria técnica, a vistoria técnica daquilo que foi... É normal isso acontecer assim? Na realidade, a partir do momento em que ele junta em um determinado lugar a madeira de várias localizações, como está colocado, várias localizações, várias lugares podem ser colocados ali, uma madeira que de repente pode ter sido conseguida de maneiras... E o Sr. Marques mesmo colocou, de uma maneira muito clara, que comprava madeira de pessoas que moravam na roça. Ele até dizia que estava fazendo uma coisa muito boa para o Brasil, porque ele estava dando emprego àquelas pessoas, pagando um real o quilo, não é? Por aquele pau-



brasil que era trazido a ele, coisa que ele podia ganhar de 500 dólares a 5 mil dólares lá nos Estados Unidos depois que chegasse. Mas ele estava fazendo uma coisa muito boa para o Brasil, segundo... como todos dizem, que realmente geram emprego, geram isso, geram aquilo. Ele estava levando pau-brasil. Laudos que estão sendo preparados pela engenharia florestal do IBAMA, por engenheiros lá de Brasília e também pelo fiscal... quer dizer, o que foi localizado, pelo fiscal Ribamar, que lá esteve, fotografando (e agora vão vir esses engenheiros florestais), dão conta de que aquela madeira não é lenhosa, que aquela madeira que está lá não é lenhosa, que aquela não é morta, que aquela madeira seria madeira... uma madeira viva, vamos chamar assim. É uma forma boa de se chamar, não é? Madeira viva, até para diferenciar. Madeira morta é aquela que vai de escavações, de queimadas, de... E a madeira viva é aquela que vem da árvore. Então, nós estamos... Inclusive já solicitamos; já deve estar quase pronto. Se não estiver pronto... mas a Comissão vai ter acesso. O que ocorre naquela região é que... "Hum, não foi o senhor". Um dos vistoriadores do IBAMA, formado, esteve lá, fez um laudo sem fotografia, um laudo abrangente, que vai exatamente ao encontro do que o Sr. Nei falou; ou seja, nem lá esteve, se possível, ou esteve depois. Tudo é possível, por conta de... Quando você lê o laudo, que não tem fotografia, esse é um laudo de uma lauda só, de um... de três itens só, de três inserções só, uma coisa bastante sucinta, coisa até que eu comparei com o Deputado Asdrubal, que tem a facilidade absurda de síntese. Então, é um laudo extremamente simplificado. São três inserções. E o Sr. Nei colocou hoje, aqui, e inclusive ele afirmou novamente que não, o IBAMA não ia, ele ia depois que a madeira fosse juntada, só depois que a madeira fosse juntada. Isso é prática aqui em Eunápolis, ou é prática no IBAMA?

O SR. COSME DAMIÃO PEREIRA CAVALCANTE - Deixe eu falar, doutor...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) - Não, é só uma pergunta. Assim, é prática? Sim ou não? É prática?

O SR. COSME DAMIÃO PEREIRA CAVALCANTE - Não. Não. Deixe eu só explicar...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) - Mas ele falou, o Sr. Nei falou, disse que é a prática, que é a prática do órgão.



O SR. COSME DAMIÃO PEREIRA CAVALCANTE - Não, deixe eu só explicar para o senhor. Não, deixe eu explicar: existe uma norma técnica que eu posso... Está na minha bolsa, ali. Uma norma técnica...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) - Mas sem essa questão técnica, doutor. Deixa eu só lhe fazer...

O SR. COSME DAMIÃO PEREIRA CAVALCANTE - Mas em cima... tudo deve se verificar em cima da...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) - Sim, sim, sim....

O SR. COSME DAMIÃO PEREIRA CAVALCANTE - ...da norma técnica.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) - É normal ou não? É normal ou não?

O SR. COSME DAMIÃO PEREIRA CAVALCANTE - Não, não é normal.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) - Não é normal? Pronto. Não é normal, mas o Sr. Nei colocou de uma maneira, assim, muito... absolutamente normal. Aí o senhor se diz escudado nessa norma técnica. Aí sim, essa norma técnica diz o quê?

O SR. COSME DAMIÃO PEREIRA CAVALCANTE - A norma técnica diz o seguinte, permite o seguinte: você tem uma área... uma área de pastagem, vamos supor, e tem vários materiais lenhosos, mortos, toco, raiz, essa coisa toda. É impossível o técnico dizer que tem tantos metros cúbicos, porque é "chutômetro", não é? Você tem que fazer um laudo embasado. Então, a gente faz um laudo, atesta que realmente tem o material, e pede para juntar na propriedade, juntar naquela propriedade que foi solicitada. Entendeu? Na propriedade que foi solicitada.

O SR. DEPUTADO ASDRUBAL BENTES - O material é só da mesma propriedade?

O SR. COSME DAMIÃO PEREIRA CAVALCANTE - Da propriedade.

O SR. DEPUTADO ASDRUBAL BENTES - Não pode ser de outra?

O SR. COSME DAMIÃO PEREIRA CAVALCANTE - Não, a vistoria foi pedida para a propriedade, para a propriedade — não é? —, para a propriedade...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) - Sim, com isso eu concordo. Aí o Sr. Nei vem e diz assim: "Não, mas eles pediram, e eu pedi ao IBAMA, eu fui lá ao IBAMA e pedi, o IBAMA fez, mandou assim, das propriedades do entorno". Foi até



uma questão bastante enfocada pelo Deputado Asdrubal, que ele... na minha pergunta ele respondeu, e ao Deputado Asdrubal ele respondeu de uma maneira bastante mais cheia de detalhes. Ele falou: "Não, depois eu fui até o IBAMA e disse: olhe, não é só lá, não é só na fazenda... não é só na Fazenda Vitória" — sei lá o nome da fazenda —, "não é só naquela fazenda que tem..." — Hein? Inveja? — "...que tem esse material. Tem em várias fazendas do interior... do entorno". Aí que o IBAMA, o IBAMA aqui de Eunápolis disse a ele: "Então junta tudo de onde tiver, que a gente faz o laudo lá." E o laudo saiu, Fazenda Inveja e outras fazendas, acreditando na palavra... É assim que funciona? A norma técnica diz isso?

O SR. COSME DAMIÃO PEREIRA CAVALCANTE - Deputado, veja só, se juntou, se foi solicitada a vistoria dessa fazenda — não é? —, juntou a documentação, protocolou e fez a juntada dos documentos...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) - É normal, não é?

O SR. COSME DAMIÃO PEREIRA CAVALCANTE - Veja só, na propriedade. Na propriedade que fizer a vistoria.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) - Mas ele falou assim: "Não, mas não é só na propriedade, porque não dava a quantidade que o Sr. Alfred queria. Tinha que ser de várias propriedades, de várias propriedades." É possível fazer assim?

O SR. COSME DAMIÃO PEREIRA CAVALCANTE - Olhe, eu desconheço isso aí

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) - A norma técnica diz isso?

O SR. COSME DAMIÃO PEREIRA CAVALCANTE - A normal... Não, a norma técnica diz que não, a norma técnica diz... ela fala da propriedade, não é? Da propriedade.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) - Certo. Deputado Relator.

O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO - Os projetos vistoriados e autorizados aqui na região, eles são plotados e coordenados?

O SR. COSME DAMIÃO PEREIRA CAVALCANTE - Todos. Hoje nós temos todos os manejos. Embora estejam parados, nós temos todos os planos de manejo georreferenciados.



O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO - Georreferenciados. Então, nós poderemos fazer o sensoriamento?

O SR. COSME DAMIÃO PEREIRA CAVALCANTE - Sem dúvida.

O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO - Muito bem. Por que a gente não plota? Por que não são plotados aí?

O SR. COSME DAMIÃO PEREIRA CAVALCANTE - Olha, porque... Veja só, é a questão de recursos. A gente esbarra sempre... Às vezes se pergunta: por que não foi feito isso? O senhor foi Ministro, o senhor sabe a dificuldade, e a gente na ponta, que não tem nenhuma... não tem autonomia financeira, a gente sempre tem essa dificuldade, não é?

O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO - Não, eu acho importante isso, sabe por quê? Porque isso pode ser uma das recomendações: que todos sejam plotados. Não só aqui...

O SR. COSME DAMIÃO PEREIRA CAVALCANTE - É importante, é importante.

O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO - ...mas no Brasil todo.

O SR. COSME DAMIÃO PEREIRA CAVALCANTE - Exato, sem dúvida, concordo com o senhor.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) - O senhor sempre faz as vistorias sozinho?

O SR. COSME DAMIÃO PEREIRA CAVALCANTE - Não, dependendo da situação... Veja, nós só temos dois técnicos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) - O senhor e o Sr. Hévio?

O SR. COSME DAMIÃO PEREIRA CAVALCANTE - Eu e o Hévio, exato. Existem situações que tem um pedido, e a pessoa tem que ser atendida, a gente é obrigado, os funcionários, a atender, e a gente às vezes sai junto, mas geralmente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) - E existem pedidos diferentes de outros, ou todos são iguais?

O SR. COSME DAMIÃO PEREIRA CAVALCANTE - Pedidos de vistoria?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) - É.

O SR. COSME DAMIÃO PEREIRA CAVALCANTE - Há vários diferentes.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) - Por exemplo.



O SR. COSME DAMIÃO PEREIRA CAVALCANTE - Existem pedidos para liberação....

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) - Não, mas assim, de... Prioridades?

O SR. COSME DAMIÃO PEREIRA CAVALCANTE – Não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Todos são iguais. Então, não existe pedido.

O SR. COSME DAMIÃO PEREIRA CAVALCANTE – Se a pessoa veio e solicitou, fica insistindo, vem, pede, pede, está pedindo: "Olha, eu preciso dessa vistoria..."

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Aí o senhor dá prioridade?

O SR. COSME DAMIÃO PEREIRA CAVALCANTE - Não, a gente faz a vistoria, não é prioridade não. A gente faz...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Mas a prioridade não é por data de entrada, lá, quando dá entrada, ou é por insistência do sujeito?

O SR. COSME DAMIÃO PEREIRA CAVALCANTE – Não. Às vezes, veja só, existem situações, Deputado, em que a pessoa faz o pedido, e não coloca nenhum croqui, nem telefone. Como é que você...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Aí, sabe o que acontece? Mas, quando o senhor abre uma possibilidade dessa, abre a possibilidade, também, de dizer: "Se der um negocinho, vai, se não der, não dá". O senhor está entendendo?

O SR. COSME DAMIÃO PEREIRA CAVALCANTE – Não, de forma alguma.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Na medida em que... Ou, então, se o cara insistir, insistir, insistir, eu vou. Aí passa a ser prioridade.

O SR. COSME DAMIÃO PEREIRA CAVALCANTE – Não. Porque, veja só, nós fazemos a programação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Quando existe isso, aí se abre a exceção. A exceção é a entrada, não é?

O SR. COSME DAMIÃO PEREIRA CAVALCANTE - Olha, só Deputado, nós fazemos a programação, agora, tem pedidos que não têm telefone, o protocolo não coloca, nem telefone, nem croqui.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Mesmo que o cara vá insistir, insistir, insistir, o senhor não vai?

O SR. COSME DAMIÃO PEREIRA CAVALCANTE – Eu não posso, não posso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Mas o senhor entendeu o que eu quero dizer, não é? Na medida em que, se a coisa é numerada, é justamente para isso.

O SR. COSME DAMIÃO PEREIRA CAVALCANTE – É numerada. Agora, o problema é o seguinte... É questão de...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Aliás, eu detesto esse negócio de passar na frente dos outros, deixar alguém passar na frente dos outros. O Deputado Luizinho me chamou a atenção que eu gosto de dar uma brigada com os caras maiores. Eu vou contar um negócio muito interessante que aconteceu comigo lá em Teresópolis mesmo. Lá em Teresópolis não, lá em Petrópolis. Eu estava na fila de um supermercado... Sabe aquele dia em que a mulher da gente não está legal, e ela estava lá insistindo vai lá, vai lá, eu fui. Entrou um cara grandão na minha frente e eu fiquei muito bravo com aquilo, e o cara era grandão. O senhor imagina — eu baixinho, pequenininho, e o sujeito grandão — o que aconteceu no final das contas, mas, pelo menos, eu deixei clara a minha inconformidade. Então, quando se coloca que o senhor, que o IBAMA de Eunápolis — aí nós não estamos falando do IBAMA do Brasil, estamos falando do IBAMA de Eunápolis —, coloca em prioridade só porque o sujeito ficou falando, falando, como o senhor mesmo colocou, num primeiro momento, falando, insistindo, insistindo, é sinal que a possibilidade de serem colocados por ordem de entrada, por ordem de...

O SR. COSME DAMIÃO PEREIRA CAVALCANTE - Deputado, se tiver toda a documentação certa, telefone, croqui...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – O senhor conhece o senhor José Amário?

O SR. COSME DAMIÃO PEREIRA CAVALCANTE – Quem?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – José Amário.

O SR. COSME DAMIÃO PEREIRA CAVALCANTE – Zé Amário?



O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – José Amário?

O SR. COSME DAMIÃO PEREIRA CAVALCANTE - Zé Amário.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) - O senhor conhece o senhor José Amário?

O SR. COSME DAMIÃO PEREIRA CAVALCANTE – Conheço, conheço.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Conhece bem?

O SR. COSME DAMIÃO PEREIRA CAVALCANTE – Conheço, conheço o trabalho.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – E o senhor Vicente Loiola — acho que ele estava até aqui.

O SR. COSME DAMIÃO PEREIRA CAVALCANTE – Conheço.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Conhece por quê?

O SR. COSME DAMIÃO PEREIRA CAVALCANTE – Conheço o trabalho.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) - O trabalho? Ele dava entrada lá em pedidos.

O SR. COSME DAMIÃO PEREIRA CAVALCANTE - Só se fazia de primeiro, não sei o que ele faz hoje.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Ele disse que trabalhava como pessoa física, que não tinha nota, não tinha nada, que não pegava nota.

O SR. COSME DAMIÃO PEREIRA CAVALCANTE – Não, antigamente, ele fazia o trabalho junto ao IBAMA.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – O senhor José Amário também fazia a mesma coisa, não é?

O SR. COSME DAMIÃO PEREIRA CAVALCANTE – Hoje, não. Ele fazia.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Hoje não.

O SR. COSME DAMIÃO PEREIRA CAVALCANTE - Não. Não tenho conhecimento dele não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Por que o senhor diz que hoje não?

O SR. COSME DAMIÃO PEREIRA CAVALCANTE – Porque ele não vai mais... Estou falando isso baseado em que ele não vai mais ao IBAMA, não está indo mais ao IBAMA.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) - Ah, hoje, ele não está indo mais ao IBAMA.

O SR. COSME DAMIÃO PEREIRA CAVALCANTE – No IBAMA.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – E o senhor Loiola também não, não é? Mas até pouco tempo eles iam, não é? Mas até bem pouco tempo eles iam, não é?

O SR. COSME DAMIÃO PEREIRA CAVALCANTE – Quem?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – O senhor Vicente.

O SR. COSME DAMIÃO PEREIRA CAVALCANTE – Vicente Loiola?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – É.

O SR. COSME DAMIÃO PEREIRA CAVALCANTE - Há muito tempo que ele não aparece no IBAMA.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – O senhor acredita que tem algum servidor do IBAMA vendendo ATPF?

O SR. COSME DAMIÃO PEREIRA CAVALCANTE - Não posso afirmar nada, Deputado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Nada?

O SR. COSME DAMIÃO PEREIRA CAVALCANTE – Nada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) - O senhor sabe... O senhor já respondeu mais ou menos, mas eu queria avançar mais nisso. O senhor é servidor do IBAMA, de um órgão que não é tão grande assim. Aliás uma das... Como é que eu vou falar? Depois tem que trazer uma água, aqui, para o nosso amigo. Quer Coca-cola, água, alguma coisa? Coca-cola, Coca-cola está na mão, não quer não? Eu gostaria de Coca-cola. O senhor colocou... O órgão é um órgão pequeno, até porque sempre se reclama que tem pouca gente, não é?, então, deve ser um órgão pequeno nos Estados. É isso, senhor?

O SR. COSME DAMIÃO PEREIRA CAVALCANTE – É pequeno.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – É pequeno.

O SR. COSME DAMIÃO PEREIRA CAVALCANTE - Antes da...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) - Os procedimentos administrativos, de um e de outro.. Por exemplo, acontece na Medicina, porque os médicos também não são tantos assim. "Ah, o médico tal falou isso de você, ou o



médico tal falou aquilo". O médico é do Rio, mais ou menos, a gente sabe quem é. No IBAMA, também, a mesma coisa; é pouca gente, senão vocês não estavam reclamando que está faltando gente. Ora, se somem 10 mil ATPFs, e o senhor diz que não sabe, faz-me, leva-me a pensar que... O senhor negou tão rápido, mais tão rápido, mais tão rápido, que eu estranhei por causa disso, porque o órgão é pequeno, o órgão é pequeno. O que acontece no escritório de Eunápolis... Eunápolis, se o senhor não sabe, é um dos mais malvistos escritórios do IBAMA, pelo próprio IBAMA. Todos os funcionários, ou quase todos os funcionários estão com processo administrativo ou já sofreram processos administrativos. Eunápolis, todo mundo... Qualquer lugar do IBAMA a que a gente vai... Estivemos no Pará, falaram de Eunápolis; estivemos no Amazonas, falaram de Eunápolis. Então, se o senhor não sabe, o senhor pode passar a saber que esse, talvez, seja um dos escritórios mais malvistos pela instituição IBAMA. Ora, se todo mundo sabe que acontece ou que é malvisto o escritório de Eunápolis... O senhor não sabe mesmo que foram roubadas 10 mil ATPFs do escritório de Vitória?

O SR. COSME DAMIÃO PEREIRA CAVALCANTE - A pergunta... Foi falado o seguinte: se eu sabia que foi roubado e foi levado para o Pará. A pergunta foi essa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – O senhor sabe... Então, eu vou fazer outra coisa. Mas o senhor sabe, então, que foram roubadas?

O SR. COSME DAMIÃO PEREIRA CAVALCANTE – Sei perfeitamente. Depois eu falei que soube que foi roubado, mas a pergunta foi falado o seguinte: se eu sabia que foi para o Pará, que eu não sabia.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – O senhor não sabia. E o senhor sabe se alguma foi recuperada?

O SR. COSME DAMIÃO PEREIRA CAVALCANTE - Não sei, porque é outro escritório, eu não sei.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Existe um servidor aposentado do IBAMA aqui que tem uma fazenda em Santa Luzia. Qual o nome dele?

O SR. COSME DAMIÃO PEREIRA CAVALCANTE - Olha, existe um funcionário que tem uma fazenda...



O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Qual o nome dele?

O SR. COSME DAMIÃO PEREIRA CAVALCANTE - Seu Benjamim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Senhor Benjamin. Benjamim de quê?

O SR. COSME DAMIÃO PEREIRA CAVALCANTE – Benjamim...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Ele fazia o quê?

O SR. COSME DAMIÃO PEREIRA CAVALCANTE - Antes?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – É. Antes de se aposentar.

O SR. COSME DAMIÃO PEREIRA CAVALCANTE - Ele era aposentado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Eu sei, mas ele fazia o que aqui em Eunápolis?

O SR. COSME DAMIÃO PEREIRA CAVALCANTE - Ele era Agente de Defesa Florestal.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Agente de Defesa Florestal. Mas o que Agente de Defesa Florestal faz?

O SR. COSME DAMIÃO PEREIRA CAVALCANTE – Fiscalização.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Fiscalização de campo?

O SR. COSME DAMIÃO PEREIRA CAVALCANTE - Isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) - Vai atrás da...

O SR. COSME DAMIÃO PEREIRA CAVALCANTE - É, fiscalização.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Outra pergunta: tem um servidor aqui em Eunápolis que tem um caminhão MB truncado, que transporta inclusive madeira. Quem é essa pessoa?

O SR. COSME DAMIÃO PEREIRA CAVALCANTE – Olha, eu sei que tem um funcionário que tem um caminhão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Então...

O SR. COSME DAMIÃO PEREIRA CAVALCANTE - O nome dele é Marcelo. Agora, o que ele transporta eu não sei.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Marcelo, Marcelo de quê?

O SR. COSME DAMIÃO PEREIRA CAVALCANTE - Marcelo Bezerra.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Ele faz o que no IBAMA em Eunápolis?



O SR. COSME DAMIÃO PEREIRA CAVALCANTE – Hoje, a função dele é Técnico Ambiental.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Técnico Ambiental faz o quê?

O SR. COSME DAMIÃO PEREIRA CAVALCANTE – Não está bem definido ainda, não é?, senhor...

O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO – Ele é novo ou ele é antigo?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Ele é antigo, não é?

O SR. COSME DAMIÃO PEREIRA CAVALCANTE - Não. Ele é técnico ambiental, agora, ele fica naquela...

O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO – É de carreira.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Mas o que ele era antes, então?

O SR. COSME DAMIÃO PEREIRA CAVALCANTE - Ele era agente agropecuário.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – O que o agente agropecuário faz?

O SR. COSME DAMIÃO PEREIRA CAVALCANTE – Trabalha. Veja só, no IBAMA, devido à escassez de funcionário, todo mundo faz um trabalho...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Um pouquinho de cada coisa...

O SR. COSME DAMIÃO PEREIRA CAVALCANTE – Um pouquinho de cada coisa, não é. Então, não tem esse negócio específico.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Mas o que o cargo dele faz?

O SR. COSME DAMIÃO PEREIRA CAVALCANTE – Fiscalização, a parte de fiscalização.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Ele fiscalizaria, por exemplo, a madeira do senhor Loiola? Poderia ter sido... Do senhor José Amário? Ele poderia ter feito.

O SR. COSME DAMIÃO PEREIRA CAVALCANTE – Poderia sim. Todos fiscais podem fiscalizar, perfeitamente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) - O senhor sabe quem determina, qual creche que vai receber a madeira apreendida?



O SR. COSME DAMIÃO PEREIRA CAVALCANTE – Não entendi.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Bom, o IBAMA apreende a madeira. Essa madeira fica à disposição em determinados lugares. Normalmente, não vai para o IBAMA, que não tem lugar para guardar a madeira; fica lá na rodovia e é doada. Quem determina para quem vai ser essa doação? Porque, antigamente, era leiloada, mas, por causa dessa questão do mogno, principalmente,...

O SR. COSME DAMIÃO PEREIRA CAVALCANTE - isso, isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) –...passou a ser doada. Como, quem é que define, lá no IBAMA, quem vai doar o que e para qual creche?

O SR. COSME DAMIÃO PEREIRA CAVALCANTE – Olha, veja só, as creches que receberam era em função da necessidade, quer dizer, só existiam duas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Elas viam ao IBAMA?

O SR. COSME DAMIÃO PEREIRA CAVALCANTE - É. Elas pediam. Só existiam praticamente duas. Uma aqui em Eunápolis, A Irmã Teresinha, e outra em Porto Seguro. Só existiam praticamente essas duas que tinham mais necessidade. A quantidade de pessoas, de meninos, era maior, entendeu? Só existiam essas duas. Então, a proximidade... Suponha que se de repente fizessem uma apreensão aqui na região, aqui em Eunápolis, a Irmã Teresinha...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – É uma norma técnica?

O SR. COSME DAMIÃO PEREIRA CAVALCANTE – Não, norma técnica...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) - Segue norma técnica?

O SR. COSME DAMIÃO PEREIRA CAVALCANTE - Não. Isso é lei.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Eu sei. Quem diria, quem é que define vai para a creche tal, vai para a creche tal?

O SR. COSME DAMIÃO PEREIRA CAVALCANTE – A chefia.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – A chefia. Isso vem em norma técnica ou é um parecer do chefe?

O SR. COSME DAMIÃO PEREIRA CAVALCANTE - Não, não, não. Isso é coisa do chefe.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – O chefe é que vai determinar.

O SR. COSME DAMIÃO PEREIRA CAVALCANTE – Exatamente. A doação é norma, é legislação.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Não sei se o senhor está — a Secretaria da Mesa, da Comissão —, se a PM já está — é a hora marcada —, se a PM já está aí para podermos liberar os funcionários que servem a esta Comissão para executarem o mandado de busca e apreensão. O senhor sabia que o escritório de Eunápolis é isso de que falei, não?

O SR. COSME DAMIÃO PEREIRA CAVALCANTE - Não sabia não. Porque, veja só, eu trabalho aqui há dezenove anos, e hoje o remanescente Mata Atlântica existe.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Eu vou estar segunda-feira com a Ministra e com o Presidente do IBAMA, a pedido deles mesmos, eles que solicitaram, e eu vou passar algumas coisas, uma delas é que essa... Como eu falei ontem, não sei se o senhor sabe, eu passei o dia inteiro aqui, não é? Eu não preciso me disfarçar, porque eu não pareço Deputado. É uma beleza, já falei também. Então, estivemos andando por toda a Eunápolis e falamos com várias pessoas, sem dizer... Quando me perguntam, eu sou obrigado a dizer quem eu sou, mas, normalmente, as pessoas recebem muito bem e não me perguntaram quem eu era. Eu também fiz, Sr. Deputado Asdrúbal... Alguns CDs piratas estavam sendo vendidos nos postos de gasolina, infelizmente, e eu tomei as atitudes devidas, porque, afinal de contas, se a autoridade vê alguma coisa errada, tem que fazer, com muita pena, muito dó, mas, realmente, tem que fazer até para ajudar um grande baiano, o nosso querido Gil, Ministro, o homem dos incensos lá. Então, para ajudá-lo, até fiz essa questão, até porque, realmente, faz quando a gente está... Foi bastante interessante e conversamos com muita gente, conversamos com bastantes pessoas, aqui, de Eunápolis, e a impressão que nos passa é que a população de Eunápolis teme o IBAMA, com certeza, mas também não respeita o IBAMA e seus funcionários. Isso é muito ruim, e vou passar isso ao Ministro e ao Presidente do IBAMA. O senhor leu vários... Aí fica difícil até a gente... Uma coisa que chamou a atenção, o senhor deu muitos laudos para o senhor Luiz...

O SR. COSME DAMIÃO PEREIRA CAVALCANTE - Não, proprietários.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Luiz Gonzaga. Para vários proprietários, mas, aqui, para o seu Luiz, foi feita uma pesquisa, em 2001, em 2000,



outro. Cosme Damião. O senhor Hévio também deu alguns. Cosme Damião, novamente, para o Sr. Luiz.

O SR. COSME DAMIÃO PEREIRA CAVALCANTE - Proprietário, Deputado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Proprietário não é?

O SR. COSME DAMIÃO PEREIRA CAVALCANTE - Somente proprietário.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) - O que me chamou a atenção... Nós temos aqui dois laudos muito interessantes: um relatório de vistoria assinado pelo senhor — pelo menos está — e aqui um assinado pelo senhor Hévio. Tem do senhor Hévio seguido do senhor. O senhor Hévio é muito econômico. O senhor é menos econômico um pouquinho não é? Mas levamos isso aqui ao setor de fiscalização do IBAMA, em Brasília, e nos colocaram... Uma das colocações foi até ruim, eu nem vou repetir, mas, a princípio, que um laudo não pode ser feito assim, nem o seu e, principalmente, do senhor Hévio, que é mais econômico ainda, que teria que ser feito de outra maneira. Existem cursos de reciclagem no IBAMA. O senhor recebe normas técnicas para se fazer um laudo. Mas existem cursos. O senhor faz esses cursos? Como é que funcionam?

O SR. COSME DAMIÃO PEREIRA CAVALCANTE – Dificilmente. Veja só, essa questão do laudo depende da situação. Porque existe laudo para desmatamento, existe laudo para plano de manejo, existe laudo para plano de corte, então, existia...

O SR. DEPUTADO ASDRÚBAL BENTES – Presidente, permite-me um aparte?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Deputado Asdrúbal.

O SR. DEPUTADO ASDRÚBAL BENTES – Vocês continuam aprovando plano de manejo?

O SR. COSME DAMIÃO PEREIRA CAVALCANTE – Não, senhor.

O SR. DEPUTADO ASDRÚBAL BENTES – Por quê?

O SR. COSME DAMIÃO PEREIRA CAVALCANTE – Em função... Veja só, existe a resolução do CONAMA nº 248 que permite, mas existe um ofício do nosso ex-Ministro que suspende. Então, suspendeu.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Zé Carlos?

O SR. DEPUTADO ASDRÚBAL BENTES – Sarney.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Desde a época do Sarney....

O SR. DEPUTADO ASDRÚBAL BENTES – A Mata Atlântica, não é?

O SR. COSME DAMIÃO PEREIRA CAVALCANTE – Exatamente.

O SR. DEPUTADO ASDRÚBAL BENTES – Mas aí é mais uma contradição do IBAMA. Quero mostrar as contradições do IBAMA. Existe uma resolução do CONAMA permitindo, em casos excepcionais, e dizendo em que casos, e existe um simples ofício do senhor proibindo.

O SR. COSME DAMIÃO PEREIRA CAVALCANTE - É, exatamente.

O SR. DEPUTADO ASDRÚBAL BENTES – Quer dizer, onde está a hierarquia? Quem é quem nessa história? Só para deixar demarcado aí que dentro do IBAMA é casa da mãe joana.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Eu não chamo... Realmente, eu não tenho essa concepção, mas o que me causa espécie é realmente... Senhor Cosme Damião de novo, o senhor assinando vários laudos e sempre muito simples esses laudos, sempre bastante econômicos os laudos — laudo de vistoria.

(Intervenção inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Senhor Cosme Damião, a sua formação é?

O SR. COSME DAMIÃO PEREIRA CAVALCANTE – Sou engenheiro florestal.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – O senhor é engenheiro florestal. O senhor já respondeu que não sabe. Duas ou três testemunhas que tivemos aqui falaram o nome de uma madeireira do senhor Vicente. Falou-se o nome do senhor José Amário, falou-se mais um nome que por enquanto só uma fonte falou, então, é melhor nós ficarmos... Mas falou esses nomes, que eles vendiam ATPF. O senhor tem conhecimento, especificamente, desses senhores?

O SR. COSME DAMIÃO PEREIRA CAVALCANTE - Não tenho conhecimento não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) - Muito pelo contrário, o senhor acha que eles saíram. O senhor tem certeza de que eles saíram?

O SR. COSME DAMIÃO PEREIRA CAVALCANTE – Não. Eu estou falando que eles não andam mais no IBAMA. Então, se uma pessoa não vai mais ao IBAMA



fazer pedido de material, dar entrada em algum pedido, supõe-se que a atividade parou perante o IBAMA, dentro do IBAMA, protocolo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) - Muito obrigado, seu Cosme Damião. Seu Cosme Damião, o senhor continua, como todas as pessoas, convocado pela Comissão, até seu término, até o dia 31 de janeiro. Sempre que a Comissão tiver necessidades, ou se tiver necessidades novas de esclarecimentos, nós o chamaremos. Leve essa certeza de um Deputado que veio, que andou, que esteve na cidade, que precisa de muita ajuda — essa cidade precisa de muita ajuda —, mas que a população teme o IBAMA, mas não respeita o IBAMA e o acha um órgão corrupto. A população. E diga que, no âmbito de IBAMA, esse escritório, realmente, em nível de visão do IBAMA, de vários IBAMAs pelos Estados, é um dos piores escritórios ou talvez o escritório mais corrupto, segundo palavras dos próprios funcionários, onde reina a corrupção. É evidente que não é bem assim, com certeza não é bem assim, mas o senhor esteja certo de que isso que eu ouvi do povo de Eunápolis eu passarei ao Ministro e ao Presidente do IBAMA. E estou bastante convencido de que devemos tomar uma atitude bastante drástica na questão do IBAMA da Bahia, não só do IBAMA geral, mas do IBAMA na Bahia, que me parece ter problemas estruturais graves, mais severos que dos outros Estados, uma atitude mais corajosa da Presidência do IBAMA, uma atitude que ultrapasse a questão da intervenção, da pura intervenção, que ultrapasse essa questão de se fazer processos administrativos que não têm fim. Que exista uma nova política, e aí entra o Deputado Asdrúbal. Um funcionário do IBAMA que esteja sob processo administrativo não pode dar autorização, não pode fazer fiscalização até ser esclarecido o porquê daquele pedido, o porquê daquele processo. Eu acho que a intervenção é a única solução do IBAMA Bahia. E o que eu vou passar ao Ministro, à Ministra e ao Presidente do IBAMA é a troca de 100% do seu quadro, para que o respeito volte ao IBAMA, por esse órgão que é um órgão, como sempre se fala — e eu não deixei que a CPI virasse CPI do IBAMA, tive problemas sérios, inclusive, no início da CPI para não deixar que ela se transformasse numa CPI do IBAMA. De qualquer maneira, em alguns desses IBAMAs é necessária a reformulação completa e absoluta para que o respeito volte a reinar. E também essa questão funcional. Nós precisamos resolver a forma de fazer. Chega dessa história de funcionários do



IBAMA terem processos administrativos que duram dez, vinte, trinta anos, e não são resolvidos, ou quando são resolvidos são resolvidos de maneira... Uma das posições que vamos levar ao Presidente do IBAMA, Deputado, é exatamente esta: se há um processo administrativo, o funcionário tem que ser imediatamente retirado do que ele está fazendo, ir para outro Estado, de preferência para outro Estado. Ele não pode, sob pena de estarmos retirando respeito. E aí é uma questão de respeito, porque a população sabe que tem um funcionário que está sendo processado, porque essa informação ultrapassa os limites do IBAMA. Então, há aí essa perda de respeito por um órgão que é muito bom, é um órgão que está sendo mal usado, mal utilizado, como foi muito bem colocado pelo Deputado Asdrúbal. É um órgão importante para o Brasil. É o único órgão que nós temos que realmente ter essa característica de defender o real, e aí, sim, porque você sabe que a fronteira física é uma coisa, mas a fronteira do patrimônio genético é muito maior do que isso. E para isso nós precisamos, realmente, de órgãos como o IBAMA, só que não com as funções que o IBAMA tem hoje. O IBAMA começou como órgão de fiscalização e de licenciamento. Hoje, ele faz fomento, por exemplo, no Pará; hoje, ele faz fomento de atividade de reflorestamento, pequenos planos de manejo comunitário. Isso não pode ser do IBAMA, gente. O IBAMA não pode tomar conta disso. A prevenção da fiscalização, sim, mas a prevenção do tratamento da floresta não pode ser do IBAMA, porque senão fica-se um órgão... O senhor falou que o órgão é pequeno. O órgão é grande, tem funcionário para caramba, meu amigo. É um órgão imenso, porque é um órgão nacional, só que mal distribuído.

O SR. COSME DAMIÃO PEREIRA CAVALCANTE - Nós tínhamos nove funcionários aqui.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – É um órgão imenso, mas só que mal distribuído, com muitas e muitas e muitas atribuições, que não corresponde ao que... Ele foi criado para ser fiscalizador e licenciador. Hoje faz tudo. Hoje, é obrigado a fazer tudo, como o senhor falou, até por essa... E outra coisa, a dificuldade que o funcionário... Eu estive — eu vou colocar para os senhores que não tiveram essa experiência, eu tive essa experiência — lá no Rio Grande do Sul e nós apreendemos... Através da Internet vende-se animais no Brasil. No Brasil e até no exterior, em qualquer lugar do Brasil e do mundo, pode-se comprar animais



brasileiros. Então, eu contratei um negociador, a CPI contratou um negociador, e esse negociador fez um acordo com um criadouro científico, que não pode vender animais lá no Rio Grande do Sul. Nós fomos até lá e fechamos o negócio. Não paguei o negócio; não havia dinheiro; houve o flagrante e ele foi preso. E depois eu fiquei lá como funcionário do IBAMA, depois que ele foi preso. Eu continuei com os funcionários do IBAMA, para ver o que acontecia. Foram presos duzentos e cinqüenta bicos-tortos, num valor aproximado, no mercado internacional, de dois milhões e oitocentos mil reais. Talvez, no mercado nacional, uns quatrocentos mil reais, se ele vendesse aquilo tudo. Ele disse, inclusive, que queria vender para a gente aquilo tudo. O sujeito saiu às 22 horas da delegacia, livre. Nós só saímos às 3 horas, 3h30min da manhã. O funcionário do IBAMA que fez a apreensão, o funcionário do IBAMA que prendeu o sujeito, o funcionário do IBAMA que prendeu os pássaros saiu às 3h30min da manhã. Tal é a complexidade desse ato, que foi na delegacia só termo circunstanciado, nem aberto inquérito foi aberto, foi um termo circunstanciado. Então, tem esse outro lado que nós precisamos também... Olha, se nós não fizemos alguma coisa — e daí eu acredito que, às vezes, possa acontecer —, é tanto trabalho, mas é tanto trabalho para apreender um pássaro, dez pássaros ou vinte pássaros, é tanto trabalho, que se eu fosse funcionário do IBAMA eu pensava duas vezes antes de prender. Porque, antes de prender, você tem que ter destinação, senão vai ficar aonde? Na delegacia o cara não quer ficar, no IBAMA não pode ficar, na casa do sujeito não pode ficar, vai ficar onde? É um problema extremamente complexo. Você tem um lado que é realmente o da possibilidade de corrupção aberta por exceções — o senhor sabe disso —, aquela questão de vender dificuldades para colher facilidades. Então, existe isso, com certeza existe. Há funcionários do IBAMA, em alguns Estados brasileiros, não daqui, que nós não identificamos — aliás, identificamos alguns —, que a família do cara é super-rica. Ele não tem nada, mas a família do cara é super-rica, mas tem muito dinheiro. Em lugares em que as pessoas não têm nada, a esposa dele, que não tinha nada, tem um supermercado, o filho tem uma fazenda, o primo tem uma fábrica. Então, temos também. Mas o órgão precisa ser preservado. E até por conta disso, da preservação, até por conta da preservação da imagem e da capacidade e de ser um único órgão que, efetivamente, pode fazer alguma coisa pela maior fronteira de



todas, a defesa da maior fronteira, que é a fronteira genética, nós vamos fazer algumas sugestões. E uma delas, aqui, na Bahia, é a troca de 100% de todo o quadro do IBAMA. Não por serem ou não serem corruptos. Não é essa a questão. É para resgatar a imagem do órgão perante a população.

O SR. DEPUTADO ASDRÚBAL BENTES – Sr. Presidente, só para concluir.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) - Deputado Asdrúbal Bentes, sentiremos imensamente a sua ausência, mas...

O SR. DEPUTADO ASDRÚBAL BENTES – Queria fazer apenas uma observação. Juízo de valor a respeito da gerência do IBAMA não é juízo da Comissão...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Exatamente.

O SR. DEPUTADO ASDRÚBAL BENTES - É pessoal do Presidente, que, como cidadão, tem o direito de fazer juízo. Porque eu tenho um pensamento diferente. Eu creio que existe, sim, corrupção. Não vou acusar porque não tenho provas, mas que os funcionários, na ponta, Presidente, são vítimas lá de cima. Porque, se você observar o IBAMA de Eunápolis, ou o IBAMA de Marabá, por exemplo, onde eu moro, no meu Estado, foram transformados em gerências regionais. E essas gerências deveriam ter todo um quadro estrutural com engenheiros florestais, técnicos ambientalistas, procuradores ou advogados para funcionarem e decidirem na própria gerência. Essa é a nova estrutura do IBAMA. Infelizmente, aqui, ainda continua indo para Salvador. Em Marabá, continua indo para Belém. Quer dizer, fez e não fez. Então, nós temos que, realmente, colocar os pingos nos "is" e verificar que o erro é estrutural. Se nós tivermos que mudar, vamos ter que mudar desde o Ministro do Meio Ambiente e terminar no...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Já mudamos o Ministro do Meio Ambiente, agora...

O SR. DEPUTADO ASDRÚBAL BENTES – Não, mas temos que mudar mesmo é de outra forma e terminar no porteiro, para fechar a porta do IBAMA, entendeu? Na realidade, temos de apurar a coisa com muito mais profundidade, para mostrar que os erros são da estrutura do IBAMA. Ora, fez-se um concurso para dois mil funcionários, e entraram quinhentos. Sempre os paliativos que não levam a lugar nenhum, que fazem ampliar e aumentar os problemas. Então, nossa função



agora é apresentar o nosso relatório conclusivo. Da minha parte, referente à legislação, vou ater-me muito na competência, porque, até hoje, a Constituição não estabeleceu de quem é a competência, jogou para lei complementar, que ainda não houve. Então, quero apresentar à Comissão um projeto de lei complementar estabelecendo a competência administrativa e judicial: se é do órgão federal ou dos órgãos estaduais — Justiça comum ou Justiça Federal, Polícia Civil ou Polícia Federal. Eu, de antemão, inclino-me a desobrigar o IBAMA dessa atividade e a própria Polícia Federal, porque as polícias estaduais estão presentes em cada Município, as Varas estão presentes em cada Município. Então, a Justiça Comum parece-me mais adequada, aliás, consentâneo com decisões interativas do Supremo Tribunal Federal. E com isso nós teríamos a Justiça Federal cuidando mais do tráfico. Nós vamos ter de distinguir essa (*ininteligível*)...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – O que é traficante. É verdade.

O SR. DEPUTADO ASDRÚBAL BENTES – ...do tráfico do usuário — é completamente diferente —, a exemplo do que é feito com as drogas...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – O que se pretende fazer nas drogas. É exatamente isso.

O SR. DEPUTADO ASDRÚBAL BENTES – Então, Sr. Presidente, eu queria agradecer aos companheiros de Eunápolis por terem vindo até aqui, por terem participado, à imprensa sobretudo, que se mostrou muito interessada, desde ontem, que nos procura em busca de informações. Isso demonstra o interesse pela matéria, pela causa, que é fundamental para o desenvolvimento do nosso País. Muito obrigado. Nós, lá em Brasília, vamos continuar trabalhando no sentido de apresentarmos soluções exequíveis para a nossa realidade, não para a utopia dos nossos sonhos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Muito obrigado, Deputado. Dr. Cosme, o senhor gostaria de falar mais alguma coisa?

O SR. COSME DAMIÃO PEREIRA CAVALCANTE – Eu queria agradecer a forma como fui aqui perguntado e estou à disposição de qualquer outra informação que não ficou clara.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) - Nós sempre terminamos da mesma maneira. Se o senhor não tiver... Como eu posso falar? Já falei tantas vezes



que a gente, às vezes, se embola. Se o senhor de repente quiser que seja feita alguma pergunta que não foi formulada, se senhor se lembrar disso, ou souber de alguma outra coisa que possa ser importante para o bom andamento desta Comissão e que trate especificamente do tráfico de animais e de plantas silvestres no território nacional, o senhor, por favor, dirija-se à Secretaria da Comissão, que indicará a forma de o senhor ter contato direto com a Comissão. Está suspensa a reunião até o andamento do mandado de busca e apreensão. Nada mais havendo a tratar, dou por encerrada a sessão, alertando que todo o material recolhido nas operações de busca e apreensão feitas pela CPI juntamente com a Polícia Militar da região de Eunápolis será levada a Brasília para conhecimento de todos.